

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

Ana Beatriz de Araújo Silva Nascimento



história e memória da Semana da Mulher na Universidade Católica de Pernambuco,
de 2003 a 2023

Recife,
2024.



Ana Beatriz de Araújo Silva Nascimento



história e memória da Semana da Mulher na Universidade Católica de Pernambuco,
de 2003 a 2023

Apresentação da pesquisa de conclusão do
Mestrado Profissional em História, da Universidade
Católica de Pernambuco, para a obtenção do título
de Mestra em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria do Rosário da Silva.

Recife,

2024.

N244 Nascimento, Ana Beatriz de Araújo Silva.
Repmulher : história e memória da Semana da Mulher na
Universidade Católica de Pernambuco, de 2003 a 2023 / Ana
Beatriz de Araújo Silva Nascimento, 2024.
118 p. : il.

Orientadora: Maria do Rosário da Silva.
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História.
Mestrado Profissional em História, 2024.

1. Feminismos. 2. Semana da Mulher na Unicap. 3. História
das Mulheres. 4. Repositório Digital. I. Título.

CDU 396
Ana Beatriz Nascimento - CRB-4/1169



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA-UNICAP

Pesquisa intitulada **RepMulher** história e memória da Semana da Mulher na Universidade Católica de Pernambuco, de 2003 a 2023, de autoria de Ana Beatriz de Araújo Silva Nascimento, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof.ª. Dr.ª Maria do Rosário da Silva - Orientadora
Universidade Católica de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/Unicap)

Prof. Dr.ª Walter Valdevino do Amaral
Universidade Católica de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/Unicap)

Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em História (PGH/UFRPE)

Data de aprovação: Recife, 27 de junho de 2024.

GRAÇAS!

Às divindades que me permitiram permanecer com saúde para chegar até aqui.

À minha família, representada por minha mãe, Maria do Amparo (*in memoriam*), que esteve comigo no processo de seleção e partiu para outro plano sem ter visto a defesa. Que Ruah a acompanhe e me ilumine.

Aos meus amigos, família que escolhi, pelo afeto representados aqui por Helô Bispo e Marcos Cardoso.

À minha orientadora, Profa. Dr^a. Maria do Rosário da Silva, pela escuta e direcionamentos diante dos desafios no processo de pesquisa.

À Universidade Católica de Pernambuco, pela concessão da bolsa, representada pela Profa. Dr^a. Valdenice José Raimundo (Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação), Pe. Pedro Rubens, S.J. (Reitor), Pe. Lucio Flávio, S.J. (Vice-reitor) e Pe. Delmar Cardoso, S.J. (Pró-reitor Comunitário).

Ao Programa de Pós-graduação em História da UNICAP, através de seu coordenador, Prof^o Dr. Helder Remígio e demais professores com os quais convivi durante o período de aulas, Profa. Dr^a. Lídia Rafaela, Prof^o Dr. Flávio Cabral, Prof^o Dr. Walter Valdevino, Prof^o Dr. Tiago César e Prof^o Dr. Paulo Cadena.

Às mulheres que fazem parte da Semana da Mulher na UNICAP, que desde 2003 vêm trabalhando arduamente para incluir as pautas feministas no debate universitário, dando voz e acolhimento àquelas que por muito tempo foram silenciadas. Sintam-se abraçadas!

À irmã Maria do Rozário Claudio, uma das fundadoras da Semana da Mulher e grande incentivadora desta pesquisa. Sem ela não seria possível ter acesso às fontes do início da Semana da Mulher.

À Valdice Dantas, ex-gestora da Divisão de Pessoal da UNICAP, que generosamente contribuiu com informações para que contássemos a história das mulheres na Universidade.

À Biblioteca Central da UNICAP, representada pela gestora Alba Rejane Valério de Souza, e aos bibliotecários do Setor de Atendimento ao Usuário, com deferência para Lucia Belian, minha companheira de mestrado, que me ajudou com dicas valiosas, e a Pedro Manoel, meu amigo e grande incentivador.

Aos meus amigos Dora e Mariano, pelo apoio incondicional e sugestões ao longo do trabalho.

Às minhas filhas do coração Paloma França e Ayala Naiê, aprendizado constante e intensivo, sem metodologia definida.

Ao meu companheiro de vida, Fábio Curió, que fez o mestrado junto comigo. Mas como ele não terá direito a diploma, segue aqui o meu reconhecimento.

"Vivemos como sujeitos quando somos nós mesmos, quando amamos o que fazemos. Vivemos nos projetos que temos, nas contribuições que damos à vida, ao mundo, às relações. Vivemos naquilo que construímos e deixamos atrás de nós, como ação fincada no solo da coletividade".

(Maria do Amparo Rocha Caridade)

RESUMO

Tendo como referência a Universidade Católica de Pernambuco, a presente pesquisa pretendeu construir a memória da Semana da Mulher no período de 2003 a 2023, tornando-a visível e acessível à consulta pública. Apesar da Semana da Mulher ser considerada uma referência para o ativismo feminista na Universidade, identificamos lacunas na recuperação das informações, evidenciando a necessidade de preservação dessas memórias para que as ações e produções das mulheres na Academia não sejam esquecidas. No embasamento teórico, conceituamos as categorias mulher, feminismo, memória, memória institucional e documento. No que se refere às categorias mulher e feminismo, buscamos as ideias das pesquisadoras Carla Rodrigues, Susana Bornéo Funck, Monique Wittig, bell hooks, Ruth Manus, Márcia Tiburi, Mariana de Lima Campos, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Françoise Vergès, Grada Kilomba e Michelle Perrot. Para nos situarmos nos campos da memória, memória institucional e para formular o conceito de documento, recorreremos à contribuição de Joan Scott, Ana Paula Goulart Ribeiro, Margareth Helstom, Andréia Arruda Barbosa, Fernanda Cheiran Pereira, Maurice Halbwachs, Michel Pollak e Losandro Antonio Tedeschi. Na contextualização social, elencamos as principais políticas públicas para as mulheres nos âmbitos nacional, estadual e municipal, a partir das consultas às homepages institucionais dos Ministérios e Secretarias da Mulher. O percurso metodológico adotado foi a pesquisa-ação, associada à documental, de tipologia exploratória, com uma abordagem de análise qualitativa. As fontes estudadas foram: Boletim UNICAP, Notícias Unicap, Notícias do Instituto Humanitas UNICAP, documentos oficiais (portarias, resoluções, atos normativos, relatórios e planos), vídeos da página do Youtube oficial da Instituição e acervo de fotos e vídeos do Projeto Memória UNICAP. Essas fontes foram localizadas na Reitoria, Assessoria de Comunicação, Instituto Humanitas UNICAP e Biblioteca Central, com acesso pela internet. Para atender às exigências do Mestrado Profissional foi elaborado, como produto da pesquisa, um repositório digital de acesso público e irrestrito, hospedado no Portal de Periódicos da UNICAP.

Palavras-chave: feminismos; memória institucional; Semana da Mulher na UNICAP; repositório digital.

ABSTRACT

Using the Catholic University of Pernambuco as a reference, this research intended to build the memory of Women's Week, from 2003 to 2023, making it visible and accessible to public consultation. Although Women's Week is considered a reference for feminist activism at the University, we identified gaps in the recovery of information, highlighting the need to preserve these memories so that the actions and productions of women at the Academy are not forgotten. In the theoretical basis, we conceptualize the categories of woman, feminism, memory, institutional memory and document. With regard to the categories of women and feminism, we sought the ideas of researchers Carla Rodrigues, Susana Bornéo Funck, Monique Wittig, bell hooks, Ruth Manus, Márcia Tiburi, Mariana de Lima Campos, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Françoise Vergès, Grada Kilomba and Michelle Perrot. To situate ourselves in the fields of memory, institutional memory and to formulate the concept of document, we resort to the contributions of Joan Scott, Ana Paula Goulart Ribeiro, Margareth Helstom, Andréia Arruda Barbosa, Fernanda Cheiran Pereira, Maurice Halbwachs, Michel Pollak and Losandro Antonio Tedeschi. In the social context, we list the main public policies for women at the national, state and municipal levels, based on consultations on the institutional homepages of the Ministries and Women's Secretariats. The methodological path adopted was action research, associated with documentary research, of an exploratory type, with a qualitative analysis approach. The sources studied were: UNICAP Bulletin, Unicap News, News from the Humanitas UNICAP Institute, official documents (decrees, resolutions, normative acts, reports and plans), videos from the Institution's official YouTube page and collection of photos and videos from the UNICAP Memory Project. These sources were located in the Rectory, Communication Office, Instituto Humanitas UNICAP and Central Library, with access via the internet. To meet the requirements of the Professional Master's Degree, as a product of the research, a digital repository with public and unrestricted access was created, hosted on the UNICAP Periodicals Portal.

Keywords: feminisms; institutional memory; Women's Week at UNICAP; digital repository.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LINHA DO TEMPO

Semana da Mulher na UNICAP	89
----------------------------	----

QUADROS

Quadro 1	Programação da 1ª edição da Semana da Mulher (2003)	62
Quadro 2	Descrição das percepções e mentalidade acerca da SMU	88
Quadro 3	Mapeamento de documentações da SMU por localização e forma de acesso	94
Quadro 4	Reportagens sobre a SMU, no Boletim Unicap (2006 a 2020)	95
Quadro 5	Levantamento das TAG's sobre a SMU, na homepage da UNICAP	96
Quadro 6	Mapeamento de documentações da SMU por tipo de documento	97
Quadro 7	Cronograma de disponibilização de materiais no Repmulher	103

IMAGENS

Imagem 1	Cartaz da Campanha da Fraternidade 2003	62
Imagem 2	Cartazes da 2ª edição da SMU (2004) e da Campanha da Fraternidade	63
Imagem 3	Programação da 2ª edição da Semana da Mulher (2004)	64
Imagem 4	Programação da 3ª edição da Semana da Mulher (2005)	65
Imagem 5	Cartazes da 3ª edição da SMU (2005) e da Campanha da Fraternidade	65
Imagem 6	Imagem 6 - Cartazes da 4ª edição da SMU (2006) e da Campanha da Fraternidade	66
Imagem 7	Encenação da peça "Mulher, conheça seus direitos". Grupo de Teatro Popular do curso de Serviço Social da UNICAP, em 9/3/2006.	67
Imagem 8	Noite cultural da 5ª SMU	68
Imagem 9	Cartazes da 5ª edição da SMU (2007) e da Campanha da Fraternidade	68
Imagem 10	Atividades da 6ª SMU	69
Imagem 11	Cartazes da 6ª edição da SMU (2008) e da Campanha da Fraternidade	70

Imagem 12	Cartazes da 7ª edição da SMU (2009) e da Campanha da Fraternidade	71
Imagem 13	Cartazes da 8ª edição da SMU (2010) e da Campanha da Fraternidade	72
Imagem 14	Cartazes da 9ª edição da SMU (2011) e da Campanha da Fraternidade	73
Imagem 15	Abertura da 10ª edição da SMU (2012)	74
Imagem 16	Cartazes da 10ª edição da SMU (2012) e da Campanha da Fraternidade	74
Imagem 17	Cartazes da 11ª edição da SMU (2013) e da Campanha da Fraternidade	75
Imagem 18	Campanha "Diga não à exploração sexual" realizado pela jornalista Graça Araújo	76
Imagem 19	Cartazes da 12ª edição da SMU (2014) e da Campanha da Fraternidade	77
Imagem 20	Campanha #Diga não ao Preconceito, lançada na 13ª edição da SMU	78
Imagem 21	Cartazes da 13ª edição da SMU (2015) e da Campanha da Fraternidade	78
Imagem 22	Cartazes da 14ª edição da SMU (2016) e da Campanha da Fraternidade	79
Imagem 23	Cartazes da 15ª edição da SMU (2017) e da Campanha da Fraternidade	81
Imagem 24	Cartazes da 16ª edição da SMU (2018) e da Campanha da Fraternidade	82
Imagem 25	Cartazes da 17ª edição da SMU (2019) e da Campanha da Fraternidade	83
Imagem 26	Cartazes da 18ª edição da SMU (2020) e da Campanha da Fraternidade	84
Imagem 27	Cartazes da 19ª edição da SMU (2021) e da Campanha da Fraternidade	85
Imagem 28	Cartazes da 20ª edição da SMU (2022) e da Campanha da Fraternidade	86
Imagem 29	Cartaz da 21ª edição da SMU (2023) e da Campanha da Fraternidade	87
Imagem 30	Página de submissão rápida no sistema OJS (metadados)	102
Imagem 31	Conteúdo em vídeo catalogado no Repmulher	102
Imagem 32	Processo de criação da marca do Repmulher	106

LISTA DE SIGLAS

ALEPE	Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
ASSECOM	Assessoria de Comunicação da Universidade Católica de Pernambuco
CEDIM	Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
CF	Campanha da Fraternidade
CMM	Conselho Municipal da Mulher
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMPAZ	Centro Comunitário da Paz
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EA	Encontro das Águas
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
GAJOP	Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares
ICES	Instituição Comunitária de Ensino Superior
IHU	Instituto Humanitas
MBA	Master Business Administration ou "Mestre em Administração de Negócios"
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
NPCIAMB	Núcleo de Pesquisas em Ciências Ambientais e Biotecnologia
NUEMU	Núcleo UNICAP de Estudo das Mulheres
OJS	Open Journal System
ONG	Organização não-governamentais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
REPMULHER	Repositório da Semana da Mulher na Unicap
SMU	Semana da Mulher na Unicap
UBM	União Brasileira das Mulheres
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	Refletindo sobre "feminismo" e "mulher"	18
2.2	Conceituando "memória", "memória institucional" e "documento"	21
3	CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL PARTE I: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL	26
3.1	Presidente Lula (2003 a 2010)	27
3.2	Presidenta Dilma (2011 a 2016)	29
3.3	Presidente Temer (2016 a 2018)	30
3.4	Presidente Bolsonaro (2019 a 2022)	30
3.5	Presidente Lula (2023 até o presente)	32
4	CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL PARTE II: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM PERNAMBUCO	35
4.1	Governador Jarbas Vasconcelos (2003 a 2006)	36
4.2	Governador Eduardo Campos (2007 a 2014)	36
4.3	Governador Paulo Câmara (2015 a 2022)	37
4.4	Governadora Raquel Lyra (2023 até o presente)	39
5	CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL PARTE III: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM RECIFE	42
5.1	Prefeito João Paulo (2001 a 2008)	42
5.2	Prefeito João da Costa (2009 a 2012)	43
5.3	Prefeito Geraldo Julio (2013 a 2020)	44
5.4	Prefeito João Campos (2021 até o presente)	46
6	PRESENÇA DAS MULHERES NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO: DE ESMERALDINA À VALDENICE	48

6.1	Elas na extensão, pesquisa e pós-graduação	52
6.2	Elas por elas: núcleos e coletivos	55
7	A SEMANA DA MULHER NA UNICAP: CONSTRUINDO A MEMÓRIA	59
7.1	Resumo das edições	61
7.2	Linha do tempo da Semana da Mulher na UNICAP	89
8	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	93
8.1	Levantamento de dados	96
8.2	Escolha do repositório e criação de diretrizes	98
8.3	Seleção e catalogação de materiais	100
8.4	Testagem e disponibilização de conteúdos	103
9	REPMULHER: REPOSITÓRIO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP	104
9.1	Aplicação, público-alvo e circulação do produto	105
9.2	Logomarca	105
10	CARTA ÀS LEITORAS	107
	REFERÊNCIAS	110

1 INTRODUÇÃO

“Ô abre alas que as mulheres vão passar, com essa marcha muita coisa vai mudar. Nosso lugar não é no fogo ou no fogão. A nossa chama é o fogo da revolução!”

(Fala entoada em marchas e protestos feministas)

No cotidiano brasileiro, nunca estiveram tão presentes palavras como: feminismos, empoderamento, sororidade, feminicídio, misoginia, dentre outras resultantes da luta das mulheres por igualdade de direitos e no combate à violência. As várias tipologias de feminismos, enquanto movimento, criaram uma interrogação sobre essa invisibilidade e constituíram-se como uma poderosa ferramenta na desconstrução das desigualdades históricas, ampliando a fala e o espaço das mulheres na sociedade.

Na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), local desta pesquisa, busca-se a fala e o espaço das mulheres cotidianamente, e essas iniciativas podem ser identificadas em sua história, através do surgimento de núcleos de estudo, da crescente produção científica das docentes, bem como através da criação de serviços e eventos para divulgar e debater pautas de combate à violência de gênero e demais tipos de opressões que permeiam o cotidiano das mulheres.

A inspiração para iniciar essa pesquisa surge da minha participação na comissão de organização de um desses projetos, a Semana da Mulher na UNICAP, desde a primeira edição, em 2003. A Semana da Mulher foi uma ação pensada de forma coletiva, cujo intuito era trazer para a Universidade o amplo debate sobre o contexto social da mulher, suas lutas e direitos.

Existindo e co(existindo) influenciada pelas ações governamentais e urgências sociais que cercam o cotidiano das mulheres, a Semana da Mulher na UNICAP antecedeu significativas ações públicas, tais como: a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), a elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), o Programa Mulher e Ciência (2005), a Lei Maria da Penha, nº 11.340 (Brasil, 2006), bem como a criação da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, em 2007.

Acontecendo de forma ininterrupta há mais de 20 anos, a Semana da Mulher, no decorrer da sua história, colaborou para a difusão dos serviços e projetos existentes na Universidade para a sociedade, através de parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil (OSC), órgãos públicos e privados. Além disso, fortaleceu algumas ações no campus e agregou setores e departamentos para criação de campanhas, promoção de

atividades de extensão, organização de feiras, atividades culturais, publicação de livros, entre outras atividades.

Entretanto, apesar da Semana da Mulher ser uma ação institucional permanente, de natureza extensionista, conectada com os valores apresentados na Carta de Princípios da Universidade, poucas informações organizadas e consistentes são encontradas sobre o evento. Estas imprecisões foram percebidas quando se pretendia publicar um e-book sobre a trajetória da Semana da Mulher, por ocasião da sua vigésima edição, em 2022. As informações disponibilizadas no Portal Institucional estavam incompletas, desconfiguradas e fragmentadas em diferentes endereços de *homepages* institucionais, dificultando o acesso e o levantamento de informações, não só em relação às atividades realizadas, mas sobretudo aos registros dessas ações, que formam a memória das mulheres na Instituição.

Considerando o risco de apagamento dessas memórias e a importância do acesso e recuperação de documentos comprobatórios da atuação das mulheres na Universidade, esta pesquisa buscou responder às seguintes questões: quais fontes documentais comprovam a realização de ações promovidas pela Semana da Mulher? Estão organizadas, acessíveis e disponíveis para consulta pública? Há plataformas ou sistemas que garantam a recuperação dessas informações? Com isto, a presente pesquisa teve por objetivo geral construir a memória da Semana da Mulher, no período de 2003 a 2023, tornando-a visível e acessível à consulta pública.

Para tal, foram elencados os seguintes objetivos específicos: realizar levantamento de dados sobre a Semana da Mulher, no período de 2003 a 2023; selecionar e catalogar os dados por tipos de materiais, seções e temáticas; e, por fim, disponibilizar esses dados em plataforma digital de acesso aberto e irrestrito.

A trajetória teórico-metodológica tem início com a conceituação das categorias que norteiam essa pesquisa, a saber: mulher, feminismos, memória, memória institucional, e documento.

A definição de “mulher” adotada para fins desta pesquisa é que o “ser mulher” é uma experiência plural e, ao mesmo tempo, particular, porém transformada na coletividade. Enquanto os feminismos, também no plural, são teorias críticas em constante revisão, que questionam a construção social e as desigualdades de gênero para as pessoas sob a identificação de mulheres.

Para identificarmos as mulheres na história e refletirmos sobre a salvaguarda dessas trajetórias, especificamente aquelas que integram a Universidade Católica de Pernambuco e

realizam a Semana da Mulher na UNICAP, fez-se necessário entender os conceitos de memória, memória institucional e documento.

Consideramos que a memória constitui uma prática social, entrelaçada ao seu tempo e contexto cultural, e que a memória institucional aborda a construção de fatos e experiências relacionadas a uma instituição, proporcionando senso de pertencimento. Os documentos, por sua vez, são os registros dessas memórias.

De forma mais abrangente, apresentamos os conceitos de mulher e feminismos a partir das ideias das pesquisadoras Carla Rodrigues, Susana Bornéo Funck, Monique Wittig, bell hooks, Ruth Manus, Márcia Tiburi, Mariana de Lima Campos, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Françoise Vergès, Grada Kilomba e Michelle Perrot. Para nos situarmos nos campos da memória, memória institucional e para formular o conceito de documento, recorreremos às contribuições teóricas de Joan Scott, Ana Paula Goulart Ribeiro, Margareth Helstom, Andréia Arruda Barbosa, Fernanda Cheiran Pereira, Maurice Halbwachs, Michel Pollak e Losandro Antonio Tedeschi.

Após embasamento teórico, seguimos com a contextualização social, onde apresentamos as políticas públicas reivindicadas por mulheres na agenda de luta, no período de estudo da Semana da Mulher, de 2003 a 2023. As ações realizadas na Universidade foram impactadas e influenciadas pela criação de leis, programas e serviços para e por mulheres nos âmbitos governamentais (nacional, estadual e municipal).

Na sequência, direcionamo-nos à Universidade Católica de Pernambuco para apresentar e disseminar sua história a partir de uma perspectiva inclusiva e feminista. Através de levantamento realizado em documentação oficial (portarias, atos e resoluções), foram reveladas contribuições e permanências criadas por mulheres nas áreas da pesquisa, ensino, extensão e gestão superior.

Em seguida, debruçamo-nos sobre a história da Semana da Mulher na UNICAP, cuja proposta surgiu de um desejo coletivo de trazer para a Universidade o amplo debate sobre a realidade da mulher, suas lutas e direitos. Nessa mesma parte, apresentamos um resumo de todas as edições com posterior análise qualitativa.

A trajetória metodológica que melhor se adequou à natureza desta pesquisa foi a pesquisa-ação, associada à documental, de tipologia exploratória, com uma abordagem qualitativa. As fontes estudadas foram: Boletim UNICAP, Notícias UNICAP, Notícias do Instituto Humanitas UNICAP, documentos oficiais (portarias, resoluções, atos normativos, relatórios e planos), vídeos da página do Youtube oficial da Instituição e acervo de fotos e vídeos do Projeto Memória UNICAP, com acesso pela internet.

Para atender às exigências do Mestrado Profissional, foi elaborado como produto da pesquisa um repositório digital, de acesso público, através do endereço <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/repmulher>, hospedado no Portal de Periódicos da UNICAP.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Desde o século XIX¹, ser feminista era sinônimo de ser feia, mal-amada, masculinizada e ressentida. A historiadora Joana Maria Pedro² (2012) explica que os jornais, no início do século XX, eram enfáticos em disseminar tais rótulos na tentativa de banalizar e inferiorizar a imagem da mulher. De acordo com a filósofa Carla Rodrigues (2019, p.10), “das mulheres, já se disse muita tolice”. Essa afirmação ela faz ao resumir o pensamento de filósofos ao longo dos tempos e para ratificar a importância de as mulheres contarem as suas próprias histórias. Conforme a autora:

Rousseau as restringiu à esfera privada para não alcançarem a cidadania. Kant confinou-as à pura sensibilidade e, ao deixá-la fora do campo da razão, manteve-as longe da ciência. Devido ao suposto mistério envolvendo sua sexualidade, Freud considerou-as um enigma indecifrável. Excluídas da história, criaram uma historiografia própria para se opor ao apagamento e invisibilidade, da existência, fazendo do ato de contar a própria história uma forma de resistência (2019, p.1).

Nesse contexto, esta pesquisa buscou construir as memórias da Semana da Mulher na UNICAP, de 2003 a 2022, com os diversos tipos de documentos oficiais disponibilizados pela Instituição. Desta forma, o que poderia ser descartado ou ignorado, como reportagens com ilustração de cabeça para baixo ou fotografias sem o enquadramento adequado, passou a ser objeto de interesse na legitimação das narrativas produzidas pelas próprias mulheres.

No decorrer da pesquisa, sentimos a necessidade de investigar melhor os conceitos “mulher”, “feminismos”, “memória”, “memória institucional” e “documento”, estabelecendo assim o aporte teórico necessário para justificar a solução apontada para o problema deste estudo.

¹ A fonte utilizada neste relatório foi criada pela ilustradora Ana Sanfelippo. Ela nasceu em Buenos Aires, é formada em Design Gráfico e especialista em Tipografia. A opção pelo tipo gráfico é de natureza feminista. Cabe esclarecer que não há restrições quanto ao uso de fontes nas normas da ABNT.

² Para identificação de gênero e visibilização da mulher enquanto produtora de pesquisa, todas as autoras e autores foram citados neste projeto com o nome completo, seguido da chamada autor/data, conforme recomenda a ABNT NBR- 10520/2023 (Citação em documentos).

2.1 Refletindo sobre “mulher” e “feminismos”

Para fins desse estudo, pergunta-se: o que é ser mulher? A qual categoria de mulher nos referimos a partir de uma multiplicidade de experiências às quais somos submetidas? Há um conceito de feminismo que englobe todas essas práticas?

Sobre o conceito de mulher, a filósofa feminista Simone de Beauvoir (1949 *apud* Monique Wittig, 2019, p.84) afirma que não passa de um mito. Disse ela:

Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher. Nenhum destino biológico, psicológico ou econômico determina a figura que a fêmea humana apresenta na sociedade: é a civilização com um todo que produz essa criatura, intermediária entre macho e eunuco, descrita como feminina.

Complementando o pensamento de Simone de Beauvoir, a professora e crítica literária Susana Bornéo Funck (2011, p.67) afirma ser uma mulher “um indivíduo cuja subjetivação segue normas e comportamentos socialmente definidos como femininos pelo contexto cultural em que se insere, seja aceitando-os ou rebelando-se contra eles”.

Os comportamentos sociais rompidos a favor da emancipação da mulher foram a tônica do movimento feminista. Todavia, esse mesmo movimento foi contestado sob os pontos de vista de gênero, raça, classe e religião, afinal com quais mulheres esse feminismo dialogava? Nesse sentido, respeitando-se a linha temporal, a abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americana Sojourner Truth, 1851 (*apud* Susana Borneo Funck, 2011, p.68), posicionou-se acerca das implicações de ser uma mulher negra:

[...] Olhem para mim! Vejam meus braços! Eu já manejei o arado, plantei e colhi, e nenhum homem me superava! E eu não sou uma mulher? Eu trabalhava tanto e comia tanto quanto um homem - quando conseguia o que comer - e ainda aguentava o chicote! E eu não sou uma mulher? Pari treze filhos, e vi a maioria deles ser vendida como escravos, e quando chorei minha dor de mulher, só Jesus me ouviu! E eu não sou uma mulher?

Observa-se no discurso de Sojourner a percepção da mulher como sujeito singular condicionado à submissão e, quando oportuno para sociedade, visível e útil, a exemplo de como uma mulher pode trabalhar tal qual um homem, exceto pela inexistência de direitos, privilégios ou reconhecimentos. No entanto, a forma argumentativa com que critica a objetificação da mulher rompe com os mais variados tipos de apropriações e alienações, no caso dela, decorrentes da sua condição de escravizada.

É certo que o conceito de mulher não pode ser abordado de forma única e definitiva, tendo em vista que se trata de uma percepção subjetiva que vai para além da definição

biológica. Sendo assim, a mulher também é uma pessoa que se identifica como tal, e essa identidade é flexível e mutável.

Inclusive, endossando essa ponderação, Susana Bornéo Funck (2011) explica, a partir dessa transitoriedade, que uma mulher é um ser humano entendido culturalmente como feminino em determinado momento ou lugar, e que negocia sua experiência dentro de construções discursivas, podendo ou não comprometer seu completo desenvolvimento como indivíduo.

Dessa forma, refletindo acerca de qual conceito se aplica a esta pesquisa, concordamos que fechar essa definição seria estabelecer muros para uma pluralidade de experiências e existências. Dito isto, pareceu-nos mais assertivo pontuar algumas semelhanças entre as definições: ser mulher é uma experiência percebida de forma particular, porém transformada na coletividade; ser mulher é também uma experiência marcada por relações de dominação e exploração; ser mulher é uma experiência sublinhada pelo afeto, pela resistência, pelo cuidado, pelo não-conformismo.

Nessa esfera, cabe ainda as subseqüentes indagações: e os feminismos nesta história? Necessariamente nascer do sexo feminino me categoriza como uma defensora das pautas feministas? De acordo com a teórica feminista e ativista antirracista bell hooks³ (2021, p.29), “feministas são formadas, não nascem feministas”. A autora afirma ainda que não basta ter nascido do sexo feminino; ser feminista é uma adjetivação incorporada a qualquer pessoa por escolha e ação. Acrescenta, de forma enfática, que o feminismo é um “movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão”.

De acordo com Dicionário Houaiss (2009), feminismo é definido como “a teoria que sustenta a igualdade política, social e econômica de ambos os sexos”. Já no Dicionário Jurídico da professora e jurista Maria Helena Diniz (*apud* Manus, 2015), feminismo é “o movimento que busca equiparar a mulher ao homem no que atina aos direitos, emancipando-a jurídica, econômica e sexualmente.”

Segundo a professora e advogada Ruth Manus (2015) “ser feminista não é bom ou ruim. Ser feminista é necessário”. Conforme a autora, o movimento feminista tornou as mulheres civilmente capazes e independentes perante a lei, permitiu votarem e serem votadas e seguir lutando diariamente por uma sociedade mais justa para todos, todas e

³ bell hooks é o pseudônimo da teórica feminista e escritora Gloria Jean Watkins, criado em homenagem a sua vó materna Bell Blair Hooks. O nome deve ser escrito em letras minúsculas, pois, conforme a autora, desloca o foco da figura autoral para suas ideias. Faleceu em 15 de dezembro de 2021.

todes⁴. A partir dessas compreensões, percebe-se que o conceito de feminismo está intrinsecamente relacionado à condição de cidadã das mulheres, ao reconhecimento legal das mulheres como pessoas de direitos.

A filósofa e professora Marcia Tiburi, na obra intitulada "Você já é feminista!", organizada pelas jornalistas Nana Queiroz e Helena Bertho (2020, p.14-15), afirma que todo feminismo é contraconsciência, é a percepção das contradições da sociedade machista. Ela reforça que se trata de um movimento de autodevolução do seu próprio corpo, de sua voz, de sua linguagem, ou seja, é a politização contra a domesticação e a docilização⁵ às quais as pessoas na condição de mulheres estão condenadas.

Conforme a socióloga Mariana de Lima Campos (2017), o feminismo pode ser considerado uma teoria crítica em constante evolução sobre a construção da sociedade e as desigualdades de gênero existentes. A autora enfatiza que a atuação dos movimentos feministas abriu possibilidades e oportunidades para que mulheres, em sua multiplicidade de vivências, exerçam seu direito de cidadã, buscando reconhecimento, igualdade e transformação social.

A partir deste encadeamento de ideias, entende-se que o movimento feminista antecipa e promove, por meio da luta por direitos iguais, o processo de crescimento da própria sociedade. Entretanto, a filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez (2020), na obra "Por um feminismo afro latino americano"⁶, aponta críticas relevantes sobre o movimento feminista. Apesar da sua incontestável contribuição para a mudança de pensamento social e para ao debate público sobre questões como sexualidade, violência, direitos reprodutivos, entre outras pautas, ele não vislumbrou a pauta racial.

Na mesma linha de pensamento, a filósofa Djamila Ribeiro (2018) afirma que "o feminismo deve contemplar todas as mulheres, [sendo necessário] perceber que não dá pra lutar contra uma opressão e alimentar outra" e enfatiza a necessidade de se conceituar e compreender o patriarcado e todo sistema opressivo que o fortalece.

⁴ Expressão utilizada pela filósofa e professora Marcia Tiburi na publicação *Feminismo em Comum* (2021) para indicar que o feminismo é uma pauta que beneficia a toda sociedade independente da denominação de gênero.

⁵ A expressão "docilização" deriva de um conceito criado pelo filósofo francês Paul-Michel Foucault (1926-1984) para se referir a um produto que está em todas as prateleiras de nossa sociedade, vem nas mais diversas embalagens e pode ser encontrado em praticamente todas as instituições. Ele é o corpo que foi trabalhado arduamente. "É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado". Para saber mais recomenda-se a leitura da obra "Vigiar e Punir".

⁶ Texto originalmente publicado em "Mujeres, crisis y movimiento: América Latina y el Caribe", no *Isis Internacional - Mujeres por un desarrollo alternativo*, v. 6, jun. 1988, p. 133-141.

De acordo com a professora e filósofa Angela Davis *apud* Françoise Vergès (2020, p.28):

o feminismo envolve muito mais do que o gênero [...], ele ultrapassa a categoria "mulheres", fundada sobre um determinismo biológico, e atribui novamente à noção de direito das mulheres uma dimensão política radical: levar em conta os desafios impostos a uma humanidade ameaçada de desaparecer.

Dialogando com intelectuais africanas, latino-americanas e asiáticas sobre os desafios impostos à humanidade, a cientista política Françoise Vergès (2020, p.8) critica radicalmente o eurocentrismo no pensamento feminista, destacando as experiências e reflexões sobre a influência da colonialidade nas formas de exploração e dominação globais, apresentando-nos o feminismo decolonial.

Ao reunir as definições sobre os feminismos, busca-se condensar algumas ponderações: os feminismos visam combater todas as formas de opressão, com a ideia de que o que é justo para as mulheres deve ser justo para todos; os feminismos preservam as memórias das mulheres africanas, latino-americanas e asiáticas que iniciaram as lutas emancipatórias como forma de sobrevivência, desconstruindo um modelo único das lutas das mulheres baseado em uma perspectiva eurocêntrica; as definições de feminismos apresentadas até aqui fazem uma análise multidimensional da opressão e se opõem a tratar raça, sexualidade e classe como categorias excludentes.

Diante dessas ponderações e definições, "ousamos" afirmar que os feminismos aos quais nos referimos são fluidos, críticos, sujeitos a erros, mas, sobretudo, passíveis de revisões. Quando as mulheres gritam, agem, protestam, estudam e produzem conhecimento, toda a sociedade é forçada a repensar e a construir novas práticas sociais. Arriscamo-nos a anunciar que o princípio dos feminismos da Semana da Mulher, nosso objeto de estudo, seja a vida – o esforço para manter as mulheres vivas, na luta por direitos, no reconhecimento, no cotidiano e na busca por respostas. Não sabemos se essas respostas poderão ser encontradas na Universidade, mas certamente muitas perguntas têm sido feitas nos últimos tempos.

2.2 Conceituando as categorias "memória", "memória institucional" e "documento"

O acesso à documentação é um recurso necessário para despertar o interesse científico de forma mais ampla e irrestrita, permitindo o estudo de novas temáticas e a descoberta de novas fontes. Entretanto, ao buscar acervos sobre a história das mulheres, percebe-se que aquelas que normalmente desempenhavam a função de guardiãs da

memória de seus pais, maridos, famílias ou de comunidades não aprenderam a preservar a sua própria memória.

Enquanto as mulheres enfrentavam o esquecimento, essa condição era potencializada pelo silenciamento, como destaca a historiadora francesa Michelle Perrot em sua obra *As mulheres ou os silêncios da história* (2005). Segundo a autora, a postura das mulheres era de passividade e submissão. A elas não cabia a fala, apenas o silêncio. Seus verbos eram aceitar, conformar, obedecer, submeter e calar. No entanto, é evidente que as mulheres não respeitaram essas normativas.

Michelle Perrot destacava que as vozes das mulheres corriam em casa, de forma sussurrada, nos vilarejos e misturadas ao barulho do mercado ou das lojas. Essas tagarelices ou conversas fiadas, muitas vezes desconsideradas social e academicamente, foram taxadas como de pouco valor. Aponta a autora que o silêncio se expande na narrativa histórica, limitando o espaço para mulher, uma vez que tais relatos “privilegiam a cena pública, ou seja, a política, a guerra - onde elas aparecem pouco” (Perrot, 2005).

Transportando-nos para um cenário colonial, a psicóloga e escritora Grada Kilomba (2019, p. 33), em sua obra “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, descreve a imagem da mulher escravizada Anastácia⁷, que teve sua boca silenciada por um instrumento de metal amarrado com cordas em torno do queixo, o nariz e testa, para enfatizar a tortura da não expressão, do silêncio e do medo.

Com o passar dos anos, as várias formas de silenciamento evoluíram para práticas da violência psicológica, tais como ameaças, constrangimentos, humilhações e isolamento (proibir de estudar, viajar ou ter contato com amigos e familiares), entre outras ações que afetam a memória e a sanidade mental das mulheres.

Entretanto, essas práticas de silenciamento têm sido quebradas cotidianamente pelas práticas feministas, que lutam contra diversas formas de opressão e violência. Dentre essas estratégias de enfrentamento, destacam-se a conscientização da mulher acerca do seu papel social e político, a desconstrução de preconceitos e o combate à violência de gênero. Este avanço se deve principalmente à luta das mulheres pelo acesso à educação, que, de

⁷ Sem história oficial, há diferentes versões sobre Anastácia: alguns dizem que ela era filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para Bahia, onde foi escravizada por uma família portuguesa. [...] Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/Iorubá antes de ter sido capturada por europeus traficantes de pessoas e trazida ao Brasil na condição de escravizada. Enquanto outros ainda contam que a Bahia foi seu local de nascimento. Seu nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravização. Para saber mais informações, recomenda-se a leitura da obra “Memórias da Plantação”, de autoria de Grada Kilomba.

certa forma, estimulou a produção de conhecimentos sob uma perspectiva de gênero, aproximou as instituições de ensino da realidade e mudou a forma como a ciência é produzida, um campo que historicamente era predominantemente masculino.

As mulheres, analisadas por Michelle Perrot (2005) não são passivas nem submissas. Segundo a autora, o contexto social não basta para contar a sua história. As mulheres são encontradas de forma aleatória, são diferentes e se afirmam de forma contrária à hierarquia, à disciplina... há resistências e permanências enxertadas no tempo e no espaço, porém é preciso reencontrar esses vestígios.

Nesse sentido, para entendermos a história das mulheres na UNICAP por meio do debate intensificado nas várias edições da Semana da Mulher foi necessário investigar, abrir arquivos e consultar registros e documentos oficiais. Por isso, justifica-se a necessidade de se conceituar "memória", "memória institucional" e "documento".

De acordo com a jornalista e historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro (2013, p. 65),

a memória está em constante transformação; ela não é apenas uma parte de nosso aparelho cognitivo, uma função biológica, mas constitui uma prática social, profundamente entrelaçada a seu tempo e contexto cultural. Assim, as formas de lembrar revelam, mais do que sobre o passado, aspectos específicos da cultura do presente.

A arquivista americana Margareth Heldstrom (2016) compreende a memória como um campo amplo, abordado ora como faculdade cognitiva, ora como fenômeno social. Optando pelo segundo viés, ela destaca que a memória é uma tentativa de reconstrução do passado que expressa o interesse de alguns grupos, podendo ocorrer disputas entre estes.

O sociólogo Maurice Halbwachs (2006) criou a categoria "memória coletiva" para afirmar que toda memória é construída em grupo, com base em pontos de referência compartilhados pelos indivíduos inseridos nos mesmos contextos sociais. Desta forma, mesmo que um acontecimento seja experienciado individualmente, o modo como essa vivência é percebida, guardada ou ressignificada a cada lembrança, é sempre influenciada por valores e experiências vividas na coletividade.

O sociólogo Michael Pollak (1989) reforça o pensamento de Maurice Halbwachs ao afirmar que a memória se forma a partir do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva. Ele argumenta que a memória é também um fator extremamente importante para o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A historiadora norte-americana Joan Scott (2008 *apud* Losandro Antonio Tedeschi, 2015) ressalta que a história das mulheres deve ser reescrita sob uma lógica de investigação diferente da aplicada na história tradicional. O objetivo deve ser transformar as mulheres em sujeitos da história, reconstruindo suas vidas em toda a sua diversidade e complexidade, destacando como atuaram e resistiram às circunstâncias sociais. Os autores reforçam que as mulheres precisam ser as protagonistas de suas histórias e não coadjuvantes, dessa forma, é imprescindível valorizar não só a memória, mas as experiências de vida.

Quando as mulheres contam os acontecimentos de que foram partícipes, o coletivo vive na sua maneira de narrar e interpretar. Apesar das fontes nem sempre serem completas ou legitimadas, elas devem ser consideradas, pois evidenciam o que foi significativo na vida das mulheres.

Dando continuidade ao embasamento desta pesquisa, o segundo conceito a ser elencado é o de Memória Institucional, uma vez que o ponto focal desta pesquisa é a construção da história de um evento que ocorreu há mais de 20 anos na Universidade Católica de Pernambuco.

A memória institucional relaciona o conceito de memória coletiva com o universo de uma instituição. Ligando-se às ideias de Maurice Halbwachs (2006), a comunicadora social e pesquisadora Andréia Arruda Barbosa (2013) define Memória Institucional como as ações, comportamentos e regimentos criados, fundamentados e instruídos por indivíduos participantes da instituição, que são relevantes para a instituição e que estão impregnados em sua cultura organizacional.

Nesse sentido, coube-nos complementar esse embasamento teórico conceituando a categoria “documento”, considerando que se trata de fonte indispensável para comprovar a existência das instituições e suas mentalidades. Optamos pela adoção do conceito de documento apresentado pelo Arquivo Nacional (2005, p. 73) como: “[...] unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte [...]”. Esses registros, quando disponibilizados organicamente, são fontes primárias de informação, essenciais no trabalho de preservação da memória e escrita da história.

Quando esse trabalho de preservação da memória se volta para acervos feministas, a historiadora Fernanda da Costa Monteiro Araújo e a arquivologista Bárbara Moreira Silva de Barros (2022, p.151) consideram:

[...] cada vez mais necessário, por direito a constituírem sua memória e também pela evidência de suas reivindicações políticas e sociais que foram negadas durante décadas. Essa importância é refletida na especificidade que os documentos podem

transmitir ao estudar o contexto de determinados movimentos em sua generalidade até as práticas culturais do grupo, não retirando o direito de fazerem parte de nossa história e memória.

Sob esse olhar, estudar as histórias da Semana da Mulher na UNICAP, a partir de reportagens, fotografias e documentos oficiais, é também entender a passagem das mulheres pela Academia, e especificamente, pela Universidade Católica de Pernambuco. Como essas narrativas e construções são construídas coletivamente, com registro da participação de instituições voltadas à assistência à mulher na cidade do Recife, contar a história da Semana da Mulher é uma contribuição importante para o fortalecimento das instituições feministas que, juntas, fortaleceram o debate durante as edições da Semana da Mulher.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL PARTE I: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL

Em nossas práticas sociais, já é possível identificar uma maior conscientização e entendimento acerca da conquista de direitos, especialmente a partir das bandeiras levantadas pelos movimentos sociais, em especial, os feministas. Neste capítulo, intitulado de Contextualização Social, pretendemos evidenciar as políticas públicas criadas para mulheres no período referente ao marco temporal desta pesquisa, de 2003 a 2023, uma vez que as ações realizadas na Universidade foram impactadas e influenciadas pela criação de leis, programas e serviços para as mulheres, nos âmbitos governamentais (nacional, estadual e municipal).

O período de análise da Semana da Mulher abrange as seguintes conjunturas políticas: os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010; os dois mandatos de Dilma Rousseff, de 2011 a 2016; de Michel Temer, 2011 a 2018; de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022 e, ainda, o primeiro ano do mandato de Lula, em 2023. Este contexto justifica um breve histórico das ações públicas voltadas para as mulheres durante esses governos⁸.

A agenda pela igualdade de direitos das mulheres foi institucionalizada pela primeira vez em um ministério dotado de orçamento e autonomia no ano de 2003. A partir de então, diferentes políticas para as mulheres foram implementadas, em diversos campos, marcando uma trajetória de quase vinte anos com avanços e retrocessos. Observa-se seu apogeu entre os anos de 2003 e 2014, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com status de ministério.

Entre 2015 e 2018, com o golpe que culminou na perda do mandato da Presidenta Dilma Rousseff, iniciou-se um processo de enfraquecimento dos direitos das mulheres, a começar pela perda do status ministerial da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e sua integração ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Mais recentemente, de 2019 a 2022, constatou-se um ciclo de estagnação da agenda de políticas para as mulheres, com a SPM passando a compor a

⁸ Para construção de um panorama das ações governamentais voltadas para as mulheres durante o intervalo de tempo desta pesquisa, utilizamos as informações da linha do tempo produzida por Beatriz Kipnis e Bruna Angotti (2020?), complementadas pelos artigos "O antifeminismo como *backlash* nos discursos do governo Bolsonaro", de autoria de Bruna Soares Aguiar e Matheus Ribeiro Pereira e, "A antipolítica de gênero no governo de Bolsonaro e suas dinâmicas de violência", de autoria de Leonam Lucas Nogueira Cunha. Para acesso aos dados do governo vigente consultamos o site do Ministério das Mulheres.

estrutura do novo Ministério das Mulheres, Família⁹ e Direitos Humanos. Este ministério, ao adotar uma abordagem ideológica religiosa, contribuiu para a deslegitimação de pautas feministas já existentes e para o desmonte das políticas públicas voltadas para as mulheres.

Em 2023, com eleição do presidente Lula, o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos foi extinto e foi criado o Ministério das Mulheres, sob coordenação da Ministra Cida Gonçalves.

3.1 Presidente Lula (2003 a 2010)

O primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi marcado pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, com *status* de Ministério e vinculação direta à Presidência da República. Na formulação de políticas públicas para as mulheres, as Conferências Nacionais, com a participação de organizações e movimentos da sociedade civil, passaram a ter papel importante. Ainda em 2003, criou-se o serviço nacional para denunciar casos de violência contra a mulher, o Disque 180. Em 2006, aprovou-se a Lei Maria da Penha, a primeira lei a definir a violência contra a mulher (física, psicológica, moral, patrimonial e sexual) e a fixar uma orientação clara para uma política pública de prevenção, combate à violência e assistência às vítimas.

Segue o resumo das principais políticas estabelecidas para as Mulheres:

2003 - Criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Lei nº 10.683)

A Secretaria Especial foi criada com o objetivo de assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres.

2003 - Serviço Nacional de Denúncia contra a Violência contra a Mulher

O Disque 180 é um serviço de utilidade pública essencial para o enfrentamento da violência contra a mulher. Além de receber denúncias de violações contra as mulheres, a central encaminha o conteúdo dos relatos aos órgãos competentes e monitora o andamento dos processos.

2003 - Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (Medida Provisória 132/2003) consiste na transferência condicionada de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com crianças de 0 a 17 anos. O recebimento da transferência de renda é feito por meio de cartão bancário, com titularidade

⁹ O termo família, incorporado ao nome do Ministério das Mulheres e Direitos Humanos, vai de encontro às ideias feministas e de igualdade de direitos entre homens e mulheres, principalmente aquelas ligadas à tentativa de se construir direitos reprodutivos e o reconhecimento do aborto enquanto uma questão de saúde pública. A partir de uma visão impulsionada pela igreja, a família nuclear heteronormativa aparece como "família natural", por oposição ao gênero como algo falso e artificial. O conceito de gênero seria uma "ideologia" que visaria destruir as famílias e o casal heterossexual.

preferencialmente de mulheres. Essa lógica que já constava nos programas de transferência de renda anteriores, como o Bolsa Escola, foi unificada e ampliada no Bolsa Família.

2003 - Notificação compulsória nos serviços de saúde nos casos de violência contra a mulher

Os casos de violência contra a mulher passam a ter notificação compulsória nos serviços de saúde, públicos e privados, conforme a Lei 10.778/2003. Essa medida permite maior precisão dos dados sobre violência contra a mulher no Brasil, favorecendo políticas públicas mais adequadas, e também oferece o acesso à rede de serviços para mulheres em situação de violência a partir dos serviços de saúde.

2004 - Instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) ultrapassa os limites da saúde reprodutiva e abrange novos temas, como diversidade e desigualdade de gênero e racial, estabelecendo diretrizes para a redução da mortalidade materna, dos abortamentos em condições de risco e da precariedade da assistência obstétrica e de anticoncepção.

2005 - Plano de Políticas para as Mulheres

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres lança o primeiro plano voltado à garantia de mais direitos e melhor qualidade de vida para as mulheres. O Plano é definido com base nas diretrizes firmadas na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e contém 199 ações, seguindo quatro eixos principais de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e enfrentamento à violência contra as mulheres. Foram realizados três planos nacionais: o primeiro de 2005 a 2008; o segundo de 2008 a 2011; e o terceiro de 2013 a 2015.

2005 - Lançamento do Programa Mulher e Ciência

O Programa Mulher e Ciência foi criado com o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país e, promover, a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

2005 - Lei do Acompanhante

A Lei nº 11.108/2005 estabelece que todos os equipamentos do Serviço Único de Saúde (SUS) obrigatoriamente devem permitir a presença de um acompanhante, indicado pela mulher, durante todas as etapas do parto: antes, durante e no pós-parto imediato.

2006 - Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006 foi a primeira lei a definir a violência contra a mulher (física, psicológica, moral, patrimonial e sexual) e a fixar uma orientação clara para uma política pública de prevenção, combate à violência e assistência às vítimas. A punição da violência contra a mulher se tornou mais rigorosa, com penas de prisão para os agressores e medidas preventivas, como a proibição judicial do agressor se aproximar da vítima.

2007 - Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher consistiu em um acordo federativo firmado entre os poderes executivos nacional, estaduais e municipais visando descentralizar e, ao mesmo tempo, integrar as políticas públicas de combate à violência contra a mulher. O Pacto permite a formação de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência

compostas por diferentes serviços, especializados e não especializados, como o Instituto Médico Legal, Ouvidorias, Defensorias da Mulher, entre outros.

3.2 Presidenta Dilma (2011 a 2016)

Primeira mulher a assumir a Presidência da República, Dilma Vana Rousseff lançou o Programa Mulher: Viver sem Violência, em 2013, com novos serviços e estruturas físicas para possibilitar o atendimento de mulheres em diferentes contextos. No mesmo ano, foi aprovada a chamada PEC das Domésticas, que assegurou aos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) direitos iguais aos dos demais trabalhadores. Ao longo dos mandatos exercidos por ela, registra-se o maior número de ministras mulheres na história do país: 18.

Segue o resumo das principais políticas estabelecidas para as mulheres:

2012 - Legalização do aborto de anencéfalos

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por oito votos a dois, a interrupção da gravidez em casos de anencefalia¹⁰. O pedido (ADPF 54) havia sido feito pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) em 2004. Os outros dois casos em que o aborto é considerado legal são: risco à vida da mulher e estupro.

2013 - Programa Mulher: viver sem violência

O Programa Mulher: Viver sem Violência (Decreto 8.086/2013) teve por objetivo ampliar e integrar a rede de serviços públicos para mulheres em situação de violência.

2013 - Atendimento obrigatório de mulheres em situação de violência sexual pelo SUS.

A Lei 12.845/2013 estabelece a obrigatoriedade de atendimento emergencial, integral e multidisciplinar em hospitais públicos a mulheres em situação de violência sexual¹¹.

2015 - Lei do Femicídio

É aprovada a lei que tipifica o feminicídio (Lei 13.104/2015), que é a morte de mulheres por serem mulheres, isto é, pelo menosprezo às suas condições de mulher, ou por violência doméstica ou familiar. O feminicídio passa a agravar as penas previstas para o homicídio (de 6 a 29 anos de prisão). Com a nova lei, o assassinato de uma mulher por sua condição de mulher se torna passível de punição com penas de prisão de 12 a 30 anos.

¹⁰ Anencefalia é uma má formação que acontece durante a gestação, entre o 16º e 26º dia e é caracterizada pela ausência do encéfalo e calota craniana, além de cerebelo e meninge que se tornam rudimentares.

¹¹ Violência sexual é qualquer ato sexual prejudicial ou indesejado – ou tentativa de obter um ato sexual por meio de violência ou coerção – ou um ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa sem o seu consentimento, por qualquer indivíduo, independentemente de sua relação com a vítima. Isso inclui a participação forçada em atos sexuais, tentados ou consumados, e pode ser física, psicológica ou verbal.

3.3 Presidente Temer (2016 a 2018)

Durante o período do governo do presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, a pasta de políticas para as mulheres perdeu espaço institucional, passando a fazer parte do Ministério da Justiça e Cidadania. Em 2018, a Lei de Importunação Sexual foi aprovada, tornando tal ato um crime punível com prisão. No final de seu mandato, foram criados o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (Sinapom) e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNaViD).

Segue o resumo das principais políticas estabelecidas para as Mulheres:

2018 - Lei da Importunação Sexual

A Lei 13.718/2018 torna crime a importunação sexual, ato até então considerado uma contravenção penal passível apenas de multa e que, a partir da nova lei, passa a ter pena de um a cinco anos de reclusão. A importunação sexual é definida como qualquer ato libidinoso na presença de alguém sem seu consentimento. A mesma lei aumenta a pena para casos de estupro coletivo ou corretivo, que é de seis a dez anos e passa a ter acréscimo de um a dois terços. Além disso, no caso de divulgação de cenas de estupro ou sexo sem consentimento, a lei determina reclusão de um a cinco anos.

2018 - Criação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (Sinapom)

O Sinapom foi criado com o objetivo de integrar as políticas nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal (Decreto 9.586/2018). Para integrar o sistema, os entes subnacionais devem possuir planos de políticas para as mulheres e conselhos dos direitos da mulher. Além disso, cria o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNaViD), que prevê ações para diversas áreas, como saúde, educação e segurança pública, com vários objetivos, como aumentar a conscientização sobre a violência doméstica, prevenir reincidência de agressores, entre outras.

3.4 Presidente Bolsonaro (2019 a 2022)

O governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, com a justificativa de necessidade de corte de gastos, extinguiu e fundiu ministérios, como foi o caso do Ministério de Direitos Humanos, que passou a se chamar Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, alterando as diretrizes que serviam de base às políticas públicas para as minorias sexuais. Coordenado pela pastora Damares Alves, o referido ministério abrigou práticas perpetuadoras de estereótipos de gênero, impondo modelos de conduta e funções sociais e laborais distintas. As benfeitorias relativas aos direitos das mulheres no contexto de um governo de extrema direita agravado pela tragédia da pandemia, continuaram em segundo plano, uma vez que o que seria garantido à população passou a ser loteado com base em

valores patriarcais, misóginos, por meio da adequação social a um conceito familiar de base religiosa. Soma-se a esse quadro, a negligência governamental observada durante a pandemia, período de crescimento da violência contra a mulher, devido ao convívio das vítimas com o agressor durante o isolamento social.

De acordo com informações do *site* do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do início de 2019 a abril de 2020, o governo aprovou 14 mudanças legislativas relacionadas aos direitos das mulheres, sendo 8 alterações na Lei Maria da Penha. As seis restantes se referem: a) ao auxílio emergencial para mulheres provedoras de famílias monoparentais de R\$1.200,00; b) à garantia de realização de mamografias para prevenção do câncer de mama no SUS; c) à política de desenvolvimento e apoio às atividades das marisqueiras; d) o direito das mães amamentarem filhos/as durante a realização de concursos públicos; e) à ampliação das restrições ao casamento infantil; e f) à instituição da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segue o resumo das principais políticas estabelecidas para as mulheres:

2019 - Lei 13.798 de 03.01.2019.

Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

2019 - Lei 13.811 de 12.03.2019.

Confere nova redação ao art. 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para suprimir as exceções legais permissivas do casamento infantil.

2019 - Lei 13.836 de 04.06.2019.

Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar.

2019 - Lei 13.871 de 17.09.2019.

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados.

2019 - Lei 13.872 de 17.09.2019.

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

2019 - Lei 13.882, 13 de outubro de 2019.

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

2019 - Lei 13.902, de 13 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

2019 - Lei 13.931 de, 10 de dezembro de 2019.

Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher.

2020 - Lei 13.982, de 2 de abril de 2020.

A mulher provedora de família monoparental receberá 2 (duas) cotas do auxílio emergencial.

2020 - Lei 13.982, de 2 de abril de 2020.

Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que "dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS", para garantir a realização de ultrassonografia mamária.

2020 - Lei 13.894, de 4 de abril de 2020 - Altera Lei Maria da Penha

Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência a frequência do agressor a centros de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial.

2021 - Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021 - Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.

Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.

3.5 Presidente Lula (2023 até o presente)

Em 2023, com eleição do presidente Lula, o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos foi extinto e foi criado o Ministério das Mulheres, sob coordenação da Ministra Cida Gonçalves. No mês de março de 2023, foi lançado um pacote de ações que reforça as políticas para enfrentamento de violências (físicas, morais e políticas) e amplia ações para a promoção da autonomia econômica e da participação das mulheres em espaços de poder.

Segue o resumo das principais políticas estabelecidas para as mulheres:

2023 - Programa Mulheres da Paz.

Visa a formação de lideranças para o enfrentamento à violência de gênero e à misoginia, desenvolvido como parte do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

2023 - Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios

Foi instituído em 16 de agosto de 2023, pelo Decreto nº 11.640/2023, com o objetivo de prevenir todas as formas de discriminação, misoginia e violência de gênero contra mulheres e meninas, por meio da implementação de ações governamentais intersetoriais, com a perspectiva de gênero e suas interseccionalidades.

2023 - Programa Mulheres Indígenas Tecendo o Bem Viver

O Programa Mulheres Indígenas tem como objetivos fomentar iniciativas socioeconômicas promovidas por coletivos de mulheres indígenas, incentivar o protagonismo das mulheres indígenas e suas organizações, fortalecer as redes de proteção e ação coletiva, visando à promoção, garantia de direitos e prevenção às violências.

2023 - Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres

Lançamento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres e assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com Tribunal Superior Eleitoral, Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público Federal e Conselho Nacional de Justiça para o estabelecimento de um protocolo de atendimento para mulheres que sofrem violência política, em 27 de março. Também foi lançado um edital de apoio a projetos de formação política para mulheres, com R\$4 milhões de investimento.

2023 - A Casa da Mulher Indígena (CAMI)

É uma iniciativa do Ministério das Mulheres para promover ações de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres indígenas. Trata-se de um serviço especializado da rede de atendimento às mulheres em situação de violência e que considera as peculiaridades dos territórios indígenas e das diversas formas de violência que as atingem, constituindo também uma medida de caráter reparatório para as mulheres indígenas. Serão implantadas seis Casas da Mulher Indígena, uma em cada bioma brasileiro (Caatinga, Pampa, Pantanal, Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica), priorizando os territórios indígenas com maior índice de violência contra mulheres. Por se tratar de um novo serviço, o Ministério das Mulheres está construindo, em diálogo e articulação com os Ministérios da Saúde, dos Povos Indígenas, da Justiça e Segurança Pública, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e outras instituições do sistema de justiça. As diretrizes de funcionamento e os respectivos protocolos de atendimento seguem as normativas do Programa Mulher Viver Sem Violência (Decreto 11.431 de 8 de Março de 2023) e está amparada nas ações do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios (Decreto 11.640 de 16 de agosto de 2023).

2023 - Programa Asas pro Futuro

Com o intuito de ampliar a participação de jovens mulheres de periferia em setores de tecnologia, energia, infraestrutura, logística, transportes, ciência e inovação, com ênfase em carreiras voltadas para a sustentabilidade socioeconômica, a iniciativa visa beneficiar mulheres jovens de 15 a 29 anos em situação de vulnerabilidade social, preferencialmente mulheres negras e indígenas.

2023 - Empodera Mulheres na TI

Acordo de cooperação com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) com investimento social no valor de R\$500 mil.

2023 - Programa Energia Mais Mulher

A iniciativa, em parceria com o Ministério de Minas e Energia, tem como objetivo alavancar a carreira de mulheres do setor energético e incentivar o ingresso de mulheres jovens. O acordo prevê reserva de 30% em cursos de qualificação profissional e 50% das vagas em formação social para mulheres jovens nas parcerias do Ministério de Minas e Energia.

2023 - Programa Dignidade Menstrual

O programa garante a distribuição gratuita e continuada de absorventes higiênicos para pessoas beneficiadas e que não têm acesso a esse item fundamental durante o ciclo menstrual. Isso inclui o fornecimento de absorventes descartáveis e em quantidade suficiente para trocas durante o período menstrual. O Programa Dignidade Menstrual foi criado com o Decreto nº 11.432, editado pelo Governo Federal. A iniciativa é coordenada pelos Ministérios da Saúde, das Mulheres, da Justiça e Segurança Pública, da Educação, dos Direitos Humanos e da Cidadania e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

2023 - Elas Exportam

Acordo de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), com o objetivo de reservar vagas no setor de exportação e na área de comércio exterior para mulheres.

2023 -Elas Empreendem

Política pública elaborada para o fortalecimento do empreendedorismo feminino como instrumento de desenvolvimento econômico e social do país. Com foco no microempreendedorismo, a estratégia prevê ações para ampliação do acesso a crédito, educação financeira, acesso ao mercado, tecnologia e inovação, maternidade, diversidade e vulnerabilidade, por meio da integração de políticas públicas e participação de entidades da sociedade civil para que as iniciativas cheguem até a ponta.

2023 - Instalação de Fóruns para apoios às mulheres

Foram instalados fóruns para apoiar mulheres do hip hop, pescadoras, quilombolas e, para enfrentar a violência contra as mulheres do campo, das florestas e das águas.

2023 - Brasil sem Misoginia

Brasil Sem Misoginia é uma proposta de mobilização nacional de todos os setores brasileiros – governos, empresas, sociedade civil, ONGs, movimentos sociais, entidades, instituições de ensino, torcidas organizadas, times de futebol, grupos religiosos, artistas, entre outros – com o objetivo de enfrentar a misoginia - o ódio e todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL PARTE II: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM PERNAMBUCO

Neste capítulo, apresentaremos as políticas públicas voltadas para as mulheres em Pernambuco. Poderíamos ter optado pelo estudo dos feminismos e traçar um panorama dos movimentos sociais, organizações civis e coletivos atuantes no Estado? Sim. Poderíamos também revisitar a história das mulheres no Recife, sublinhando as vanguardistas do início do século XX, quando, segundo as professoras Alcileide Cabral e Noemia Maria (2015), as mulheres pareciam gozar de maior liberdade ao frequentar cafés, cinemas, adotar novas moda e novas formas de sociabilidade, e discorrer sobre as mudanças sociais a partir da inserção das mulheres na vida pública? Sim. Porém, o percurso que mais se adequou às nossas necessidades de pesquisa foi a investigação sobre as ações e programas desenvolvidos pelos governos estadual e municipal para promoção da melhoria das condições de vida das mulheres, uma vez que essas políticas influenciaram o planejamento das edições da Semana da Mulher.

No âmbito estadual, a pesquisa foi realizada a partir da análise dos relatórios de desempenho da gestão da Secretaria da Mulher do Estado e dos Anuários 8 de março, uma publicação anual elaborada pela referida Secretaria. Destaca-se que o acesso aos relatórios foi feito através do Portal da Lei de Acesso à Informação. Os anuários estão disponíveis no site da Secretaria da Mulher. Os relatórios de desempenho da gestão da Secretaria da Mulher do Estado cobrem o período de 2014 a 2022, enquanto os anuários foram publicados desde a criação da Secretaria da Mulher, em 2007, com atualização até o ano de 2022. Para os casos anteriores à criação da Secretaria da Mulher, foram consultadas as leis e decretos promulgados durante a respectiva gestão, acessados no sistema AlepeLegis, da Assembleia Legislativa do Estado.

No período de interesse dessa pesquisa, de 2003 a 2023, atuaram na gestão estadual cinco governadores e uma governadora, a saber: Jarbas Vasconcelos, de 2003 a 2006; Mendonça Filho, em 2006; Eduardo Campos, de 2007 a 2014; João Lyra Neto, em 2014; Paulo Câmara, de 2015 a 2022 e Raquel Lyra (2023), a primeira mulher a assumir o cargo no Estado. No relato a seguir, serão suprimidos os nomes de Mendonça Filho e João Lyra, uma vez que não apresentaram ações ou programas para as mulheres durante suas gestões.

4.1 Governador Jarbas Vasconcelos (2003 a 2006)

A gestão do governador Jarbas Vasconcelos compreendeu o período entre janeiro de 1999 e março de 2006. Eleito duas vezes governador antes de ocupar uma vaga no Senado, Jarbas Vasconcelos lembrou que, há nove anos, Pernambuco amargava uma fase de indicadores negativos, perdendo investimentos para estados vizinhos, como Ceará e Bahia. Segundo ele, os programas administrativos e sociais implantados em seu governo, como o Complexo Industrial e Portuário de Suape e o Porto Digital, "melhoraram os índices econômicos e resgataram a auto-estima dos pernambucanos, cujo amor-próprio estava no fundo do poço" (Jarbas, 2008).

O governador atribuiu a reversão desse cenário à montagem de uma eficiente equipe de trabalho, cuja plataforma de atuação se baseou em oito linhas: equilíbrio das finanças, modernização da gestão estatal, planejamento descentralizado, requalificação de infra-estrutura, qualificação profissional, combate à pobreza rural, atração de investimentos e apoio à base produtiva já existente no estado. Em relação às políticas públicas voltadas às mulheres, destacam-se as seguintes ações:

- a 1ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado de Pernambuco, convocada pelo presente Decreto Executivo nº26.583, de 8 de abril de 2004;
- a criação do regime especial de atendimento, para fins de renda, emprego, qualificação técnica e profissional, às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (Lei nº 12.585, de 17 de maio de 2004); e
- a fundação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDIM/PE, órgão permanente da Administração Pública Estadual, por meio da Lei nº 12.622, de 2 de julho de 2004.

4.2 Governador Eduardo Campos (2007 a 2014)

Eduardo Campos começou na política ainda na universidade, quando foi eleito presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia. Em 1986, trocou a oportunidade de fazer um mestrado nos Estados Unidos pela participação na campanha que elegeu o avô, Miguel Arraes, o governador de Pernambuco. Com a eleição de Arraes, em 1987, passou a atuar como chefe de gabinete do governador. Neste período, foi o responsável pela criação da primeira Secretaria de Ciência e Tecnologia do Nordeste e da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Em 2004, a convite do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Eduardo Campos assumiu o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), tornando-se o mais jovem dos ministros nomeados (Eduardo, 2024).

A gestão do governador Eduardo Campos (2007 a 2014), sem sombra de dúvida, projeta-se em comparação às demais, sendo beneficiada pelo incentivo do governo federal no desenvolvimento de programas voltados ao atendimento das minorias sociais. Ressaltamos, nesse contexto, a criação da Secretaria Especial da Mulher, em 19 de janeiro de 2007, por meio da lei 13.205. Em 6 de janeiro de 2011, com a Lei nº 14.264, passou a ser uma Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria da Mulher. Atualmente, a SecMulher-PE é regida pela Lei nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo de Pernambuco. Tem por missão promover os direitos das mulheres no Estado de Pernambuco.

Outras ações de destaque foram:

- regime especial de atendimento nos serviços públicos de saúde de referência em cirurgia plástica, no âmbito do Estado de Pernambuco, para a mulher vítima de agressão quando o dano físico necessite de realização de procedimento cirúrgico-estético reparador (Lei 13.300, de 1 de julho de 2007);
- programa Mãe Coruja Pernambucana (Lei nº 13.959, de 16 de dezembro de 2009);
- serviço de abrigo, atendimento e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, no âmbito do Estado de Pernambuco (Lei nº 13.977, de 17 de dezembro de 2009);
- notificação Compulsória da Violência contra a Mulher atendida em estabelecimentos de saúde públicos e privados no Estado de Pernambuco (Lei nº 14.633, de 24 de abril de 2012);
- garantia e o direito de as mães amamentarem seus filhos nos recintos coletivos de acesso público dos estabelecimentos comerciais situados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências (Lei nº 14.801, de 27 de outubro de 2012);
- obrigatoriedade de disponibilização da Lei Maria da Penha nos estabelecimentos que indica para consulta da população, em local visível e de fácil acesso, e dá outras providências (Lei nº 15.083 de 7 de setembro de 2013).

4.3 Governador Paulo Câmara (2015 a 2022)

Afilhado político do ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos, o governador Paulo Câmara estreou na política em 1º de janeiro de 2015. Em 2016, enquanto estava à frente do executivo estadual, entrou em uma polêmica ao nomear os filhos do ex-governador Eduardo Campos para cargos na prefeitura e governo do estado. João Campos, que tinha então 22 anos, foi indicado como chefe de Gabinete do governador, a mesma função que o pai ocupou no segundo governo de Miguel Arraes (1987-1990) (Paulo, 2024).

Na gestão do governador Paulo Câmara, observamos que as políticas públicas voltadas às mulheres priorizam a questão da segurança e da redução da violência, conforme as leis abaixo relacionadas:

- Lei nº 15.722, de 8 de março de 2016
Dispõe sobre a divulgação, no âmbito do Estado de Pernambuco, do serviço de Disque-Denúncia de violência, abuso e exploração sexual contra a mulher (180) disponibilizado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e da Ouvidoria da Mulher (0800.281.8187), oferecido pela Secretaria da Mulher de Pernambuco, na forma que especifica.
- Lei Ordinária nº 15.897, de 28 de setembro de 2016
Garante às mulheres em situação de violência doméstica e familiar e seus familiares a prioridade de vagas nas escolas públicas estaduais.
- Lei Ordinária nº 16.499, de 7 de dezembro de 2018
Estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco.
- Lei Ordinária nº 16.583, de 11 de junho de 2019
Assegura, nos órgãos estaduais, no âmbito do Estado de Pernambuco, a prioridade de atendimento para emissão de Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho (CTPS) às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
- Lei Ordinária nº 16.633, de 25 de setembro de 2019
Determina regras para a reserva de unidades residenciais dos programas habitacionais do Estado de Pernambuco às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e dá outras providências.
- Lei Ordinária nº 16.926, de 20 de junho de 2020
Estabelece prioridade de atendimento nas Delegacias da Polícia Civil do Estado de Pernambuco às mulheres vítimas de violência.
- Lei Ordinária nº 17.016, de 14 de agosto de 2020
Determina que o protocolo de combate ao feminicídio e de enfrentamento da violência contra a mulher seja distribuído ou disponibilizado para todas as escolas públicas do Estado.
- Lei Ordinária nº 17.373, de 9 de setembro de 2021
Institui e define diretrizes para a Política Pública “Menstruação Sem Tabu” de conscientização sobre a menstruação, bem como sobre a importância da universalização do acesso a absorventes higiênicos.

- Lei Ordinária nº 17.377, de 9 de setembro de 2021
Cria o Estatuto da Mulher Parlamentar e Ocupante de Cargo ou Emprego Público, no âmbito do Estado de Pernambuco, com mecanismos para o enfrentamento ao assédio e à violência política contra mulheres.
- Lei Ordinária nº 17.394, de 19 de setembro de 2021
Institui o Programa de Registro de Femicídio de Pernambuco e dá outras providências
- Lei Ordinária nº 17.658, de 11 de janeiro de 2022
Dispõe sobre o registro pela internet de Boletim de Ocorrência de crime praticado contra mulher por violência doméstica e familiar, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, nos termos que indica.
- Lei Ordinária nº 17.665, de 11 de janeiro de 2022
Institui Política de Enfrentamento ao Femicídio no âmbito do Estado de Pernambuco
- Lei Ordinária nº 17.666, de 11 de janeiro de 2022
Institui a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral aos órfãos e órfãs do Femicídio.
- Lei ordinária nº 17.884, de 14 de julho de 2022
Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Programa Código Sinal Vermelho, como medida de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Lei ordinária nº 17.925, de 9 de setembro de 2022
Institui a Política Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna
- Lei ordinária nº 18.084, de 27 de dezembro de 2022
Dispõe sobre o compartilhamento dos canais oficiais para denúncias pela internet de crimes praticados contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa, pessoa com deficiência, pessoa em situação de rua, pessoa lgbtqi+, negros e índios em sítios eletrônicos e aplicativos para dispositivos móveis dos órgãos do Poder Público Estadual.
- Lei ordinária nº 18.085, de 29 de dezembro de 2022
Institui a Política Estadual de Valorização da Mulher no Campo e dá outras providências.

4.4 Governadora Raquel Lyra (2023 até o presente)

No dia 31 de março de 2022, Raquel Lyra deixou a prefeitura de Caruaru e iniciou a campanha para disputar as eleições ao governo de Pernambuco. No entanto, sua trajetória política teve início em 2007. Formada em Direito, em 2002, assumiu o cargo de delegada da Polícia Federal, onde permaneceu até 2005. Nesse mesmo ano, foi aprovada no concurso para a Procuradoria Geral do Estado. Entre 2007 e 2010, Raquel foi chefe da Procuradoria de Apoio Jurídico e Legislativo do governo de Eduardo Campos. Filiada ao PSB desde 2007, em 2010, foi eleita deputada estadual com 49 610 mil votos. Em 2011, assumiu a Secretaria da Criança e da Juventude, cargo que exerceu até o final de 2012, quando retornou ao mandato de deputada estadual. Em 2014, Raquel Lyra foi reeleita deputada estadual com 80 mil votos (Frazão, 2022).

Em 2016, deixou o PSB e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e concorreu às eleições para a prefeitura de Caruaru. Eleita para o mandato de 2017-2020,

tornou-se a primeira mulher eleita prefeita da cidade. Em 2020, foi reeleita. Em 2022, concorre ao cargo de governadora do Estado de Pernambuco disputando o segundo turno com a candidata Marília Arraes. No dia 30 de outubro de 2022, dia do segundo turno, Raquel Lyra foi eleita a primeira mulher a governar o Estado de Pernambuco, com mais de 59% dos votos válidos. Pernambuco teve duas mulheres comandando o Palácio do Campo das Princesas, Raquel Lyra e a vice-governadora Priscila Krause (Frasão, 2022).

Raquel Lyra, por ser a primeira mulher eleita governadora de Pernambuco, carregou consigo a responsabilidade de pensar em ações afirmativas voltadas para a mulher com mais empatia e sororidade. Entretanto, vinculada à uma ala política conservadora, a então governadora avança pouco no seu primeiro ano de mandato no que se refere às ações afirmativas para as mulheres. Sua atenção se voltou a um plano intitulado “Juntos pela Segurança” cujo objetivo era prevenir a violência no Estado a partir da articulação com os municípios, polícia e defesa social, sistema de justiça, entre outros, setores, face ao crescimento do índice de violência e feminicídios no Estado. Apesar do compromisso com a pauta da segurança pública, não se percebeu inovações legais, salvo a lei que institui a política estadual de reeducação reflexiva dos autores de violência doméstica, o que nos leva a questionar a semelhança com as medidas socioeducativas utilizadas em jovens infratores, com terapêutico da religião.

A seguir, as principais ações no referido governo:

- Lei ordinária nº 18.173, de 13 de junho de 2023.
Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Reeducação Reflexiva dos autores de violência doméstica e familiar e dá outras providências.
- Lei ordinária nº 18.214, de 4 de julho de 2023.
Institui a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora.
- Lei ordinária nº 18.246, de 5 de julho de 2023.
Altera a Lei nº 16.583, de 10 de junho de 2019, que assegura, nos órgãos estaduais, no âmbito do Estado de Pernambuco, a prioridade de atendimento para emissão de Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho (CTPS) às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
- Lei ordinária nº 18.258, de 18 de julho de 2023.
Cria o Programa de Distribuição Gratuita de Absorventes Higiênicos, no âmbito do Estado de Pernambuco, nas situações que indica.
- Lei ordinária nº 18.284, de 2 de setembro de 2023.
Altera a Lei nº 15.533, de 23 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação - PEE, a fim de incluir entre as suas diretrizes e metas o enfrentamento à evasão escolar em decorrência da pobreza menstrual e aperfeiçoar seus dispositivos para promover a proteção dos direitos das mulheres.
- Lei ordinária nº 18.306, de 6 de outubro de 2023.

Assegura o sigilo dos dados, que constam nos cadastros dos órgãos e secretarias do Estado de Pernambuco, das mulheres em situação de risco decorrentes de violência doméstica e familiar, bem como dos seus filhos e familiares.

- Lei ordinária nº 18.321, de 6 de outubro de 2023.
Dispõe sobre as diretrizes dos direitos das mulheres trabalhadoras do setor primário no âmbito do estado de Pernambuco.
- Lei ordinária nº 18.322, de 6 de outubro de 2023.
Altera a Lei nº 13.302, de 21 de setembro de 2007, que estabelece os princípios e as diretrizes a serem observados pelo Governo do Estado de Pernambuco quando da elaboração e execução das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher.
- Lei ordinária nº 18.342, de 17 de outubro de 2023.
Altera a Lei nº 14.633, de 23 de abril de 2012, que dispõe sobre o procedimento de notificação compulsória dos casos de violência contra mulher, criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência atendidos em estabelecimentos e serviços de saúde públicos e privados do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre o atendimento preferencialmente realizado por profissionais do sexo feminino para as mulheres vítimas de violência.
- Lei ordinária nº 18.372, de 18 de novembro de 2023.
Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual Mulheres na Ciência e dá outras providências.
- Lei ordinária nº 18.379, de 18 de novembro de 2023.
Altera a Lei nº 13.314, de 15 de outubro de 2007, que dispõe sobre o assédio moral no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco e dá outras providências.
- Lei ordinária nº 18.437, de 27 de dezembro de 2023
Altera a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de incluir novos quesitos nos formulários de saúde para identificação da ocorrência de violência obstétrica.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL PARTE III: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES EM RECIFE

Recife é uma cidade pioneira na consolidação de políticas voltadas para as mulheres, haja vista a instituição da Coordenadoria da Mulher, em 2001; a criação do Centro de Referência Clarice Lispector, em 2002; a criação da Secretaria Especial da Mulher, em 2010; a Secretaria da Mulher, em 2013; a instituição do Fundo Municipal de Política para Mulher, em 2020, entre outras ações representativas da construção da agenda de luta das mulheres na cidade e do tensionamento do poder público no atendimento a essas pautas.

Nesse capítulo, daremos por concluída a fundamentação teórica e contextualização social, com a apresentação das políticas públicas pensadas para as mulheres na gestão dos prefeitos: João Paulo de Lima e Silva (2001 a 2008), João da Costa Bezerra Filho (2009 a 2012), Geraldo Júlio de Mello Filho (2013 a 2020) e João Henrique de Andrade Lima Campos (2021 até o presente).

5.1 Prefeito João Paulo (2001 a 2008)

João Paulo Lima e Silva foi o primeiro presidente da CUT Pernambuco em 1988 e também vereador do Recife no mesmo ano. Foi eleito cinco vezes deputado estadual por Pernambuco, em 1990, 1994, 1998, 2018 e 2022. No ano de 2000, foi o primeiro prefeito do Recife pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo reeleito em 2004. Foi deputado federal de 2010 a 2014. Em julho de 2015, assumiu a superintendência da Sudene no governo Dilma (Alepe, 2024). Primeiro prefeito operário da capital pernambucana, realizou importantes obras em seus dois mandatos à frente da administração municipal, entre elas as ações de contenção de deslizamentos nos morros, o Carnaval Multicultural, a estruturação do Programa Saúde da Família (PSF) e a implantação da Academia da Cidade.

Nas duas gestões do prefeito João Paulo, observamos uma trajetória de construção de políticas públicas para as mulheres, a partir da criação da Coordenadoria da Mulher da cidade do Recife. Com este dispositivo, foram desenvolvidas várias ações implantadas por quatro gestoras, a saber: Andrea Butto (2001 a 2003), Karla Magda de Melo Menezes (2003 a 2005), Dalvanice do Nascimento Araújo (2005 a 2007) e Juliana Cesar (2007 a 2010). Esta última permaneceu na gestão do prefeito sucessor João da Costa.

Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- A criação da Lei Municipal nº 16.675, de 23 de julho de 2001, que tratava sobre as prioridades orçamentárias do município para o ano de 2002, levando em consideração o combate à desigualdade de gênero e o estabelecimento de uma política de atenção em relação à saúde, ao trabalho e à assistência judiciária;
- A fundação da Comissão de Monitoramento da Violência Doméstica (2001);
- A formação do bloco político carnavalesco “Nem com uma flor”, para dar visibilidade à questão do combate à violência de gênero;
- Realização do Seminário “Assistência Integral à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Sexual”;
- Lançamento da 1ª Conferência Municipal da Mulher (2002);
- Realização do 1º Seminário sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos (2002);
- Criação dos serviços de acolhimento às mulheres vítimas de violência de gênero, como a Casa Abrigo Sempre Viva e o Centro de Referência Clarice Lispector;
- Elaboração do Projeto de lei nº 104/2003, que dispõe sobre a realização, na rede pública, de cirurgias reparadoras para as mulheres vítimas de violência;
- Criação do Conselho Municipal da Mulher (2003);
- Implementação do projeto “Relações de gênero no Programa de Saúde da Família”, no Recife;
- Sanção da lei nº 26/2004, que tem por objetivo punir os atos discriminatórios à população LGBTT e instituir o Dia da Diversidade;
- Execução da 2ª Conferência Municipal da Mulher (2004);
- Fundação da “Rede de Mulheres Tecendo Economia Popular Solidária”;
- Realização da 3ª Conferência Municipal da Mulher (2006);
- Institucionalização do Decreto Municipal nº 21.970, de maio de 2006, que regulamentou o procedimento de notificação compulsória de violência contra a mulher em serviços de assistência à saúde, públicos ou privados, de urgência ou emergência.
- Realização da 4ª Conferência Municipal da Mulher (2008).

5.2 Prefeito João da Costa (2009 a 2012)

Formado em Agronomia pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e em Administração de Empresas na Universidade Federal de Pernambuco, o prefeito João da Costa Bezerra Filho foi diretor do Diretório Central dos Estudantes das duas instituições e coordenador geral da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil e diretor da União Nacional dos Estudantes. Em 1988, filiou-se ao PT. Assumiu, em 2001, a Secretaria do Orçamento Participativo, criada na primeira gestão do prefeito João Paulo Lima. Em 2005, passou a coordenar a Secretaria de Planejamento Participativo e, no ano seguinte, foi eleito o deputado estadual mais votado do Recife (João, 2022).

Durante a sua gestão, a Coordenadoria da Mulher continuou sob a coordenação de Juliana César, até o ano de 2009. De 2010 a 2012, a coordenadoria foi administrada por Rejane Pereira. Destacamos que durante o governo de João da Costa, as políticas para as mulheres na cidade do Recife foram consolidadas juntamente com as mudanças propostas pelos movimentos feministas, conforme abaixo mencionadas:

- Criação do Programa Mãe Coruja Recife (2207) com o objetivo de reduzir a mortalidade materna infantil;
- Promoção da Coordenadoria da Mulher para Secretaria Especial (2009);
- Realização da 5ª Conferência Municipal da Mulher (2011);
- Formalizado um acordo de cooperação com a ONU através da assinatura do documento “Mulheres e o Orçamento Público” (2011);
- Criação do grupo de trabalho sobre as mulheres de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Afrobrasileira, como intuito de debater sobre identidade racial, cultural e ancestralidade (2012);
- Realização do III Encontro de Mulheres com Deficiência, em parceria com a Secretaria de Assistência e a Secretaria da Mulher de Pernambuco (2012);
- Lançamento do I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres;
- Implantação de Núcleos de Escuta nas seis regiões do Município, junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

5.3 Geraldo Julio (2013 a 2020)

Geraldo Júlio de Mello Filho formou-se em Administração pela Universidade de Pernambuco (UPE) e fez pós-graduação em Administração Pública pela mesma universidade. Atuou no terceiro mandato de Miguel Arraes à frente do governo de Pernambuco e, em 2000, foi diretor de planejamento na Secretaria de Administração da Prefeitura do Recife. Entre 2003 e 2006, atuou junto a Eduardo Campos no Ministério da Ciência e Tecnologia durante o primeiro governo de Lula. No governo de Eduardo Campos, assumiu a Secretaria de Planejamento de Pernambuco em 2007 e, quatro anos depois, foi secretário estadual de Desenvolvimento Econômico e atuou como presidente do Porto de Suape. Foi prefeito do Recife durante duas gestões, de 2013 a 2020 (Geraldo, 2023).

Com relação às políticas públicas para as mulheres, antes de elencarmos as realizadas durante as gestões do referido prefeito, cabe-nos registrar que a Coordenadoria da Mulher foi coordenada por Silvia Cordeiro e Elizabete Godinho.

Vale ressaltar que a Secretaria da Mulher foi criada na gestão do prefeito Geraldo Júlio no primeiro dia do seu governo com o objetivo de promover políticas públicas para as mulheres e enfrentar o preconceito e as desigualdades de gênero, raça, classe, geração e orientação sexual. Entre as suas atribuições, esteve a promoção de políticas públicas para o conjunto dos segmentos da população feminina, em especial para as mulheres negras, pobres, lésbicas, com deficiência e idosas, priorizando programas voltados para a prevenção e enfrentamento da violência doméstica sexual e urbana contra a mulher, além de ações de formação sociopolítica e econômica.

Outras menções importantes devem ser feitas para alguns programas de suma importância na garantia de direitos para as mulheres, são estes:

- o Programa Mãe Coruja Recife, baseado na experiência bem-sucedida do Mãe Coruja Pernambucana, que contou com sete espaços, locais de acolhimento e vivências que buscou fortalecer os vínculos entre mãe, bebê, e a família, com a proposta de contribuir para a redução da mortalidade materno-infantil, promovendo ações intersetoriais, com a participação de várias secretarias municipais;
- O Hospital da Mulher foi construído em 2013, com o objetivo de atender mulheres a partir dos dez anos de idade que necessitam de procedimentos de média e alta complexidade. O hospital oferece atendimentos ambulatoriais de pré-natal de alto risco, assistência ao parto e puerpério, além de atendimento nas especialidades: ginecologia infanto puberal, climatério, serviço de esterilização cirúrgica e mastologia. Disponibiliza ainda um banco de leite humano, endocrinologista, cardiologista, nutricionista, psicólogo, fisioterapeuta, odontólogos e enfermeiros; e
- O Centro de Referência Clarice Lispector foi criado em 2002 para acolher e orientar mulheres em situação de violência doméstica e/ou sexista.

Além desses serviços, podemos sublinhar as ações abaixo relacionadas:

- Criação do Fundo Municipal de Política para as Mulheres: Essa iniciativa fez do Recife a primeira cidade do Brasil a criar um fundo voltado para o gênero;
- Realização de um termo de cooperação técnica com a Secretaria da Mulher de Pernambuco, tornando a casa abrigo Sempre Viva uma unidade integrada à rede de casas abrigo do Estado;
- Fortalecimento da inclusão econômica com o recorte de gênero a partir da Lei Municipal nº 17.875, de junho de 2013;
- Lançamento do Plano de Enfrentamento à Violência, através do Decreto Municipal nº 27.854 (2014);
- Realização de parceria com a Secretaria de Educação por meio da ação “Maria da Penha Vai à Escola”;

- Criação do Programa Cidade Segura para as Mulheres, integrando o programa "Pacto pela Vida do Recife;
- Reforma e ampliação do Centro Clarice Lispector (2013);
- Inauguração do Centro da Mulher Metropolitana Júlia Santiago (2013);
- Realização da 6ª Conferência Municipal da Mulher (2016).

5.4 Prefeito João Campos (2021 até o presente)

O início de sua carreira política é praticamente a continuidade de um legado político familiar. Neto de Miguel Arraes e filho de Eduardo Campos, João Henrique de Andrade Lima Campos tem formação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e começou como secretário da Organização Estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB). No cargo, durante o ano de 2015, ele percorreu o interior de Pernambuco, participando e coordenando encontros do partido. Em 18 de fevereiro de 2016, João Campos assumiu o cargo de chefe de Gabinete do Governo de Pernambuco durante o mandato de Paulo Câmara. Em março de 2018, ele foi eleito vice-presidente nacional de Relações Federativas no XIV Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB). No mesmo ano, João tentou pela primeira vez uma vaga na Câmara Federal e obteve 460.637 votos, tornando-se o candidato mais votado da história de Pernambuco. Em 2020, candidatou-se à prefeitura do Recife, sendo eleito no segundo turno com 56% dos votos válidos, vencendo a prima Marília Arraes (João Henrique, 2024).

No que se refere às políticas pública para as mulheres da cidade, destacam-se as seguintes ações:

- ampliação dos serviços do Centro de Referência Clarice Lispector com a oferta de atendimento 24 horas por dia nas salas da Secretaria da Mulher do Recife localizadas nos Compaz¹².
- criação da Câmara Técnica Municipal de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher;
- fundação do Núcleo Institucional de Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LBT);

¹² O Centro Comunitário da Paz - Compaz foi concebido com foco na prevenção da violência, inclusão social e fortalecimento comunitário. Baseada na experiência colombiana das Bibliotecas Parque e em outras iniciativas cidadãs existentes no mundo, a Rede Compaz é composta por seis unidades, localizadas nos bairros do Alto Santa Terezinha, Cordeiro, Madalena, Ilha Joana Bezerra, Ibura e Pina. Conhecidos como "Fábricas de Cidadania", os equipamentos se destacam tanto pela estrutura, pelos serviços e atendimentos oferecidos, a exemplo de cursos de capacitação, orientação jurídica, assistência social, aulas de artes e esportes, entre outros. Os Compaz estão vinculados à Secretaria de Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife.

- encaminhamento de projeto de lei que torna a Cooperativa Ecovida Palha de Arroz, formada apenas por mulheres, entidade de utilidade pública.

Apesar do comprometimento governamental com a criação de benefícios e políticas públicas para reduzir impacto da desigualdade de gênero e do alto índice de violência contra a mulher, essas conquistas, na opinião de Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (2017), não contemplam do mesmo modo as mulheres do Brasil, sendo usufruídas de formas distintas por mulheres ricas, pobres, rurais, urbanas, jovens, velhas, intelectuais e analfabetas. Ainda assim, é admirável o reposicionamento social da mulher e seu protagonismo, considerando os séculos de opressão, desigualdades e invisibilidade na história. Deve-se reconhecer a crescente visibilidade das mulheres na mídia, no mercado de trabalho, na política, na educação, resultado da luta de movimentos sociais e da conscientização do pensamento militante feminista.

A necessidade de observância das políticas afirmativas decorre da compreensão de que há grupos específicos em nossa sociedade que necessitam de apoio e proteção do Estado para alcançar o mínimo de direitos que outros grupos privilegiados socialmente já conquistaram de maneira "natural". Portanto, é dever da UNICAP, enquanto instituição de natureza comunitária, intervir e apoiar tais iniciativas. Através dessas políticas, muitas mulheres puderam acessar espaços antes inalcançáveis, tal como a própria Universidade.

6 PRESENÇA DAS MULHERES NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO: DE ESMERALDINA À VALDENICE

A UNICAP teve sua origem no século XX, em um contexto de poucas instituições de ensino superior e expansão da cidade do Recife. Devido às suas condições geográficas, as lideranças eclesiais católicas adotaram, paulatinamente, iniciativas para a fundação de uma universidade. Conforme Plano de Desenvolvimento Instituição 2011-2016 (UNICAP, 2011), a história da fundação da UNICAP remonta a 1917, quando, atendendo a uma solicitação do então arcebispo, Dom Sebastião Leme, os Jesuítas voltaram a atuar no Recife e criaram o Colégio Nóbrega.

Com o passar dos anos, visando à continuidade do trabalho com os acadêmicos, sobretudo os egressos do referido colégio, os Jesuítas solicitaram autorização ao Ministério da Educação para fundar uma Faculdade de Filosofia destinada aos rapazes, uma vez que na cidade já existia uma faculdade para as moças. O pleito tornou-se realidade a partir de 18 de abril de 1943, quando foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, começando suas atividades com os cursos de Filosofia, Física, Matemática, Química, História, Geografia, Letras Clássicas e Letras Neo-latinas.

No segundo ano de fundação, houve um decréscimo no número de alunos matriculados, em virtude da convocação dos jovens para o Serviço Militar, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Diante dessa situação, foi preciso encontrar uma solução para aumentar o número de alunos. Uma das opções foi a abertura da matrícula para as moças. A necessidade de reduzir o prejuízo financeiro, formar um quadro de estudantes assíduos e incrementar as áreas cultural e social foram critérios levados em consideração para a aceitação do público feminino no quadro discente da Faculdade (Cabral, 1993, p.30).

Porém, havia um dilema entre os jesuítas: a abertura da Faculdade para mulheres comprometeria a relação com as Irmãs¹³ Dorotéias? Dirimida a questão religiosa entre os jesuítas e as Dorotéias, autorizou-se a inclusão de turmas mistas a partir do dia 21 de janeiro de 1946, conforme telegrama do Pe. Riou, Provincial do Colégio Vieira, na Bahia (Cabral, 1993, p.33). Desta forma, pode-se inferir que a presença das mulheres na Faculdade

¹³ Congregação religiosa que administra a Faculdade de Filosofia do Recife, fundada em 1941, exclusivamente para atender o público feminino.

Manoel da Nóbrega se apresentou como a solução de uma crise financeira existente na ocasião, possibilitando a permanência da instituição no mercado.

Fundada em 27 de setembro de 1951, a UNICAP sempre contou, prioritariamente, com a presença feminina nas suas atividades técnicas e administrativas. No entanto, essa presença não se refletia igualmente no corpo docente. Apenas em 1957 foram contratadas duas professoras, e esse número aumentou significativamente ao longo dos anos, conforme se verifica na obra “Universidade Católica de Pernambuco: em resposta ao desafio do Nordeste” do Monsenhor Rubens Gondim Lóssio (1974).

Em 1960, em meio a um contexto de mudanças na sociedade civil e na Igreja, a Universidade admitiu, no dia 10 de junho, a primeira professora na condição de catedrática interina da cadeira de Cálculo Infinitesimal, a Sra. Esmeraldina¹⁴ Pereira da Silva, de acordo com a Portaria nº 2/1960 (UNICAP, 1960). Embora não se tratasse da primeira contratação feminina, destacamos a excepcionalidade de uma mulher assumir uma disciplina que hoje equivaleria no ementário a cálculo diferencial e integral.

Simultaneamente à notória expansão acadêmica da Universidade, com a criação de novos cursos como Ciências Contábeis, Psicologia, Jornalismo, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, a Universidade passava por mais um período de instabilidade financeira agravado pelo contexto político e social do regime ditatorial militar. No decorrer desse período, houve a ascensão da primeira docente ao cargo de Coordenadora do Instituto de Psicologia, a Profa. Maria Auxiliadora Moura, em 31 de janeiro de 1968 (UNICAP, 1968a). Todavia, os seus deveres limitavam-se exclusivamente à organização curricular e observância do desempenho de professores e alunos. A gestão administrativa, nesse ínterim, continuava sob a responsabilidade do Diretor da Faculdade de Filosofia.

Em seguida, a Profa. Maria Lúzia da Costa assumiu a Coordenação do Curso de Pedagogia em 1968 (UNICAP, 1968b), onde permaneceu até 1970, quando foi promovida à Diretora da Faculdade de Educação, cargo que ocupou até 1972. Neste ano, com a reforma estatutária, a Profa. Maria Lúzia da Costa passou a exercer a função de Diretora do Centro

¹⁴ Não à toa, a Sra. Esmeraldina foi convidada a ministrar aulas de Cálculo na UNICAP. Ela foi pioneira na área de Engenharia por ser a primeira mulher negra a se formar em engenharia pela Escola de Engenharia de Pernambuco, em 1944 e foi também a única mulher na gestão desta Escola, nos anos de 1974 a 1975.

de Educação (UNICAP, 1970). Maria Lúzia¹⁵ foi, portanto, a primeira mulher a dirigir uma Faculdade na UNICAP.

Na Coordenação do Curso de Pedagogia, a Profa. Maria Lúzia da Costa foi substituída pela Profa. Olívia Sérvula Orengo Rodrigues da Silva, em 29 de abril de 1971, conforme Portaria nº 45/1971 (UNICAP, 1971). Ainda em 1971, a Coordenação do Curso de História foi assumida pela Profa. Maria do Socorro Ferraz da Rocha, que permaneceu até 1972. Em 1972, a Profa. Rachel de Hollanda Costa exerceu a Coordenação do Curso de Letras. No mesmo ano, a Profa. Maria das Dores Negreiros do Amaral ocupou o cargo de Coordenadora do Curso de Teologia, onde permaneceu até 1973.

Quanto ao corpo técnico administrativo, sublinha-se a contratação de uma adolescente de 14 anos, em 7 de janeiro de 1964, como auxiliar administrativa, a Srta. Valdice Dantas, sobrinha do Pe. Lidorval de Mello Dantas, S.J. Conforme entrevista concedida no Boletim UNICAP (França, 2014), Valdenice trabalhou como assistente da Tesouraria até alcançar o cargo de Chefe da Divisão de Pessoal, onde permaneceu de 1974 até 2020, conforme Portaria 088/2020 (UNICAP, 2020), sendo exonerada a pedido. Seu pioneirismo se deve ao fato de ser a primeira mulher com cargo técnico administrativo a assumir o cargo de Pró-reitora Administrativa, de forma interina, nos anos de 1983, 1985 e 1986, conforme as Portarias 74/1983 (UNICAP, 1983), 110/1985 (UNICAP, 1985a), 117/1985 (UNICAP, 1985b) e 19/1986 UNICAP, 1986).

Valdice Dantas tornou-se a “testemunha ocular da história da UNICAP”, acompanhando as reformas administrativas, acadêmicas e prediais da Instituição desde o início da década de 1960 até 2020. Embora não se declarasse feminista, curiosamente, contratava exclusivamente mulheres para trabalhar na seção administrativa da Divisão de Pessoal, uma tradição que permanece até a presente data. Em 2014, por meio da Resolução 001/2014 (UNICAP, 2014a), recebeu o título e a medalha de Grande Benemérita da Universidade.

A Universidade, conhecida pela sua excelência e qualidade no ensino, deve grande parte dessa construção de imagem à existência de uma Biblioteca cuja gestão sempre foi exercida por mulheres que atuaram como bibliotecárias chefe, uma vez que a gestão administrativa estava confiada a um jesuíta. De acordo com pesquisa realizada pelas

¹⁵ Maria Lúzia da Costa, primeira diretora da Faculdade de Educação. Foi ex-aluna, formada em Pedagogia, em 1964. Fez pós-graduação em “Orientação Educacional”, também pela Universidade, curso de Recursos Humanos para a educação, na Universidade de Loyola, nos Estados Unidos e, Administração e Planejamento na escola moderna, na Universidade Federal de Pernambuco e Faculdade Frassinetti do Recife.

bibliotecárias Alba Rejane Valério de Souza e Lucia Freire Belian (2023, p.115), as mulheres que ocuparam o cargo de bibliotecária-chefe foram: Rosali Almeida Muniz de Araújo, de 1973 a 1977; Helena Maria de Louvor Soares Borges, de 1977 a 1980; Maria José do Nascimento Silva, de 1980 a 1982; Mirtes Andrade de Garrido Cid, de 1982 a 1987. A partir de 1987, as funções administrativas e técnicas da Biblioteca Central passaram a ser de responsabilidade de uma bibliotecária nomeada pela Reitoria como diretora. Nesse cargo estiveram: Mirtes Andrade de Garrido Cid, de 1987 a 1989; Rosilda Miranda da Silva, de 1989 a 2001 e Jaíse da Costa Leão, de 2001 a 2019. Desde o dia 6 de março de 2020, a direção é exercida pela bibliotecária Alba Rejane Valério de Souza.

Na gestão superior da Universidade, devemos registrar as mulheres que fizeram e ainda fazem parte da mesa diretora. Entre elas estão: a professora Maria de Fátima da Rocha Breckenfeld¹⁶, primeira mulher a exercer a função de Pró-reitora Comunitária, de 1998 até 2008, por meio do Ato nº 004, de 18 de janeiro de 1998 (UNICAP, 1998); a professora Aline Maria Grego Lins¹⁷, Pró-reitora Acadêmica através do Ato nº 003, de 18 de janeiro de 2010 (UNICAP, 2010b) e a primeira mulher a responder pela coordenação acadêmica de toda a Universidade (graduação e pós-graduação) e a assumir a reitoria da Universidade, neste mesmo ano, durante as férias do titular; e a professora Valdenice José Raimundo¹⁸, nomeada Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da UNICAP, por meio do Ato nº 002/2018 (UNICAP, 2018a), tornando-se a primeira mulher negra a exercer um cargo na gestão superior.

¹⁶ Maria de Fátima da Rocha Breckenfeld, professora, formada em Economia pela UNICAP e com MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Foi nomeada em 12/01/1998 para o cargo de Pró-reitora Comunitária, através de ato de nomeação nº 04/98, assinado pelo Chanceler Pe. Ferdinand Azevedo, S.J. Foi a primeira mulher a participar da Gestão Superior coordenando a Pró-reitoria Comunitária. Permaneceu na função até 2008.

¹⁷ Aline Maria Grego Lins, formada em jornalismo pela UNICAP (1981) e pedagogia pela UFPE (1985). Fez Mestrado em Educação pela Fundação Getúlio Vargas (1993) e Doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (2000). Antes de iniciar a carreira acadêmica, trabalhou em importantes veículos de comunicação do estado, como a Rede Globo Nordeste (1982-1987) e Tv Jornal (1989-1996). Foi a segunda mulher a participar da Gestão Superior, ocupando a função de Pró-reitora Acadêmica, a partir de 18 de janeiro de 2010, até janeiro de 2018. Também foi a primeira mulher a assumir a Reitoria da Universidade, na ausência do titular, em 2010.

¹⁸ Valdenice José Raimundo é formada em Educação Religiosa pelo Seminário Batista do Recife (1988), graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, onde fez mestrado e doutorado na mesma área. Em 2012 foi contratada pela UNICAP, após ter sido professora visitante em alguns cursos de especialização da área de Serviço Social. Coordenou o projeto Criança Esperança (2016) e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) desde 2010. Em 2018 recebeu o convite para assumir a Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação, sendo nomeada pelo Ato nº 02/2018, de 18 de janeiro.

6.1 Elas na extensão, pesquisa e pós-graduação

As mulheres também comprovaram seu engajamento na extensão universitária por intermédio da criação de núcleos, projetos e ações desenvolvidas em comunidades. No âmbito da gestão superior, a Coordenação de Extensão da UNICAP foi criada não apenas pela junção de duas Pró-reitorias, a de Graduação e Extensão, mas sobretudo devido a um conjunto de esforços que envolveu a implantação dessa coordenação, dirigida pela professora Maria Isabel de Barros Bezerra Alves Maia, a partir do ano de 1976, conforme a Portaria 69/1976 (UNICAP,1976).

Dentre os projetos de extensão, destaca-se o Núcleo UNICAP de Apoio aos Movimentos Populares - NUAMPO, fundado em 1992 e coordenado pela Professora do Curso de Serviço Social, Janice Maria Smrekar Albuquerque. Tinha por objetivo ofertar ações de integração dos movimentos populares com a Universidade, através da assessoria para solução de questões referentes à urbanização, legalização do solo urbano, melhoria das condições habitacionais, trabalho com grupos de mulheres e idosos, e implementação de pesquisas sociais.

Em 2007, Janice agregou à experiência com os movimentos populares o viés das Ciências da Religião, defendendo a dissertação "Revolução Feminina Silenciosa: a Universitária Católica recifense e a construção de uma nova identidade psicossocial e ético-religiosa". Sublinha-se que uma das alunas vinculadas ao NUAMPO se tornou Coordenadora Geral de Extensão no período de 2014 a 2021, a professora Odalisca Cavalcanti de Moraes, conforme Portarias 005/2014 (UNICAP, 2014b) e 004/2021 (UNICAP, 2021a).

Atualmente, uma das pautas mais discutidas nos âmbitos da pesquisa, ensino e extensão é a questão do envelhecimento, tanto na produção de pesquisa quanto na criação de cursos e serviços. Todavia, cabe o registro de que essas discussões tiveram seu início a partir da pesquisa sobre o processo de envelhecer e a promoção da melhor qualidade de vida dos idosos, iniciada pela Professora Simone Genes Kitoover, com a realização da I Semana de Estudos sobre a Terceira Idade, em 1995. Essas ações, somadas ao trabalho da professora Rute Bacelar de Araújo Ramos, no Mestrado de Psicologia Clínica, intitulado "O desejo não tem idade: a sexualidade da mulher idosa", serviram de alicerce para projetos como o Fórum sobre Questões do Envelhecimento, coordenado pelo Professor João Luiz Correia Júnior, de 2012 até o presente, e a UNICAP PRATA: Universidade não tem idade, aprovado através da

Resolução da Presidência nº 005/2021, de 22 de junho de 2021 (UNICAP, 2021b) e assessorado pela Professora Cirlene Francisca Sales da Silva, conforme Portaria 066/2021 (UNICAP, 2021c).

Permanecendo no campo temático das questões sobre sexualidade, cabe o registro da criação do curso de Especialização "Sexualidade humana", coordenado pela professora Maria do Amparo Rocha Caridade, um campo pouco explorado até então na Universidade. O curso foi aprovado por meio da Resolução nº 006, de 5 de agosto de 2003 (UNICAP, 2003).

No campo da pesquisa jurídica, distingue-se com honra a Profa. Miriam de Sá Pereira. Ela fundou o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Jurídica (em 1992) e incentivou a capacitação dos professores numa época em que a pesquisa dava os primeiros passos na UNICAP, através de um convênio com a PUC São Paulo. Outro feito da professora Miriam foi a criação do Mestrado em Direito em 2005, hoje Programa de pós-graduação em Direito (França, 2018). Ela também foi a primeira mulher a exercer a função de Decana do Centro de Ciências Sociais e a primeira a responder pela Pró-reitoria Acadêmica, em substituição ao titular, de acordo com as Portarias 48/1991 (UNICAP, 1991) e Portaria 46/1998 (UNICAP, 1998). Embora haja menção à sua função de decana do Centro de Ciências Sociais, não foi localizado o documento oficial no arquivo digital da Biblioteca Central.

Outro fato pertinente à história da UNICAP foi a realização da pesquisa da Profa. Jeannette Maria Dias de Lima, com o projeto em Arqueologia na Furna do Estrago, no Brejo da Madre de Deus/PE. A ampliação desse projeto resultou na implantação do Museu de Arqueologia da UNICAP, em abril de 1987. Em 1992, através da Portaria 131 (UNICAP, 1992), a Profa. Jeannette foi promovida à coordenadora do Laboratório e do Museu de Arqueologia. Nos anos seguintes, a coordenação do Museu passou por três pesquisadoras: Lúcia Sève de Sant'Ana Barbosa (em 1997), Kaoru Okada (em 2003), Maria do Carmo de Caldas Dias Costa (em 2007) e, no presente, a coordenação do Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP é realizada pela Profa. Roberta Richard Pinto, desde 2018, formalizada pela Portaria 025/2018 (UNICAP, 2018b). Durante a gestão do Museu de Arqueologia, a presença masculina foi representada pelo Professor Albérico Nogueira de Queiroz, segundo a Portaria 140/2002.

No campo das ciências exatas e das engenharias, áreas do conhecimento prioritariamente ocupadas por homens, algumas docentes desenvolveram projetos e eventos que contribuíram para o fortalecimento da marca UNICAP fora do país. Nesse contexto, não se pode deixar de citar dois nomes, representando as demais pesquisadoras que também

fazem parte destes projetos: as professoras Galba Maria de Campos Takaki e Arminda Saconi Messias.

O nome da professora Galba Takaki está fortemente associado à coordenação do Núcleo de Pesquisas em Ciências Ambientais e Biotecnologia (NPCIAMB), inaugurado em 04 de novembro de 1998. O NPCIAMB tem como missão viabilizar soluções científicas, tecnológicas e inovadoras para a geração de conhecimento interdisciplinar aplicado à área de saúde e ao uso sustentável dos recursos naturais, principalmente no que diz respeito ao surgimento de processos e produtos da microbiota e do sistema solo-água-ar, com vistas a um ambiente sustentado para o benefício da sociedade.

Apesar de também fazer parte do NPCIAMB, a professora Arminda Saconi é mencionada pela criação de um evento chamado "Encontro das Águas", em 2004. O Encontro das Águas (EA), inicialmente classificado como um evento local, atingiu a categoria de evento internacional no ano de 2009. O Encontro das Águas foi considerado um marco nas áreas de inovação, pesquisa científica e sustentabilidade, resultado de uma ação conjunta da UNICAP e de organizações públicas e privadas, como o Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria de Recursos Hídricos, Companhia Hidroelétrica Vale do São Francisco - CHESF, a Associação Brasileira de Engenharia Ambiental e Marinha do Brasil. O evento chegou até a sua nona edição em 2017. Sua atuação como pesquisadora lhe conferiu a indicação para a Academia Pernambucana de Química, em 2012. Após um ano, assumiu a presidência da mesma Instituição.

O programa de bolsas de Iniciação Científica da UNICAP, o PIBIC, fundado em 1998, por meio da Portaria 006/1998 (UNICAP, 1998), também contou com a gestão acentuadamente feminina: Galba Maria de Campos Takaki, Edilene Freire de Queiroz, Dario Brito da Rocha Junior, Arminda Saconi Messias, Maria da Graça de Vasconcelos Xavier Ferreira e Carmem Lúcia Brito Tavares Barreto. Desde julho de 2023 a Coordenação de Pesquisa e Inovação está sob a responsabilidade da Professora Marina de Lima Neves Barros.

Continuando na área da pesquisa e pós-graduação, citamos a contribuição da professora Evânia Pincovsky como coordenadora geral de pesquisa e pós-graduação e responsável pelo Plano de Capacitação Docente, em 1977, conforme Portaria 109/1977 (UNICAP, 1977). Em 2002, conforme Portaria 059 (UNICAP, 2002), Evânia se tornou coordenadora geral dos cursos de pós-graduação *lato sensu* na área de negócios e ciências da administração, o que culminou em convênio com a Fundação Getúlio Vargas com a

oferta de vários cursos de gestão (MBA). No ano de 2008, exerceu a função de Assessora da Coordenação Geral da Pós-graduação para os cursos de Especialização, de acordo com a Portaria 028/2008 (UNICAP, 2008).

Quanto aos cursos de pós-graduação na modalidade *stricto sensu*, é importante frisar que o Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica foi o primeiro curso aprovado pela CAPES, com a primeira turma iniciada em 1999. Desde então, a coordenação tem sido realizada exclusivamente por mulheres: Edilene Freire de Queiroz, Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas, Carmem Lúcia Brito Tavares e Véronique Donard.

6.2 Elas por elas: núcleos e coletivos

No âmbito da temática da mulher, é importante destacar a criação de serviços, como o Núcleo UNICAP de Estudos da Mulher (NUEMU), a Semana da Mulher na UNICAP, o Núcleo de Estudos Especializados em Gênero, Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Direitos Humanos e o Instituto Humanitas UNICAP.

O NUEMU esteve vinculado ao Departamento de História, com o objetivo de refletir sobre a mulher em sua múltipla contribuição social. Além de promover reuniões e incentivar pesquisas na área de gênero, formou um acervo bibliográfico especializado, resultante de intercâmbios realizados com outros núcleos de gênero no país. O núcleo funcionou de forma interdisciplinar, ampliando o debate para os demais departamentos da UNICAP, bem como para outras Instituições de Ensino Superior, entidades e pessoas interessadas. A única evidência oficial de existência do NUEMU está na descrição das atividades do Departamento de História, no Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade referente ao período de 2004 a 2009 (UNICAP, 2006a). Integraram a coordenação do NUEMU as professoras Severina Barbosa Leal, Maria José Pinheiros e Suely C. Cordeiro de Almeida.

As discussões fomentadas pelo NUEMU incentivaram a pastoralista Irmã Maria do Rozário Cláudio, funcionária da Divisão de Ação Pastoral que, de comum acordo com a docente do curso de Serviço Social, Janice Albuquerque, criaram um serviço de atendimento chamado "Canto Fala Mulher". O "Canto" oferecia um espaço para a expressão livre e espontânea da realidade e da condição das mulheres vinculadas à Universidade, visando o reconhecimento das suas forças e energias interiores para enfrentar as demandas da sua existência e os múltiplos papéis que desempenham. A expansão desse serviço culminou na

Semana da Mulher na UNICAP, que é realizada anualmente desde 2003, com um alcance social significativo, abrangendo não apenas a comunidade acadêmica, mas também setores diversos da sociedade.

O “Núcleo de estudos especializados em gênero, enfrentamento à violência contra a mulher e direitos humanos”, vinculado à Pró-reitoria Acadêmica e supervisionado pela Cátedra UNESCO UNICAP Dom Helder de Direitos Humanos, foi um serviço criado para escuta e acolhimento de mulheres e homossexuais em situação de violência. Esta iniciativa surgiu em resposta à mudança de pensamento institucional e ao avanço na criação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. O núcleo foi fundado em 27 de agosto de 2009, de acordo com a Resolução 002/2009 (UNICAP, 2009) e extinto em 13 de março de 2012, conforme Portaria 030/2012 (UNICAP, 2012). Foi coordenado pela professora Andrea Almeida Campos.

A fundação do Instituto Humanitas, conforme resolução 003/2018, com efeito retroativo de 19 de maio de 2010 (UNICAP, 2018c), foi considerada um marco na história da UNICAP, com especial relevância para a atual constituição da Semana da Mulher. O Instituto tem como objetivo principal o estabelecer um espaço de reflexão nas fronteiras do conhecimento e servir como um canal de diálogo com a cultura e a sociedade, compreendendo três níveis entrelaçados: o entendimento da realidade, a responsabilidade por esta realidade e a intervenção nela. Substituindo a Divisão de Ação Pastoral, o Instituto Humanitas passou a acompanhar, apoiar e responder pela gestão da Semana da Mulher.

A inserção e projeção da mulher na sociedade, promovidas pelo acesso à educação e pelas conquistas dos movimentos sociais, corroboraram para a criação de projetos que resultaram na criação de coletivos. Destacam-se o “Grupo Frida de Gênero e Diversidade”, coordenado pela Professora Carolina Ferraz, do curso de Direito; o Coletivo Únicas, uma rede de apoio às mulheres na tecnologia da UNICAP; e do Cactos - Núcleo UNICAP de Estudos de Gênero. Este último, criado em 2017 pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em História, tem como proposta fomentar os estudos, pesquisa e extensão na área de gênero, sendo coordenado até o presente pelo professor Walter Valdevino do Amaral.

Em cumprimento ao parecer CNE/CP 003/2004 e à Resolução 001/2004, que estabelecem as Diretrizes Curriculares para a Educação e Relações Étnicorraciais e Ensino de história da África e da cultura Afrobrasileira e indígena, bem como do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares, foi implantado o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI pela Resolução 001/2010 da UNICAP. Inicialmente coordenado pelo Profº Pe. Clóvis Crispiniano do Carmo Cabral, S.J., de acordo com a Portaria

038/2010, o núcleo foi também coordenado pela Prof^a Dra. Valdenice José Raimundo, conforme Portaria 025/2017, e atualmente está sob a gestão da professora Carla Patrícia Pacheco Teixeira.

Ainda na temática Afro-brasileira, destaca-se a criação do Instituto Ubuntu de Estudos Africanos e Diaspóricos da UNICAP, um espaço de estudos e pesquisas interdisciplinares, criado pela Resolução nº 009/2023 da Unicap, e coordenado pela Prof^a Dra. Valdenice José Raimundo.

Para aproximar meninas de 10 a 14 anos do universo científico, foi iniciado em 2019 o Projeto Menina Faz Ciência na UNICAP. Sob coordenação da professora Roberta Richard Pinto, o projeto está vinculado ao Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP, com apoio de docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, além do Instituto Humanitas.

Chegamos à parte final desta retrospectiva histórica institucional com o relato de duas atuações significativas para a história das mulheres na Universidade: a assinatura do consórcio "Women in Science - de Liverpool ao Brasil" e a representação das professoras do curso de Direito, Rogéria Gladys e Valdênia Brito, no Conselho Municipal da Mulher.

O "Women in Science" é um convênio transatlântico de intercâmbio de conhecimento cujo intuito é implementar mudanças políticas e promover as mulheres cientistas na Instituição. O consórcio foi formalizado com base na Portaria 034/2022 (UNICAP, 2022). Dos 24 membros do consórcio, cinco são representantes da organização da Semana da Mulher na UNICAP: Roberta Richard Pinto, Carla Patrícia Pacheco Teixeira, Marta Lúcia Rolim, Valdenice José Raimundo e Valdênia Brito Monteiro.

Já o Conselho Municipal da Mulher (CMM) é um órgão permanente de controle social da administração municipal, de composição paritária, de caráter deliberativo, fiscalizador, autônomo. O CMM formula diretrizes e monitora a execução das políticas públicas dirigidas para as mulheres.

De forma ampla, a Universidade, através das docentes vinculadas à Semana da Mulher, contribui com o conhecimento científico para a criação e fortalecimento de políticas públicas. Essa prática política é refletida em projetos de pesquisa, extensão e experiência de vida, reforçando o papel da Universidade na sua vocação comunitária.

Antes de prosseguirmos com as memórias da Semana da Mulher na UNICAP, convém dois últimos registros: a importância da salvaguarda de documentos e da publicização das ações realizadas pelas mulheres na Universidade. Quanto à documentação, é relevante frisar o trabalho de digitalização, catalogação e disponibilização de portarias, resoluções e

atos normativos realizado pela equipe de bibliotecárias da UNICAP. Sem esse trabalho, não haveria comprovação da presença e contribuição das mulheres na UNICAP. Quanto aos registros da vida acadêmica (eventos, pesquisas, projetos e serviços), aponta-se a importância do Boletim Unicap e, posteriormente, o “Notícias Unicap”, que foram suportes informacionais desenvolvidos pela Assessoria de Comunicação, liderada pela jornalista Maria Paula de Miranda Losada, conforme Portaria 64/2006-B (UNICAP, 2006b).

Despedimo-nos desta parte, cientes de que as narrativas apresentadas não representam a totalidade dos feitos das mulheres na Universidade, menos ainda o que promoveram ultrapassando as fronteiras institucionais. Contudo, permanecemos animadas e esperançosas de que essas histórias sirvam de incentivo para que outras escrituras¹⁹ sejam produzidas.

¹⁹ Escrivência é um termo cunhado pela escritora Conceição Evaristo que se refere à escrita que nasce da vivência de uma pessoa.

7 A SEMANA DA MULHER NA UNICAP: CONSTRUINDO A MEMÓRIA

A Semana da Mulher na UNICAP surgiu do desejo coletivo de promover na Universidade um amplo debate sobre a realidade das mulheres, suas lutas e direitos. Ao iniciarmos essa pesquisa, esperávamos encontrar as pistas que formassem a história da Semana da Mulher nos setores aos quais estava vinculada. Entretanto, assim como a história das mulheres, essas informações não estavam acessíveis, organizadas ou registradas em um documento, livro ou site. O fato é que a Semana da Mulher foi um acontecimento fomentado no passado, no final da década de 90²⁰, alicerçado pelas discussões ocorridas no Núcleo UNICAP de Estudos das Mulheres (NUEMU).

A partir do NUEMU, foi criado o “Canto Fala Mulher”, um serviço de atendimento individual ou coletiva, conforme já detalhado na seção anterior. Com a realização dos atendimentos e o contexto social efervescente para discussão das pautas feministas, a Divisão de Ação Pastoral, na ocasião, coordenada pelo Pe. Jacques Trudel, S.J., planejou a edição piloto da Semana da Mulher na UNICAP, em 2002. A Divisão de Ação Pastoral participou de um ciclo de palestras em parceria com o Centro de Teologia e Ciências Humanas sobre a Campanha da Fraternidade (CF). A partir desse evento, associado à experiência do “Canto Fala Mulher”, foi constituído o alicerce para que, no ano seguinte, fosse lançada a primeira edição da SMU. Por isso, considera-se o ano de 2003 o marco de origem deste evento, cujo diferencial foi a correlação da temática da CF com as pautas que afligiam o bem-estar das mulheres na sociedade.

Desde 2003, a Semana da Mulher é realizada na Universidade Católica com um alcance social significativo, abrangendo não apenas a comunidade acadêmica, mas setores diversos da sociedade. A prof^a Elizabeth Siqueira fazendo memória²¹ de como surgiu a Semana da Mulher na Católica, complementa que foi do trabalho conjunto entre a Divisão de Ação Pastoral (DAP), os departamentos, a Biblioteca, grupos de alunos, ONGs, movimentos sociais e outras Instituições da cidade do Recife. Antes, a Pastoral comemorava o Dia Internacional da Mulher na UNICAP com a Celebração Eucarística, e os departamentos realizavam palestras, painéis, mesas redondas, etc., de forma isolada. A Semana da Mulher surgiu a partir do desejo de se articular, ampliar e coordenar essas atividades numa só proposta: “A Semana da Mulher na Católica” .

²⁰ Informação fornecida pela Irmã Maria do Rozário, uma das participantes do NUEMU e fundadora da Semana da Mulher.

²¹ Trecho de discurso elaborado pela referida docente, na ocasião em que foi indicada como homenageada durante a 12^a edição da Semana da Mulher, em 2014.

Embora tenha nascida na Universidade Católica, a Semana da Mulher não se institucionalizou inicialmente e não possuía uma portaria documentando as suas ações. Apenas em 2013, após 11 edições, foi incluída no calendário administrativo-escolar. Desde então, assumiu sua natureza comunitária e extensionista, firmando parcerias com a Academia Pernambucana de Letras, Prefeitura do Recife, Governo do Estado, Ministério Público, Instituto Brasileiro de Direito da Família, Fundação Gilberto Freyre, diversas ONG's, movimento estudantil, além do envolvimento dos grupos de pesquisa da graduação e pós-graduação da Instituição. Por isso, a Semana da Mulher está sediada na UNICAP e possui ramificações em toda cidade e em vários estados do país, por meio de suas conexões e participantes.

Existindo e co(existindo) com várias outras atividades na UNICAP, a SMU tornou-se uma ação anual de natureza extensionista que acontece no mês de março, cujo objetivo é ampliar o debate acerca da realidade da mulher, tendo como base a Campanha da Fraternidade da CNBB, além de colaborar para o esclarecimento e compreensão de determinados temas que constituem desafios para a mulher na luta pela vida, enquanto mãe, companheira, trabalhadora, filha, esposa, amiga, estudante.

A SMU antecedeu ações governamentais históricas, tais como a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2003), a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), a elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), o Programa Mulher e Ciência (2005), além da Lei Maria da Penha, nº 11.340 (2006). As primeiras mulheres a fazerem parte deste grupo foram: Irmã Maria do Rozário Cláudio, as professoras Elizabeth Siqueira, Janice Albuquerque e a voluntária Maristela Velozo. A partir da segunda edição, reuniu-se ao grupo a bibliotecária Ana Beatriz Nascimento e a professora Graça Xavier Ferreira.

Em 2006, com a entrada do reitor Pe. Pedro Rubens, S.J., houve um pedido oficial para que todos os Centros da Universidade indicassem uma representante para compor a comissão da SMU. Dessa forma, participaram da Semana, a professora Alice Neves Costa R. dos Santos, representando o Centro de Ciências Jurídicas; a professora Martha Lúcia Rolim, representando o Centro de Ciência e Tecnologia; Maria do Carmo Motta, pelo Centro de Teologia e Ciências Humanas; Janice Albuquerque, pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas e professora Nadia Pereira da Silva G. de Azevedo, pelo Centro de Ciências da Saúde.

A SMU, em 2023 alcançou a 21ª edição e é coordenada, desde 2010, pelo Instituto Humanitas UNICAP. Atualmente, conta com a parceria de diversas organizações da

sociedade civil.

7.1 Resumo das edições

A partir do levantamento documental no Boletim UNICAP e no portal institucional, organizou-se uma linha cronológica com o resumo das pautas debatidas, participações e ações realizadas em cada edição, incluindo a forma como o evento foi percebido ao longo dos anos pela Universidade. Importante destacar que os registros sobre a Semana da Mulher, nas fontes mencionadas, iniciam-se a partir do ano de 2006. Os dados referentes ao período de 2003 a 2005 foram recolhidos das programações impressas do evento que fazem parte do acervo pessoal de Irmã Rozário Cláudio.

1ª edição | 2003

A primeira edição da SMU aconteceu no período de 18 a 20/03/2003 e teve como temática de trabalho "Fraternidade e Pessoas Idosas - vida, dignidade e esperança". O objetivo do evento foi sensibilizar a comunidade acadêmica no cuidado às pessoas idosas, construindo novas formas de relação com base no respeito e garantias de direitos. A SMU, em sua primeira edição oficial, assumiu um formato multidisciplinar, fruto do trabalho coletivo da pastoral com alguns departamentos, biblioteca, alunos, ONG 's, movimentos sociais e outras instituições da cidade do Recife. Participaram desta edição o movimento estudantil Acionando Flores, alunos dos Mestrados em Psicologia, Ciências da Religião, integrantes do Laboratório de Família e Interação Social e do PIBIC, que faziam pesquisa sobre a mulher, além das escritoras da Academia Pernambucana de Letras, Academia de Artes e Letras de Pernambuco, Fundação Gilberto Freyre, escritoras, poetisas e artistas locais. Entre as participantes ilustres destacaram-se a musicista Clarisse Amazonas, a escritora e membro da Academia Pernambucana de Letras, Maria do Carmo Barreto Campelo, a Prefeita de Olinda, Luciana Santos, Ármia Escobar Duarte (Madre Escobar) e a escritora lusitânia, Laura Areias. Essas informações foram recuperadas do acervo pessoal de Irmã Maria do Rozário Cláudio, uma das fundadoras da Semana da Mulher, face à ausência de registros oficiais sobre o evento. A Campanha da Fraternidade teve como objetivo motivar todas as pessoas para que, iluminadas por valores evangélicos, sejam construtoras de novos relacionamentos e novas estruturas que assegurem valorização integral às pessoas idosas e respeito aos seus direitos. Assim sendo, conforme programação abaixo, observa-se que não foram inseridas pautas ou

reivindicações além das previstas na temática da Campanha da Fraternidade. Percebeu-se o formato multidisciplinar do evento, a partir do envolvimento dos cursos. Outra questão observada foi que as atividades ainda eram coordenadas majoritariamente por homens.

Quadro 1 - Programação da 1ª edição da Semana da Mulher (2003)

Dia	Hora	Departamentos*	Tema a Definir	Professores
18/03	9-10:30	Sociologia e Estatística e Informática	Os Idosos e as Políticas Sociais	Janice Albuquerque (Sociologia); Ilzes Celi Cruz de Santana (Estatística e Informática); Irmã Maria do Rozário Cláudio (DAP)
18/03	13- 15:30	Psicologia	A Sexualidade na Terceira Idade	Amparo Caridade e Renato Arruda (DAP)
18/03	19- 20:30	Ciência Jurídica e de Engenharia e Arquitetura	Os Idosos: Garantia de Direitos e Geração de Renda	Ana Claudia (Engenharia e Arquitetura), Gustavo F. dos Santos e Bruno Angelim (DAP)
19/03	9-10:30	Fisioterapia e Arquitetura	Os Idosos: mobilidade e espaço arquitetônico	Rita de Cássia (Fisioterapia), Guilah Naslavsky (Arquitetura) e Artur Tavares (DAP)
19/03	15-16:00	História e Sociologia	O Idoso e sua manifestação cultural: nos MCS e na História	Fradique (Comunicação Social), Giselda Brito da Silva (História) e Renato Arruda (DAP)
20/03	09-10:30	Educação, Psicologia e Filosofia	A maturidade como tempo da sabedoria	Amparo Caridade (Psicologia), Carlos Henrique (Filosofia), Lúcia de Andrade Carúbas (Educação) e Artur Tavares (DAP)
20/03	19- 20H30	- Teologia e Letras	O Idoso e sua manifestação cultural: na religião e na literatura	João Luís (Teologia), Neuma M. da Costa Xavier (Letras) e Bruno Angelim (DAP)

Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Imagem 1 - Cartaz da Campanha da Fraternidade 2003.



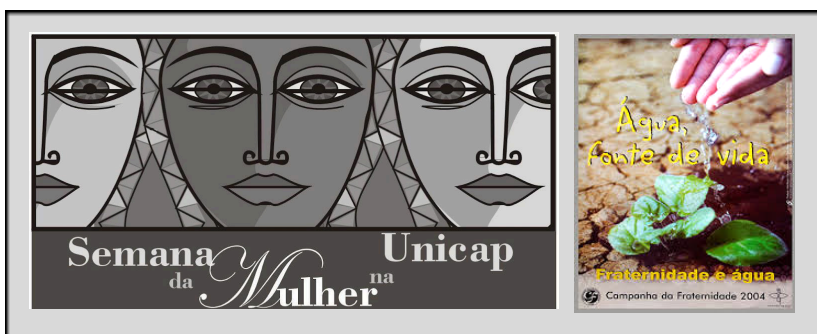
Fonte: CNBB

2ª edição | 2004

A segunda edição da SMU foi planejada a partir do tema Fraternidade e Água, realizada de 8 a 12/03/2004. O objetivo da CF deste ano foi conscientizar a sociedade de que a água é fonte da vida,

uma necessidade de todos os seres vivos e um direito da pessoa humana, e mobilizá-la para que este direito à água com qualidade seja efetivado para as gerações presentes e futuras. No entanto, a programação da Semana da Mulher começou a debater e a apresentar produtos de pesquisa relacionados às práticas sociais das mulheres. Não havia uso de mídias digitais para divulgação; a programação era distribuída em forma de panfletos e fixada nos principais murais da Universidade. Nesta edição, contou-se com a parceria da Academia Pernambucana de Letras, da Academia de Artes e Letras de Pernambuco e da Fundação Gilberto Freyre, representadas pelas escritoras Maria do Carmo Barreto Campelo, Lourdes Sarmiento, Glória Maria Priori Dalla Nora e Fátima Quintas, que, depois de 8 anos, seria a primeira mulher na história a presidir a Academia Pernambucana de Letras. Chamou a atenção, a inclusão de questões voltadas à realidade da mulher e à pauta de gênero. Foram acrescentadas à programação exposição na Biblioteca Central sobre as Mulheres Escritoras da UNICAP e exibição de filmes. Os campos temáticos discutidos foram: violência contra a mulher; mulher, arte e história e gênero. Nesta edição, as atividades foram coordenadas exclusivamente por mulheres.

Imagem 2- Cartazes da 2ª edição da SMU (2004) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU) e CNBB (Cartaz da Campanha da Fraternidade)

Análise da imagem

Cartaz produzido em tons de grafite para impressão em preto e branco. Contempla a mulher negra na imagem, destacada pelo tom mais escuro. O plano de fundo vitrificado faz menção à construção social da história das mulheres, geralmente fragmentada. O vitral traz a relação com a arte, um dos temas centrais do evento.

Imagem3 - Programação da 2ª edição da Semana da Mulher (2004)



Semana da Mulher na Unicap
de 8 a 12/03/2004

Programação

Exposição sobre Mulheres Escritoras da Unicap
Local: Biblioteca Central
08 a 12/03/04

Apresentação de trabalhos sobre Gênero
Alunos do PIBIC e Coordenadores de Projetos
Local: Auditório do CTCH
08/03/04 às 14h

Exibição do vídeo "Cristina Guerreira"
Participação: Iyana Fachine, Gláucia Correa, Katarina Ramalho, Ceane Maciel e Lúcia Tavares.
Local: Auditório do CTCH
08/03/04 às 16h

Celebração Eucarística em comemoração ao Dia Internacional da Mulher
Local: Capela da Unicap
08/03/04 às 18h

Mesa redonda: "Mulher e Literatura"
Escritoras: Fátima Quinças (FUNDAJ), Maria do Carmo Campelo e Lourdes Sarmento.
Local: Auditório do CTCH
08/03/04 às 19h 30min.

Exibição de Curtas

Biblioteca Central
Filme: "Mulheres em Perigo"
Comentários: Profª Aline Grego
às _____

Filme: "Sítio das Mulheres"
Comentários: Tânia Nery
às _____

Filme: "Quem faz sexo, faz prevenção"
Comentários: Dra. Márcia
às _____

Filme: "Diferentes mas não desiguais"
Comentários: Profª Maura
às _____

Divisão de Ação Pastoral (telão)

Filme: "Mulheres em Perigo"
às _____

Filme: "Nem com uma flor"
às _____

Filme: "Acorda Raimundo!"
às _____

Parcerias:
Biblioteca Central
Divisão de Ação Pastoral
Núcleo Unicap de Estudos da Mulher
Núcleo de Pesquisas de Artes, Literatura e Linguística Aplicada

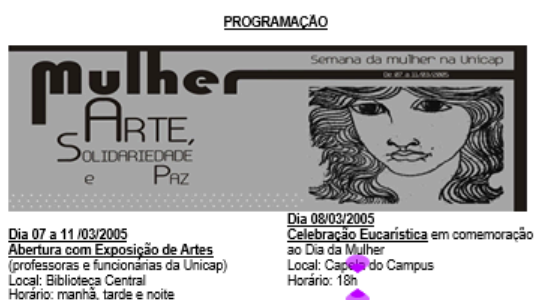
Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

3ª edição | 2005

A Semana da Mulher na Unicap visa proporcionar um espaço de fala, reflexão e partilha sobre a condição da Mulher, sua interioridade feminina e mística no enfrentamento dos desafios cotidianos. Nesta 3ª edição, a Pastoral atendendo ao apelo da CNBB, através da Campanha da Fraternidade, escolheu o tema: "Mulher: Arte, Solidariedade e Paz" refletindo, dessa maneira, a cultura de paz a partir da identificação da violência e da atenção psíquica à mulher. A SMU ocorreu na semana de 7 a 11/03/2005 e contou com parceria da Casa de Passagem, Casa Menina Mulher, Casa da Mulher do Nordeste, Centro Clarice Lispector e o Coletivo Mulher Vida. Na abertura, houve uma exposição de entidades não-governamentais sobre o combate à violência e promoção da paz. Destacaram-se os painéis e palestras sobre o "Feminino no Contexto Contemporâneo" e o seminário "Construindo intervenções psicológicas na atenção à mulher". Dentro da programação cultural, contou-se com a exposição "Mulheres artistas da UNICAP" e o primeiro arrastão de maracatu formado por alunos, alunas e funcionários.

Além das parcerias com as ONG's, a Semana da Mulher na UNICAP, articulada pela Pastoral, por meio das responsáveis pelo Projeto "Canto Fala Mulher", a cada ano vem tomando uma dimensão interdisciplinar importante. Observou-se a participação dos estudantes de mestrado, Biblioteca Central e o Departamento de Letras por meio do Núcleo de Pesquisa em Arte, Literatura e Linguística Aplicada.

Imagem 4 - Programação da 3ª edição da Semana da Mulher (2005)



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

PROGRAMAÇÃO

Dia 08/03/2005
Recital de Poesias, seguido do SHOW
 com a Profa. e Cantora: **Haidée**, Campelo (Dep. de Letras)
 Poetisa: Dione Barreto (Fund. Joaquim Nabuco)
 Poetisa: Cida Pedrosa (Prefeitura do Recife)
 Coordenadora: Profª Elizabeth Siqueira
 Local: Teatro do bloco B
 Horário: 19h30 às 21h30

Dia 09/03/2005
Exposição de trabalhos de entidades que combatendo a violência promovem a Solidariedade e a Paz
 Local: Praça do bloco A
 Horário: manhã, tarde e noite

Panel: "Combatendo à Violência - Promovendo a Solidariedade e a Paz"

Entidades Presentes:
 Casa de Passagem
 Casa Menina Mulher
 Casa da Mulher do Nordeste
 Centro Clarice Lispector
 Coletivo Mulher Vida
 Coordenadora: Profª Janice Albuquerque
 Local: Sala de vídeo da Biblioteca
 Horário: 18h

Dia 10/03/2005
MESA-REDONDA: O feminino no contexto contemporâneo: entre sonhos e imperativos
 Coordenadora: Profa Dra Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
 Palestrantes: Me Maria da Graça Reis
 Brapa
 Profa Dra Zélia Maria de Melo
 Local: sala 08, bloco J
 Horário: 9h as 11h

Dias 10 e 11/03/2005
SEMINÁRIO: Construindo intervenções psicológicas na atenção a mulher

Profa. Dra. Edna Maria Severino Peters
 Kahhale
 Local: sala 08, bloco J
 Horário: 14:00 as 18:00 hs.

+ vagas limitadas inscrições no mestrado de psicologia clínica, bloco j, sala 111

Dia: 10/ 03/05
SHOW com adolescentes artistas das entidades presentes na Semana da Mulher na Unicap
 Local: Praça do bloco A
 Horário: Intervalos (manhã e tarde)

Dia 11/03/2005
Defesa de dissertação do mestrado de psicologia clínica da Unicap
 Título: Identidade feminina, família e profissão: a experiência de ser mulher na contemporaneidade.
 Mestranda: Virginia Cavalcanti Pinto
 Orientadora: Profa Dra Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas
 Local: Sala 08, Bloco J
 horário: 9:00 hs.

Dia 11/03/2005
Encerramento da Semana da Mulher na Unicap com os **tambores**, a alegria das funcionárias da BC e o canto de Sandra Valéria, da Pastoral.
Celebração Eucarística em homenagem ao Dia do@ Bibliotecário@
 Local: Capela do Campus
 Horário: 18h

PARCERIA:
 Biblioteca Central,
 Divisão de Ação Pastoral
 Departamento de Letras - Núcleo de Pesquisa em Arte, Literatura e Linguística Aplicada,
 PROESP

APOIO: - PROCOM e CGC

Imagem 5 - Cartazes da 3ª edição da SMU (2005) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Cartaz ainda em tons de cinza e preto, confeccionado para o formato impresso. A letra "M" do nome Mulher se assemelha aos arcos da Biblioteca da Instituição. A figura da mulher é representada pela cabeça de uma estátua que nos recorda uma deusa ou ninfa mitológica. O olhar na imagem da mulher é triste e distante, simbolizando a necessidade da atenção à mulher.

4ª edição | 2006

A quarta edição da SMU ocorreu no período de 6 a 10/03/2006 e teve como tema, "Mulher, talento, mudança e inclusão social", cujo objetivo foi trabalhar com a inclusão social da mulher por meio da sensibilização e conscientização da sociedade. A exemplo das edições anteriores, foram convidadas representantes de diversos movimentos sociais de fora da Universidade para colaborarem com palestras e minicursos. Destacaram-se ações como a encenação da peça "Mulher, conheça seus direitos" pelas alunas do curso de Serviço Social, Vanessa Nazareth, Telma Reis, Valdevez Barbosa, Ezilda Amaral, Juliane Camila e Dalate Bianca; e os debates nas palestras sobre Mulher e Literatura, organizadas pelas professoras do Departamento de Letras. Também teve destaque a discussão sobre a inserção da mulher com deficiência no mercado de trabalho. A partir desta edição, as ações da SMU passaram a ser registradas pela Assessoria de Comunicação, com divulgação pelo boletim da UNICAP. A SMU foi definida, como "um evento promovido pela UNICAP com o intuito de homenagear o sexo feminino, na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher (Travassos, 2006). Foram discutidos os seguintes temas: mulher e literatura; violência contra a mulher; mulher com deficiência e o mercado de trabalho; mulher com deficiência - preconceito; equidade de gênero. Constou na programação cultural, a exposição "Vida e missão neste chão" sobre as escritoras contistas de Pernambuco e a exibição de filme sobre tráfico de mulheres, intitulado "Para sempre Lylia", no Cineclubes Revezes²².

Imagem 6 - Cartazes da 4ª edição da SMU (2006) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Cartaz confeccionado nas cores branca, azul e vermelha, fazendo menção às cores da Revolução Francesa. Utiliza o texto de chamada da Campanha da Fraternidade em destaque para divulgação. Ao lado direito, a imagem do ícone do feminino adicionado de uma coroa, enfatizando o poder das mulheres.

²² Sala de exibição de filmes em funcionamento desde 1987, com o objetivo de realizar discussões semanais sobre cinemas e outros assuntos relacionados à sétima arte.

Imagem 7- Encenação da Peça "Mulher, conheça seus direitos". Grupo de Teatro Popular do curso de Serviço Social da UNICAP, em 9/3/2006.



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

5ª edição | 2007

A quinta edição da SMU teve como tema "Mulher, vida e missão neste chão" e ocorreu entre os dias 05 e 09/03/2007. Nesta edição, as reflexões foram norteadas pelas questões ambientais e sociais que ameaçavam o maior patrimônio natural do mundo, a Amazônia. Foi realizado um painel sobre a Amazônia, com professores do Curso de Biologia e Engenharia Ambiental. O próprio lema "Vida e missão neste chão" foi também o nome da exposição sobre escritoras contistas de Pernambuco, que ficou em cartaz na Biblioteca Central. O público pôde conhecer trechos de contos publicados no livro "Olhares: o conto feminino contemporâneo em Pernambuco". Debateu-se sobre a importância da inserção do tema da violência contra a mulher nos programas das disciplinas das instituições de ensino e sobre o polêmico assunto das relações incestuosas, no que se refere ao abuso de crianças. No Boletim UNICAP, a Semana da Mulher foi definida como um "período em que são realizados estudos e palestras em torno de diversas questões relacionadas às mulheres" (Bourbon, 2007). Na programação cultural, destacou-se a apresentação do grupo de dança Mandacaru com o espetáculo "Mulheres de Holanda, de Olinda, de Tejucupapo". Foram discutidos os seguintes temas: estudo bíblico sob a ótica feminina; literatura pernambucana - mulheres; contos femininos; tráfico de mulheres; violência contra as mulheres; Lei Maria da Penha; preconceito de gênero; violência doméstica; cultura patriarcal; inserção da temática sobre a mulher nas disciplinas das instituições de ensino; relações incestuosas; sustentabilidade; biodiversidade; Dia Internacional da Mulher; mulher na política; protagonismo feminino.

Imagem 8- Noite cultural da 5ª SMU. Primeira foto: Reitor da UNICAP, Pe. Pedro Rubens entrega a placa de homenagem à Prefeita de Olinda, Luciana Santos. Na segunda foto apresentação do Grupo Mandacaru, com o espetáculo “Mulheres de Holanda, de Olinda, de Tejucupapo”.



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Imagem 9 - Cartazes da 5ª edição da SMU (2007) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Cartaz elaborado pelo Instituto Humanitas com elementos da biodiversidade amazônica, direcionado à temática central do evento. Há um recorte ilustrativo simulando as trilhas do Rio Amazonas. O tema do evento e o período de realização estão expressos no cartaz. Observa-se o destaque tipográfico para o nome “Mulher na Católica” na cor vermelha, chamando a atenção para a urgência para a preservação do meio ambiente, bem como a segurança da mulher. O nome UNICAP foi substituído por “Católica”.

6ª edição | 2008

A sexta edição da SMU recebeu a temática “Mulher em defesa da vida”, cujo objetivo foi abrir a discussão acerca da violência contra a mulher, inclusive no espaço acadêmico e familiar. O evento foi promovido no período de 3 a 7 de março. O painel de abertura do evento, cuja temática foi “Mulher em Defesa da Vida”, contou com a presença de Pe. Pedro Rubens, Reitor da UNICAP,

e representantes da Secretaria Especial da Mulher do Estado de Pernambuco, da Coordenadoria da Mulher da Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação e Delegacia da Mulher. Durante a semana, foram debatidos temas que nortearam os múltiplos papéis da mulher na sociedade contemporânea, como: a presença da mulher na engenharia civil, na educação, na construção da arquitetura moderna brasileira, na política internacional e na filosofia. A proteção e garantia de direitos para as mulheres vítimas de violência ainda continuaram na pauta de debates, destacando-se juntamente com o júri simulado sobre o aborto e a mesa-redonda sobre violência e família. Foram incluídos na programação, o II Encontro de Cordelistas, o desfile de moda da Casa de Passagem e a apresentação do Maracatu do Projeto "Fé e Alegria", formado por funcionários e alunos da UNICAP. Nesta edição, o Reitor da Universidade, Pe. Pedro Rubens (2008 apud Alves, 2008), ressalta que a SMU é um evento que vai passar a limpo, por meio da crítica, toda uma cultura em relação à mulher. Foram discutidos os seguintes temas: a mulher e seus múltiplos papéis na sociedade; a mulher e a educação; a mulher na política internacional; mulheres filósofas; violência contra a mulher.

Imagem 10- Atividades da 6ª SMU. Primeira foto: Abertura da Semana da Mulher, da esquerda para direita: Cristina Buarque (Secretária Especial da Mulher/PE), Profª Elizabeth Siqueira (SMU), Beatriz Gibson (Delegada da Mulher) e Liliana Barros (Coordenadoria da Mulher/Recife). Na segunda foto: intervenção teatral do grupo Loucas da Pedra Lilás, em Júri Simulado sobre aborto.



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Imagem 11 - Cartazes da 6ª edição da SMU (2008) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Cartaz produzido pelo Instituto Humanitas UNICAP. Uso de elementos que apresentam a mulher dividida em dois pólos, o profissional e a maternidade. Entre essas representações há um redemoinho de imagens de mulheres importantes, nas artes, na política e na religião, cuja atuação trouxe para o debate pautas feministas significativas. Uso de elementos que retornam ao conceito de feminino como tons de rosa, estojos de maquiagem, salto alto, entre outros. Além da data do evento, há a indicação do local e telefone do setor para informações.

7ª edição | 2009

A sétima edição da Semana da Mulher na Católica apresentou como tema "Mulher clamando justiça em busca da paz". Essa edição tem como referência a Campanha da Fraternidade 2009: "Fraternidade e Segurança Pública", da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O objetivo do evento foi estimular a discussão de ideias no combate à violência contra mulher, que registrava altos índices em Pernambuco, principalmente na Região Metropolitana do Recife. As atividades ocorreram de 02 a 06 de março, no Campus da Universidade Católica. A Semana da Mulher buscou contribuir para a promoção da cultura, da justiça e da paz, através do saber acadêmico. A abertura da Semana da Mulher contou com a presença da ex-senadora Heloísa Helena, na palestra "Violência, corrupção e injustiça social". Além disso, foram realizadas ações como: desfile de moda, oficinas, mesas-redondas, painéis, feirinha, exposições e shows com os grupos artísticos da Católica e a Orquestra 100% Mulher. Também ocorreu o seminário sobre os 75 anos do voto feminino no Brasil. Nesta edição o Reitor da Universidade em seu discurso de abertura, expressou que esse evento não pretende exaltar a mulher, mas sim refletir sobre sua condição (UNICAP, 2009). Foram discutidos os seguintes temas: violência contra a mulher; Lei Maria da Penha; voto feminino no Brasil; história do movimento de mulheres de Pernambuco; ações da Coordenadoria da Mulher do

Recife; sistema habitacional das comunidades carentes como fator de insegurança e injustiça.

Imagem 12- Cartazes da 7ª edição da SMU (2009) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Cartaz elaborado pela Agência Experimental da UNICAP. Evidencia-se por meio da apresentação de diversos elementos, a temática da violência contra a mulher. A fonte utilizada, as cores, a palavra de ordem expressa na arte representam o sangue das mulheres vítimas de violência. O cartaz da campanha foi pensado com base nas cinco principais formas de violência contra a mulher: a violência doméstica, o tráfico de mulheres, a prostituição, o trabalho escravo e o assassinato. A peça foi elaborada pela agência experimental de Publicidade e Propaganda da Unicap, Aê!. A equipe é formada por estudantes do curso e supervisionada pelo professor Fernando Fontanella.

8ª edição | 2010

A oitava edição da SMU fez alusão ao tema “Fraternidade, Economia e Vida”, cujo objetivo da semana foi debater sobre a promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada na construção de uma sociedade mais justa. O evento apresentou uma programação diversificada que representou as três dimensões temáticas propostas. Para abranger a questão da fraternidade, foram apresentadas atividades de reflexão sobre os movimentos contemporâneos de mulheres em Pernambuco, a importância da juventude no movimento feminista e a participação da mulher na economia solidária. Quanto à abordagem da economia, foram ofertados minicursos sobre o uso da internet para geração de renda (Mulheres na Rede) e sobre o “Cuidado da beleza com economia”. No que diz respeito à dimensão da vida, discutiu-se sobre assédio moral e sexual, saúde e prevenção da mulher, educação e gênero. De acordo com o Reitor Pe. Pedro Rubens Oliveira (2010 apud Pimentel, 2010), a temática da SMU nos faz pensar no paradoxo que as mulheres vivem de uma maneira cada vez mais aguda. “Como conjugar a carreira profissional, participação mais efetiva na economia do país com o serviço à vida, desde a geração da vida, ao cuidado com

a vida e a promoção da vida. É uma agenda muito complicada, e articular isso não é fácil". Foram discutidos os seguintes temas: empreendedorismo feminino; sustentabilidade; uso da internet para economia e geração de renda; papel da mulher na economia e política; 100 anos de instauração do Dia Internacional da Mulher; mulher na ciência e na tecnologia; violência doméstica; criação de políticas públicas.

Imagem 13 - Cartazes da 8ª edição da SMU (2010) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Cartaz produzido pelo Instituto Humanitas. Permanece o uso do nome institucional "Católica" ao invés de UNICAP. Criação de uma logomarca para o evento. Nota-se a utilização da cor lilás, com variações de tom, simbolizando a luta das mulheres (cor utilizada pelo movimento feminista). Criou-se espaço para divulgação do centenário do dia 8 de março. Também são representadas as instituições parceiras.

9ª edição | 2011

A nona edição da Semana da Mulher se debruçou sobre o tema "Cuidar da Vida, Cuidar do Mundo". O Pró-reitor Comunitário, Padre Lúcio Flávio Cirne Ribeiro, apresentou a temática desta edição fundamentada na CF 2011: "Cuidado com a vida e cuidado com o mundo, fraternidade e vida no planeta." Nada mais pertinente, uma vez que é a mulher que gera vida e materna o ser humano, que inicia a vida sob a sua dependência e seus cuidados. A própria temática da Campanha da Fraternidade utiliza termos bem característicos, próprios e ligados ao universo feminino. A criação geme em dores de parto. Cuidar da vida, cuidar do planeta, cuidar do nosso lugar, cuidar da nossa casa. A UNICAP é o nosso lugar, lugar de convivência, lugar de trabalho, lugar de geração do saber, do saber que quer transformar este nosso mundo, transformar nossa realidade. Destacou-se o painel: "A Participação da Mulher na Construção da História de Pernambuco", coordenado pela professora do Curso de Direito da UNICAP, Andréa Campos, com as painelistas convidadas: a Profa. A Dra. Suely Almeida, historiadora da UFRPE, e Fátima Quintas, escritora e integrante

da Academia Pernambucana de Letras. A convidada externa foi a ex-senadora e professora da UFAL, Heloísa Helena. Foram discutidos os seguintes temas: meio ambiente, crescimento econômico e sustentabilidade e políticas públicas para o meio ambiente. A SMU aconteceu no período de 21 a 24 de março.

Imagem 14 - Cartazes da 9ª edição da SMU (2011) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Cartaz produzido pelo Instituto Humanitas. Permanece o uso do nome institucional "Católica" ao invés de UNICAP. Mantém o uso de uma logomarca fixa, alterando-se apenas o número da edição e das cores. Nesta edição as cores empregadas remetem à ideia de natureza, uma vez que a temática engloba o cuidado de si e o cuidado com o planeta. Houve a adição da marca do aniversário de 60 anos da Universidade.

10ª edição | 2012

A décima SMU entrou no clima alegre da comemoração dos 60 anos da UNICAP, inspirada no tema da Campanha da Fraternidade da CNBB de 2012: "Fraternidade e saúde pública", e lema: "Que a saúde se difunda sobre a terra!" (Eclo, 38, 8), porém sem deixar de refletir sobre a realidade da mulher enquanto usuária do sistema público de saúde. Organizada e coordenada pelo Instituto Humanitas UNICAP, esta Semana teve como tema "Mulher, fraternidade e saúde" e foi realizada no período de 5 a 8 de março. O Reitor, Padre Pedro Rubens, ressaltou que a UNICAP aproveita o momento da Campanha da Fraternidade da CNBB para debater temas importantes para o gênero, e também expor o lado cristão. Afirmou que a lembrança da Campanha da Fraternidade dentro do tema central do evento reforça esse posicionamento da instituição. Foram discutidos os seguintes temas: políticas públicas e o SUS; a mulher e a saúde no sistema penitenciário; saúde para população negra; saúde mental da mulher; violência contra a mulher; a saúde e a pessoa com deficiência. O evento tem como objetivo refletir e mobilizar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral na esperança de que um

dia possamos colocar um ponto final nessa história de violência, especialmente contra a mulher, revela o Reitor Pe. Pedro Rubens, no painel de abertura.

Imagem 15 - Abertura da 10ª edição da SMU (2012). Na foto, da esquerda para direita, Pe. Pedro Rubens (Reitor da UNICAP), Profª Elizabeth Siqueira (SMU) e a vereadora e professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 14/03/2012.



Fonte: Boletim Unicap

Imagem 16 - Cartazes da 10ª edição da SMU (2012) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

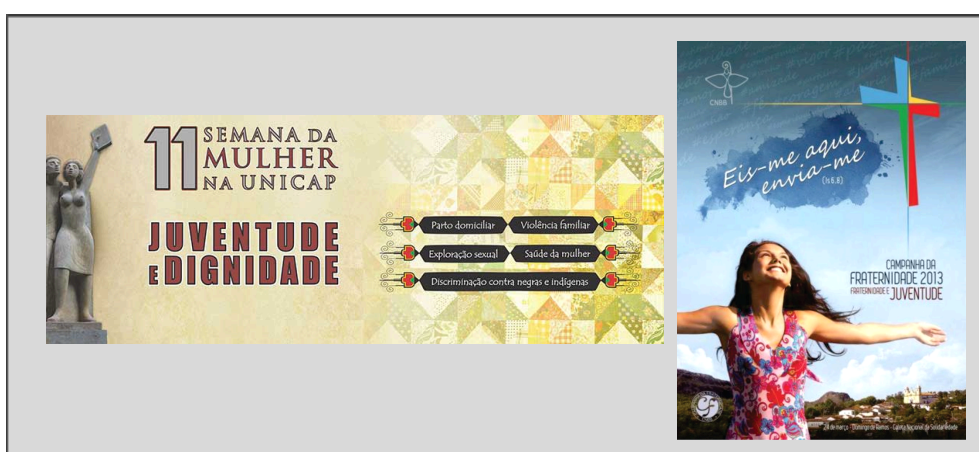
Cartaz produzido pelo Instituto Humanitas. Permanece o uso do nome institucional "Católica" ao invés de UNICAP. Mantém o uso de uma logomarca fixa, alterando-se apenas o número da edição e das cores. Nesta edição as cores empregadas remetem à ideia de paz, calma e relaxamento. A temática permanece enfatizando o cuidado, mas engloba o cuidado reivindicatório, aquele que objetiva melhorias no sistema de saúde para a população mais carente. Permanece a marca do aniversário de 60 anos da Universidade, bem como as das instituições que estão colaborando com o evento.

11ª edição | 2013

A 11ª edição da SMU trouxe o tema "Juventude e Dignidade seguindo o da Campanha da Fraternidade", cuja pauta foi Fraternidade e Juventude, com o lema: "Eis-me aqui, envia-me!" A Semana da Mulher,

realizada no período de 17 a 19 de março, continuou reforçando a discussão sobre violência contra a mulher, tendo em vista o aumento dos casos de violência, abusos, exploração sexual, tráfico de mulheres, em especial de jovens e adolescentes, com um olhar sobre esses problemas agravados durante a realização da Copa do Mundo. Teve o apoio dos cinco Centros Acadêmicos, Biblioteca, Grupos de Estudos, Núcleos, Liceu de Artes e Ofício, DA's, DCE e ONG 's. Contou-se dessa vez com a parceria da Secretaria Especial da Mulher da Prefeitura do Recife, União Brasileira das Mulheres (UBM) -Recife, Gabinete da Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) e do Ministério Público. O principal objetivo do evento foi divulgar e promover debates sobre a implantação de políticas públicas que visam garantir os direitos das mulheres.

Imagem 17 - Cartazes da 11ª edição da SMU (2013) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Cartaz produzido pela Assessoria de Comunicação. A partir desta edição, observa-se o retorno do uso da sigla oficial da universidade, a UNICAP. Não há indicação de parcerias. As informações concentram-se em torno da temática. Identifica-se um dos elementos existentes no campus da Universidade, a escultura do artista plástico Abelardo da Hora em homenagem aos estudantes. Trata-se de um casal de jovens com livros na mão. No cartaz, a parte da escultura que representa o estudante (gênero masculino) foi cortada. Destaca-se ainda o mosaico desenhado como plano de fundo e a indicação das temáticas a serem discutidas no evento. Chama-nos à atenção o ícone que se assemelha a um pássaro e que sustenta cada caixa temática. Eles possuem turbinas (ideia de vento, de rapidez), o que nos leva a refletir sobre as urgências sociais levantadas no evento. Outro ponto importante é a cor utilizada no tema central, a cor marrom, que nos sugere a ideia de terra, de chão, direcionando-nos a pensar nos povos originários e nos escravizados, também foco de debate nesta edição.

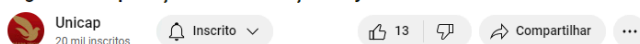
12ª edição | 2014

A 12ª edição da SMU teve por objetivo refletir o tema Exploração Sexual e Tráfico de Pessoas, à luz da Campanha da Fraternidade 2014, cuja pauta é Fraternidade e Tráfico Humano e lema: É para a liberdade que Cristo nos libertou (Gl 5,1). Trouxe à discussão os desafios e perspectivas para o enfrentamento dessa realidade sob a ótica dos direitos humanos. Segundo dados da ONU, a maioria dos crimes de tráfico de pessoas está ligada à exploração sexual. Suas vítimas são mulheres afrodescendentes, com idade entre 15 e 25 anos, baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Nessa semana, o IHU lançou o livro “Mulheres do que estamos falando?”, em uma perspectiva multi e interdisciplinar, com artigos sobre mulheres, na sua maioria resultado de investigações científicas de docentes da Universidade Católica de Pernambuco e de outros Centros Universitários do Brasil e do exterior. Também foi lançada a campanha “Diga não à Exploração Sexual”, que marcou o compromisso político institucional com os Direitos Humanos. Nesta edição, buscou-se sensibilizar a comunidade acadêmica para os desafios e perspectivas do enfrentamento da problemática de exploração sexual e tráfico humano sob a ótica dos Direitos Humanos.

Imagem 18 - Campanha “Diga não à exploração sexual” realizada pela jornalista Graça Araújo.



Diga não à exploração sexual - Graça Araújo



Fonte: página oficial da UNICAP no Youtube

Imagem 19 - Cartazes da 12ª edição da SMU (2014) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

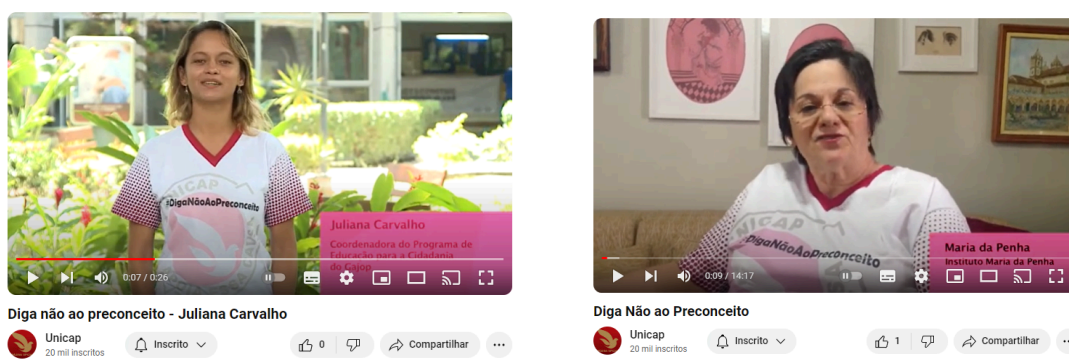
Nesta edição, a arte elaborada pela Assessoria de Comunicação (Java Araújo) trouxe vários elementos representativos da exploração sexual desde os tempos da invasão colonialista. O plano de fundo lembra a estopa, pano rústico muito utilizado pelos escravizados. A representação da mulher no cartaz é de uma mulher negra. O código de barras traz a ideia de produto, mercadoria, fazendo menção ao tráfico de pessoas. No braço da mulher, várias marcas, resultantes dos abusos físicos e psicológicos. No rodapé, a marca do Instituto Humanitas e GAJOP. Foram retiradas as informações de contato, deixando apenas a data de realização do evento. O cartaz está disponível na versão digital.

13ª edição | 2015

A 13ª edição da SMU teve como tema: "Protagonismo e Invisibilidade", partindo da Campanha da Fraternidade, cujo tema foi "Fraternidade: Igreja e Sociedade" e lema "Eu vim para servir" (cf. Mc 10,45). Nesse sentido, a CNBB nos convidou, por meio desta temática, a observar a dimensão da vida em sociedade, com base na convivência coletiva, principalmente com as pessoas vulneráveis. Como a sociedade vem se mobilizando para que as políticas públicas atinjam quem mais precisa? Os serviços e leis são elaborados para atender a todas e a todos sem distinção? Buscando oportunizar a reflexão sobre o protagonismo na luta por equidade e garantia de direitos e a invisibilidade das mulheres e minorias sociais no acesso aos espaços de poder e decisão, idealizou-se uma temática distinta do lema da Campanha deste ano, no entanto, semelhante quanto aos objetivos. Importante sublinhar que, nesta edição, focamos na reflexão sobre o preconceito, visto se tratar de uma das causas da invisibilidade e formulamos a campanha: "*Diga não ao Preconceito*", com o intuito de colaborar, enquanto espaço acadêmico, na conscientização dos males provocados pelo preconceito, de modo

especial quando são direcionados às pessoas vulneráveis. Foram discutidos os seguintes temas: protagonismo e invisibilidade da mulher; direitos da mulher com deficiência; juventude - invisibilidade e empoderamento; parto humanizado; mulher e trabalho; abandono materno - material e afetivo; mulher negra - invisibilidade e emancipação; violência contra a mulher.

Imagem 20 - Campanha #Diga não ao Preconceito, lançada na 13ª edição da SMU. À esquerda, Juliana Carvalho (GAJOP) e Maria da Penha (Instituto Maria da Penha)



Fonte: página oficial da UNICAP no Youtube

Imagem 21 - Cartazes da 13ª edição da SMU (2015) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Nesta edição, a arte foi elaborada pelo Instituto Humanista. Embora a programação contemplasse questões como violência e vulnerabilidade social, que inviabiliza grande parte da população negra, não houve essa abordagem na arte. O plano de fundo, meramente decorativo, traz a cor rosa como representação do feminino. Há a simbologia de uma mulher na sombra e de outra, como protagonista da sua história (vida). Essa protagonista se difere totalmente da imagem desenhada na sombra, que remete a uma mulher que se esconde ou foge, enquanto a protagonista tem um olhar altivo e demonstra felicidade. A imagem de uma mulher que não está mais invisível é de uma jovem branca. No rodapé, a marca do Instituto Humanitas e de uma instituição parceira. As informações de contato encontram-se no rodapé. O cartaz está disponível na versão digital.

14ª edição | 2016

A 14ª edição da SMU apresenta o tema: “Mulher, vulnerabilidade e justiça socioambiental”, cujo objetivo foi oportunizar a reflexão sobre a importância do protagonismo da mulher na construção de uma consciência ética ambiental, tendo como base a sociedade global sustentável. Realizada pelo Instituto Humanitas UNICAP, no período de 8 a 10 de março, com apoio dos Centros Acadêmicos e em parceria com GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares), como nos anos anteriores, a Semana foi inspirada no tema da Campanha da Fraternidade da CNBB: “Casa comum, nossa responsabilidade” e lema: “Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Am 5.24). A reflexão, com base na CF, visava apresentar também a realidade das pessoas com deficiência e as iniciativas para promover sua dignidade e autonomia, fortalecendo organizações e movimentos criando mecanismos para sua participação efetiva como protagonistas de sua história, na família, na Igreja e na sociedade. De acordo com Valdenice Raimundo, Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação da UNICAP, “a luta atual das mulheres não é para provocar uma guerra entre os sexos, mas para apontar que as relações são hierarquizadas no que se diz respeito ao lugar que cada um tem historicamente ocupado na sociedade e, isto precisa ser modificado. Estamos todos implicados nesta luta!”. Foram discutidos os seguintes temas: cidade e projeto; vulnerabilidade socioambiental nas comunidades do Recife; microcefalia; racismo ambiental e pobreza; vulnerabilidade - aplicação da Lei Maria da Penha.

Imagem 22- Cartazes da 14ª edição da SMU (2016) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Nesta edição, a arte foi elaborada pelo Instituto Humanista. Há a representação do bioma característico da região nordeste, dentro da cabeça da mulher. A mulher está como centro da discussão sobre a consciência ética-ambiental. No rodapé, a marca do Instituto Humanitas e de uma instituição parceira. As informações de contato não foram disponibilizadas no cartaz. O cartaz está disponível na versão digital.

15ª edição | 2017

A 15ª edição da SMU abordou a temática: “Mulher - Celebrando a Caminhada Pela Vida e Contra a Violência”. Realizada pelo Instituto Humanitas UNICAP e inspirada, como sempre, no tema da Campanha da Fraternidade da CNBB, neste ano com o tema: “Fraternidade: Biomas brasileiros e defesa da vida” e o lema: “Cultivar e guardar a criação” (cf. Gn 2,15) teve como objetivo geral cuidar da criação, de modo especial dos biomas brasileiros, dons de Deus, e promover relações fraternas com a vida e a cultura dos povos, à luz do Evangelho. Além disso, buscava também celebrar a XV SMU como um grande momento de memória da caminhada de luta pela vida e contra a violência realizada nesses quinze anos e apresentar, transdisciplinarmente, a construção e efetivação do trabalho acadêmico de gênero na UNICAP, tendo como referência o contexto atual, de forma a apontar e problematizar seus principais resultados, limites e possibilidades. Objetivos específicos dessa edição foram: discutir e celebrar com diversos grupos da sociedade civil o resgate da construção realizada ao longo desses 15 anos; refletir com as mulheres e grupos organizados sobre as diversas formas de negação dos direitos das mulheres (negras, indígenas, LGBTQI+), como a feminização da pobreza e a deterioração da qualidade de vida humana etc.; aprofundar a importância da educação ambiental, de caráter preventivo, como proposta de políticas públicas de proteção à vida; compreender e assumir o sentido da ecologia integral para o bem-estar do planeta. Nesta edição, foi realizado o lançamento de uma campanha contra o racismo. Foram discutidos os seguintes temas: papel da mulher na gestão da água; mulher idosa numa perspectiva biopsicossocial; assédio moral e sexual no trabalho; diversidade das mulheres e a luta por direitos; mulher e política - perspectivas no Brasil.

Imagem 23- Cartazes da 15ª edição da SMU (2017) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Nesta edição, a arte foi elaborada pelo Instituto Humanista. Há a representação da figura de uma mulher em estado de celebração. Destaca-se a configuração de uma estrada a ser percorrida. Ao final da estrada, a imagem de um cacto ou mandacaru, planta comum na caatinga nordestina, simbolizando a tenacidade do povo sertanejo diante das adversidades climáticas da região. Voltando-se ao movimento de mulher é símbolo de força e resistência.

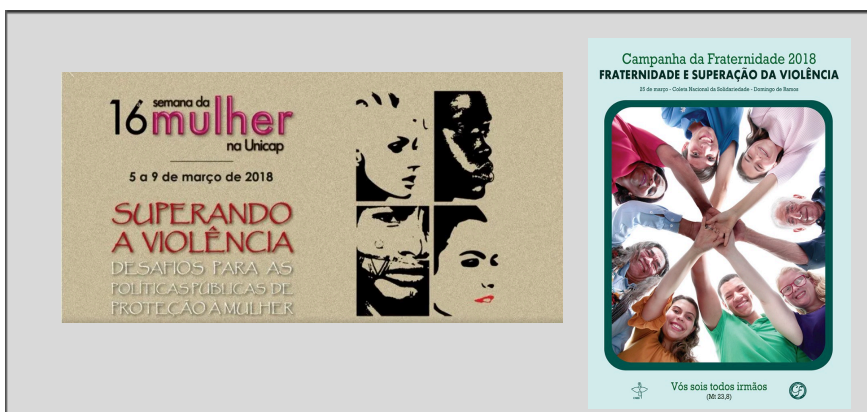
16ª edição | 2018

Nesta edição de número 16, realizada nos dias 5 a 9 de março, a Semana da Mulher trouxe o debate sobre o tema “Mulher, superando a violência: desafios para as políticas públicas de proteção à mulher”.

Os números alarmantes revelados pelas pesquisas sobre a violência crescente, além da própria sensação de insegurança que permeia a população em muitas regiões do país, evidenciam a necessidade urgente de reflexão sobre essa questão. O estudo mais recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que apresenta os dados da violência de 2015, destaca a necessidade de um maior comprometimento das autoridades políticas e da segurança pública em torno de um pacto contra os homicídios. O Atlas da Violência 2017, produzido pelo Ipea, indica a necessidade de aprimorar o controle do uso de armas no país, além de revelar o perfil da maior parte das vítimas da violência: homens, jovens, negros e com baixa escolaridade. No entanto, também é alarmante o número de vítimas de outras categorias, como mulheres: em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. O relatório ressalta, no entanto, que este número representa uma pequena ponta do iceberg, já que as mulheres também são vítimas de outras formas de violências (física, psicológica e material) motivadas por uma cultura patriarcal e que passam invisíveis aos olhos da sociedade. À luz da Campanha da Fraternidade, cujo lema é “Fraternidade e Superação da Violência”, a Semana da Mulher discute a situação das mulheres negras e indígenas no contexto de desigualdade sociopolítica brasileira, a segurança para mulheres nos espaços públicos e as alternativas de superação da violência contra as mulheres. Nesta edição, foi lançada a

campanha “Acolher o diferente é deixar-se acolher”, em parceria com Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Pernambuco.

Imagem 24 - Cartazes da 16ª edição da SMU (2018) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

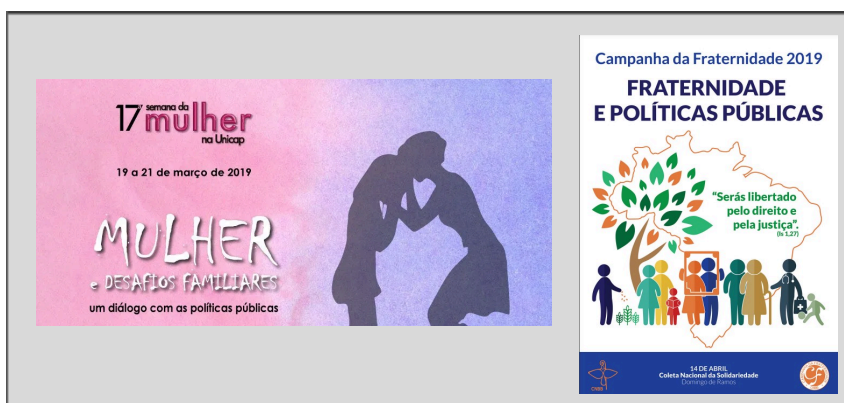
Análise da imagem

Nesta edição, a arte foi elaborada pelo Instituto Humanista. Há a representação de mulheres indígenas, negras e brancas. Numa proposta simples, a arte indica o por meio de um mosaico a necessidade do amplo debate para o atendimento à pluralidade de necessidades e de mulheres a serem assistidas, tendo em vista que as práticas sociais são distintas.

17ª edição | 2019

A 17ª edição da SMU, seguindo a temática da Campanha da Fraternidade - Fraternidade e Políticas Públicas - se dedicou a refletir sobre a temática: “Mulher e desafios familiares - um diálogo com as políticas públicas”. O evento aconteceu nos dias 19 a 21 de março de 2019 e teve como objetivo geral aprofundar o debate sobre a “responsabilização” da mulher nas chamadas novas organizações familiares (novas famílias ou novos arranjos familiares), desmistificando os conceitos pré-concebidos ao longo da história, entendendo-os como fenômenos socialmente e culturalmente construídos. De forma específica, a SMU discutiu sobre as políticas públicas e as novas organizações de família no contexto das mudanças ocorridas na sociedade; os novos arranjos familiares no Direito Brasileiro; a vulnerabilidade da mulher e o papel da proteção social básica.

Imagem 25- Cartazes da 17ª edição da SMU (2019) e da Campanha da Fraternidade



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Nesta edição, a arte foi elaborada pelo Instituto Humanista. Há a representação da figura de uma mulher mais velha levemente inclinada para a figura mais jovem, sendo a inclinação um sinal ancestral de respeito, a simbologia da arte indica a atenção da mulher adulta com a criança. As cores retornam em tons de rosa mesclada com a cor lilás, em sinal de luta. Embora o tema seja os desafios familiares, não há a presença da figura paterna, como em muitos domicílios no país.

18ª edição | 2020

Chega-se à 18ª edição da SMU, com o tema: “Mulher e educação – o caminho para transformação” e campanha com slogan: “Educação se faz em Comunhão: Ninguém fica de fora!” Inspirada no tema da Campanha da Fraternidade: “Educação Libertadora”, que apontava para o sentido da vida como dom e compromisso, recriando relações fecundas na família, na comunidade e na sociedade, a SMU foi realizada nos dias 21 e 22 de outubro, em virtude do contexto da pandemia. Seus objetivos foram: aprofundar o debate sobre o empoderamento das mulheres na apropriação do saber como ferramenta de luta na defesa de seus direitos e afirmação de sua dignidade; estimular o diálogo sobre o empoderamento feminino e equidade de gênero na educação universitária; e articular o saber científico com o saber popular a fim de colaborar com a mudança de mentalidade e afirmação de uma identidade cultural. Vale destacar que, no mês de setembro, foi celebrado o centenário de nascimento do patrono da educação, Paulo Freire.

Imagem 26- Cartazes da 18ª edição da SMU (2020) e da Campanha da Fraternidade.



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Nesta edição, a arte foi elaborada pelo Instituto Humanista. Há a representação da figura de uma menina negra de braços abertos com vários fios se trançando a partir da cabeça dela. No centro, a palavra geradora "Educação", estimulando a dialogicidade com outros temas apresentados neste mesmo "penteadado". Há a indicação do retorno às atividades, após fase mais agravada da pandemia. A arte foi feita para uso exclusivo no meio digital.

19ª edição | 2021

A 19ª edição da SMU teve como tema: "Mulher: diálogo e denúncia no enfrentamento do feminicídio". Realizou-se nos dias 16,17 e 18 de março de 2021. A necessidade de discussão e enfrentamento da violência estrutural instalada contra a mulher na sociedade em geral é urgente. Esse enfrentamento, quando se trata da mulher e seu papel em nossa sociedade, exige um olhar diferenciado, uma vez que vivemos, infelizmente, numa sociedade patriarcal e excludente. A mudança estrutural depende de um novo olhar da sociedade sobre a mulher e os espaços que ela deve ocupar em atendimento à igualdade de gênero, sobretudo com atenção também à raça e à sexualidade. O objetivo geral desta edição foi refletir, avaliar, identificar e propor políticas e caminhos para combater e superar as violências de gênero, especialmente aquelas que levam ao feminicídio. Inspirada pela temática "Fraternidade e diálogo: compromisso de amor", da campanha da fraternidade vigente, a Semana da Mulher compreende o impacto do período pandêmico e do desmonte das políticas públicas voltadas para mulheres, incentivando o diálogo atrelado ao não conformismo e à denúncia. Na programação foram realizadas palestras sobre temas como: a morte violenta de mulheres no Brasil e as novas vulnerabilidades; sofrimento psíquico, desamparo e violência no contexto da pandemia; a arte e o sofrimento da mulher; educação como alternativa

para transformação; e o papel da fé e da política no enfrentamento religioso e a violência de gênero.

Imagem 27- Cartazes da 19ª edição da SMU (2021) e da Campanha da Fraternidade.



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise visual

Nesta edição, a arte foi elaborada pelo Instituto Humanista. Há a representação de mãos dadas, uma branca e a outra negra, simbolizando que a luta pelo fim do feminicídio é de responsabilidade de toda a sociedade. Observa-se o chamamento para o título devido ao tamanho e apresentação da fonte, em negrito e maiúscula.

20ª edição | 2022

A 20ª edição da SMU trouxe para o debate o impacto das políticas públicas de educação na vida das mulheres em um contexto pandêmico, por meio da temática "Impactos da pandemia na vida das mulheres no contexto da educação". Realizada nos dias 8, 9 e 10 de março, a Semana da Mulher celebrou 20 anos como espaço de articulação entre a Universidade e a Sociedade no enfrentamento à violência de gênero. Entretanto, essa celebração foi realizada a partir de várias discussões, entre elas: as políticas públicas inclusivas para mulheres no contexto educacional; o pacto educativo global; empreendedorismo feminino; a educação popular na pandemia; o impacto da covid na vida das trabalhadoras domésticas.

Imagem 28- Cartazes da 20ª edição da SMU (2022) e da Campanha da Fraternidade.



Fonte: arquivo pessoal Ir. Rosário Claudio (IHU)

Análise da imagem

Divulgação elaborada em tamanho folder para homepage institucional e redimensionada para as redes sociais (instagram e whatsapp). Traz a temática em evidência, por meio da fonte em negrito e em caixa alta. Identifica-se como plano de fundo, as telas de reunião online, recurso difundido durante o período de pandemia. Todos os participantes da reunião possuem o ícone com a letra M, de mulher. No lado esquerdo do cartaz, há a imagem de uma mulher negra, com máscara e lenço na cabeça, para mostrar a importância do cuidado e da prevenção durante o período. Importante destacar que a população negra foi a mais vitimada, seja pela COVID ou pelo alto índice de violência contra a mulher.

21ª edição | 2023

A 21ª edição da SMU intitulada “Mulheres, insegurança alimentar e justiça” foi inspirada na temática da Campanha da Fraternidade “Fraternidade e Fome”, cujo lema é: “A fome é um problema de todas as pessoas”. A Semana da Mulher na Unicap, coordenada pelo Instituto Humanitas Unicap, integrou a celebração dos 80 anos da Unicap, a partir da encíclica Fratelli Tutti, do Papa Francisco, que alerta para o impacto atual sistema ao afirmar que “as crises sociais, políticas e econômicas fazem morrer à fome milhões de crianças, já reduzidas a esqueletos humanos por causa da pobreza e da fome”. Nesse sentido, a SMU concentrou-se na defesa da retomada das políticas de segurança alimentar e nutricional, além da mobilização pela preservação dos direitos à vida, contra a fome, a carestia, a violência e o desemprego. Durante a programação, foi lançada a campanha: “O desafio é ninguém passar fome”. Os debates foram realizados com as seguintes pautas: a contribuição da endocrinologia e da nutrição para o envelhecimento saudável; o empreendedorismo feminino como alternativa contra a insegurança alimentar; insegurança alimentar: defendendo a retomada de políticas públicas de segurança alimentar; insegurança alimentar da travestilidade na contextualização brasileira; e segurança alimentar e justiça social. Quanto às atividades de extensão, ocorreram as oficinas do Projeto “Menina faz

ciência na UNICAP” abordando temas como ciência na cozinha com aproveitamento integral de alimentos; produção de biodetergentes; acervos científicos e seus tesouros. O evento contou ainda com a roda de diálogo sobre a fome narrada por Carolina Maria de Jesus, na década de 60 e a que vivenciamos nos dias atuais. Na programação cultural, houve o lançamento do livro da professora Andréa Campos, intitulado “Estupro no Brasil: genealogia de sua noção jurídica, normatividade e processos de subjetivação”, além de uma feirinha do grupo de artesãs do Projeto Escofes e Associação Karaxuwanassu (Engenho Monjope - Igarassu-PE). Na Biblioteca Central foi realizada a exposição da Coleção Maka Nagal, do artista gráfico Antonio Amaro.

Imagem 29 - Cartaz da 21ª edição da SMU (2023) e da Campanha da Fraternidade.



Fonte: Portal da UNICAP

Análise da imagem

Cartaz elaborado pelo ilustrador Java Araújo, inspirado na obra de Carolina Maria de Jesus. Em sua obra "Quarto de despejo" a autora relata "Eu sou negra, a fome é amarela e dói muito". Nesse sentido, a arte da 23ª edição da Semana da Mulher é elaborada para enfatizar a necessidade das políticas públicas no combate à fome, uma vez que as mulheres são as maiores vítimas da insegurança alimentar. Na arte percebe-se o uso da cor amarela com nuances de verde e azul. As mulheres representadas são negras, em sua maioria e, seguram coletivamente um único prato, sugerindo que a fome é um problema público.

A partir da pesquisa nas reportagens do Boletim Unicap, chamou-nos a atenção o modo como a comunidade universitária percebia a Semana da Mulher. Por isso, formulamos um quadro com a síntese das definições, percepções e mentalidades.

Quadro 2 - Descrição das percepções e mentalidade acerca da SMU

Ano	Percepção	Mentalidade
2006	Evento promovido pela UNICAP com o intuito de homenagear o sexo feminino, na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher	Sexo feminino; Homenagem; Dia da Mulher
2007	Período onde são realizados estudos e palestras em torno de diversas questões relacionadas às mulheres”	Formação acadêmica; Pauta sobre mulheres
2008	Evento que vai passar a limpo, por meio da crítica, toda uma cultura em relação à mulher.	Mulheres; Reparação cultural
2009	O evento não pretende exaltar a mulher, mas sim refletir sobre sua condição.	Mulheres; Condição social
2010	Nos faz pensar no paradoxo que as mulheres vivem de uma maneira cada vez mais aguda. Como conjugar a carreira profissional, participação mais efetiva na economia do país com o serviço à vida, desde a geração da vida, ao cuidado com a vida e a promoção da vida.	Mulheres; Economia; Mercado de trabalho
2011	Evento que transita pela construção da história da nossa Universidade, em Pernambuco.	Mulheres; História da Universidade; Memória Institucional
2012	Evento que tem como objetivo refletir e mobilizar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral na esperança de que um dia possamos colocar um ponto final nessa história de violência, especialmente contra a mulher.	Mulheres; Violência; Mobilização; Universidade
2013	Trouxe à discussão, os desafios e perspectivas para o enfrentamento da exploração sexual e tráfico humano essa realidade, sob a ótica dos direitos humanos.	Mulheres; Violência; Direitos Humanos
2014	O principal objetivo do evento foi divulgar e promover debates sobre a implantação de políticas públicas que visam garantir os direitos das mulheres.	Mulheres; Direitos; Políticas públicas
2015	Observar a dimensão da vida em sociedade, com base na convivência coletiva, principalmente com as pessoas vulneráveis.	Mulheres; Vulnerabilidade; Direito à vida; Violência
2016	“A luta atual das mulheres não é para provocar uma guerra entre os sexos, mas para apontar que as relações são hierarquizadas no que se diz respeito ao lugar que cada um tem historicamente ocupado na sociedade e, isto precisa ser modificado. Estamos todos implicados nesta luta!”	Mulheres; Reparação cultural; Mobilização social
2018	A Semana da Mulher discute a situação das mulheres negras e indígenas em contexto de desigualdade sociopolítica brasileira, a segurança para mulheres nos espaços públicos e as alternativas de superação da violência contra as mulheres.	Mulheres Negras e Indígenas; Violência; Segurança Pública.
2019	Busca aprofundar o debate sobre a “responsabilização” da mulher nas chamadas novas organizações familiares (novas famílias ou novos arranjos familiares), desmistificando os conceitos	Mulheres; Novos arranjos familiares; Parentalidade; Reparação cultural

	pré-concebidos ao longo da história, entendendo como fenômenos socialmente e culturalmente construídos.	
2020	Aprofundar o debate sobre o empoderamento das mulheres na apropriação do saber como ferramenta de luta na defesa de seus direitos e afirmação de sua dignidade.	Mulheres; Empoderamento Direito à vida; Formação acadêmica e popular; Saberes
2021	Analisa o impacto do período pandêmico e do desmonte das políticas públicas voltadas para mulheres.	Mulheres ; Pandemia ; Políticas Públicas; Perda de direitos.
2022	Continua o debate sobre o impacto das políticas públicas de educação na vida das mulheres em um contexto pandêmico.	Mulheres; Pandemia; Políticas Públicas; Educação
2023	A SMU se concentrou na defesa da retomada das políticas de retomada das políticas de segurança alimentar e nutricional e na mobilização pela preservação dos direitos à vida, contra a fome, a carestia, a violência e o desemprego.	Mulheres; Insegurança Alimentar; Políticas Públicas; Direito à vida

Fonte: A autora

A partir da leitura do quadro acima, comprovamos que havia uma cultura celebrativa voltada ao Dia Internacional da Mulher, em 2006. De 2007 a 2009, percebemos a introdução de pautas sobre a mulher a partir da sua condição na sociedade. De 2010 em diante, as notícias já não mais descrevem o que é a Semana da Mulher e sim os objetivos propostos pelo evento, as pautas discutidas refletem as urgências sociais, principalmente no tangente à violência contra as mulheres, nas dimensões familiares e dos direitos humanos.

A seguir, continuaremos o relatório dessa pesquisa com a apresentação da linha do tempo da Semana da Mulher na UNICAP.

7.2 Linha do tempo das mulheres da Semana da Mulher na UNICAP

Uma linha do tempo é uma representação visual eficaz para apresentar uma sequência cronológica de eventos, processos ou históricos. A linha do tempo, nesse contexto, ilustra os acontecimentos que influenciaram as ações realizadas durante as edições da Semana da Mulher, com acréscimo dos cartazes das edições, as descrições das temáticas abordadas e as campanhas realizadas. Esse recurso também foi disponibilizado no repositório da SMU.

SEMANA DA MULHER NA UNICAP

LINHA DO TEMPO

INÍCIO ANOS 2000

REUNIÕES DO NÚCLEO UNICAP DE ESTUDOS DA MULHER (NUEMU), VINCULADO AO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA.



2003

criação do serviço "CANTO FALA MULHER", VINCULADO À DIVISÃO DE AÇÃO PASTORAL DA UNICAP

criação da SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, COM STATUS DE MINISTÉRIO (GOVERNO LULA)

1ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "FRATERNIDADE E PESSOAS IDOSAS".



PRESIDENTE LULA
1º MANDATO
2003 A 2006



2004

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E ELABORAÇÃO DO I PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES



2ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "FRATERNIDADE E ÁGUA"



2005

O ADULTÉRIO DEIXA DE SER CRIME NO BRASIL. LANÇAMENTO DO PROGRAMA MULHER E CIÊNCIA (GOVERNO FEDERAL) | LEI DO ACOMPANHANTE (11.108/2005) PARA MULHERES GESTANTES DURANTE TODAS AS ETAPAS DO PARTO EM TODOS O SUS.



3ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "MULHER, ARTE, SOLIDARIEDADE E PAZ"

2006



criação da LEI MARIA DA PENHA (LEI 11.340 DE 07/08/2006), QUE CRIA MECANISMOS PARA AUMENTAR O RIGOR NA PUNIÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

4ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "MULHER, TALENTO, MUDANÇA E INCLUSÃO SOCIAL".



PRESIDENTE LULA
2º MANDATO
2007 A 2010



2007

REAÇÃO CONTRA O ABORTO NO CONGRESSO | PACTO NACIONAL PELO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



5ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "MULHER, VIDA E MISSÃO NESTE CHÃO".



2008



O PROGRAMA EMPRESA CIDADÃ PERMITE PRORROGAR A LICENÇA-MATERNIDADE PARA 180 DIAS.



6ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "MULHER EM DEFESA DA VIDA".

2009

OS CRIMES DE NATUREZA SEXUAL FORAM CONSIDERADOS CRIMES CONTRA A "LIBERDADE" E A "DIGNIDADE" (E NÃO MAIS OS "COSTUMES"; O TERMO "PESSOA" E NÃO "MULHER" PASSOU A QUALIFICAR A VÍTIMA DO CRIME DE ESTUPRO E DO TRÁFICO E LENOCÍDIO PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL.




7ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "MULHER CLAMANDO JUSTIÇA EM BUSCA DE PAZ".




2010

O BRASIL ELEGE SUA PRIMEIRA PRESIDENTA, DILMA ROUSSEFF.




8ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "MULHER CULTIVANDO UMA ECONOMIA SUSTENTÁVEL A SERVIÇO DA VIDA".




2011

PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF
1º MANDATO
2011 A 2014




PRIMEIRA PRESIDENTE MULHER NO BRASIL | MARCHA DAS VÁDIAS NO BRASIL, EM PROTESTO AOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E OBJETIFICAÇÃO DOS CORPOS.


9ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "CUIDAR DA VIDA, CUIDAR DO MUNDO".




2012



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) APROVA, POR OITO VOTOS A DOIS, A INTERRUPTÃO DA GRAVIDEZ EM CASOS DE ANENCEFALIA.




10ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "MULHER, FRATERNIDADE E SAÚDE".





2013

É LANÇADO O PROGRAMA MULHER: VIVER SEM VIOLÊNCIA COM O OBJETIVO DE AMPLIAR E INTEGRAR A REDE DE SERVIÇOS PÚBLICOS PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA | É APROVADA A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) QUE IGUALA EM DIREITOS OS TRABALHADORES DOMÉSTICOS E TRABALHADORES URBANOS E RURAIS.





11ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "JUVENTUDE E DIGNIDADE".





2014

INTENSIFICAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NA INTERNET, A PARTIR DAS DO USO DE HASHTAGS | BRASIL SEDIA COPA DO MUNDO | COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE ENTREGA RELATÓRIO SOBRE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DURANTE O PERÍODO DE 1946 A 1988.


12ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "EXPLORAÇÃO SEXUAL E TRÁFICO DE PESSOAS".




CAMPANHA "DIGA NÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL"

2015


PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF
2º MANDATO
2015 A AGO. 2016



É APROVADA LEI QUE TIPIFICA O FEMINICÍDIO (LEI 13.104/2015), QUE É A MORTE DE MULHERES POR SEREM MULHERES, ISTO É, PELO MENOSPREZO ÀS SUAS CONDIÇÕES DE MULHER, OU POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR.




13ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "PROTAGONISMO E INVISIBILIDADE".




CAMPANHA "DIGA NÃO AO PRECONCEITO"

2016


GOLPE E IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF.



PRESIDENTE MICHEL TEMER
AGO. 2016 A 2018




14ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "CELEBRANDO A CAMINHADA PELA VIDA E CONTRA A VIOLÊNCIA".




4ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "VULNERABILIDADE E JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL".

2017

TRÊS SECRETARIAS COM STATUS DE MINISTÉRIO - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SÃO EXTINTAS E AGREGADAS NO MINISTÉRIO DAS MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS



15ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "DIGA SIM À IGUALDADE RACIAL".



2018

ASSASSINATO DE MARIELE FANCO | É APROVADA A LEI 13.718/2018, DE AUTORIA DA DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB-AM) QUE TORNA CRIME A IMPORTUNAÇÃO SEXUAL | CAMPANHA "VOCÊ TEM VOZ" PARA AUMENTAR A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E INCENTIVAR A DENÚNCIA DE MULHERES NESSA SITUAÇÃO | PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA



16ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "SUPERANDO A VIOLÊNCIA, DESAFIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À MULHER"



CAMPANHA "ACOLHER O DIFERENTE É DEIXAR-SE ACOLHER"

2019

PRESIDENTE JAIR BOLSONARO 2019 A 2022



O MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS PASSOU A SE CHAMAR MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS COM LIDERANÇA DE UMA PASTORA QUE DEFENDE A IMAGEM BÍBLICA DA "MULHER VIRTUOSA", SUBMISSA AO HOMEM E DESINTERESSADA DE SEUS DIREITOS | LIBERAÇÃO INÉDITA DE NOVOS AGROTÓXICOS PELO GOVERNO, EM PARCERIA COM A REPÓRTER BRASIL, POR MEIO DO PROJETO POR TRÁS DO ALIMENTO | SOLTURA DO EX-PRESIDENTE LULA

17ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "MULHER E DESAFIOS FAMILIARES: UM DIÁLOGO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS".

CAMPANHA MÃES E AVÓS EDUCADORAS



COVID-19

2020

PANDEMIA DA COVID-19 | CRIAÇÃO AUXÍLIO EMERGENCIAL A ATRIZ REGINA DUARTE TOMOU POSSE NO DIA 4 DE MARÇO COMO SECRETÁRIA DE CULTURA DO GOVERNO, FOI EXONERADA 2 MESES DEPOIS.



18ª SEMANA DA MULHER COM A TEMÁTICA "MULHER E EDUCAÇÃO: O CAMINHO PARA A TRANSFORMAÇÃO"

2021



INÍCIO DA VACINAÇÃO CONTRA COVID-19, SENDO A PRIMEIRA PESSOA IMUNIZADA A ENFERMEIRA MONICA CALAZANS | CRISE SOCIAL E FINANCEIRA, COM INFLAÇÃO ACIMA DOS DOIS DÍGITOS E SUCESSIVA PERCA DO PODER DE COMPRA DA POPULAÇÃO, SEGUIDA DE SUCESSIVOS AUMENTOS NO VALOR DO COMBUSTÍVEL | INSTALADA A CPI DA PANDEMIA | INÍCIO DE UMA NOVA MODALIDADE DE PAGAMENTO ONLINE - O PIX.

19ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER COM A TEMÁTICA "DIÁLOGO E DENÚNCIA NO ENFRENTAMENTO DO FEMINICÍDIO."



2022

100 ANOS DA SEMANA DE ARTE MODERNA | 200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL | ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE, GOVERNADOR E DEPUTADOS ESTADUAL E FEDERAL



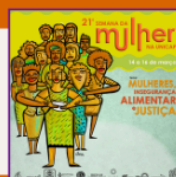
20ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER COM A TEMÁTICA "IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DAS MULHERES"



POSSE DO PRESIDENTE LULA EM JANEIRO DE 2023. MANDATO ATÉ 2026.

2023

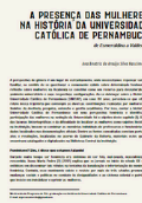
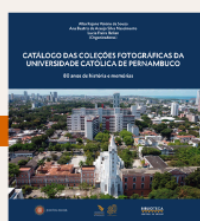
RETOMADA DO PROGRAMA "MULHER VIVER SEM VIOLÊNCIA" | O 180 VOLTOU A SER UM CANAL EXCLUSIVO DAS MULHERES, COM ATENDIMENTO VIA WHATSAPP | SANÇÃO DA LEI N. 14.611/2023 IGUALANDO O SALÁRIO ENTRE HOMENS E MULHERES | FUNDAÇÃO DA CASA DAS MULHERES INDÍGENA EM PARCERIA COM O MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS.



21ª EDIÇÃO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP, COM A TEMÁTICA "MULHERES, INSEGURANÇA ALIMENTAR E JUSTIÇA".

O DESAFIO É NINGUÉM PASSAR FOME

2024



8 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O percurso metodológico escolhido para cumprir as etapas desta pesquisa foi a pesquisa-ação, associada à pesquisa documental de tipologia exploratória, com uma abordagem de análise qualitativa. O ineditismo desse tipo de pesquisa nos arquivos da Reitoria, da Assessoria de Comunicação, Instituto Humanitas e Biblioteca da UNICAP, caracteriza o aspecto exploratório que, segundo Antonio Carlos Gil (2010), amplia a visão sobre a temática estudada.

A pesquisa-ação, de acordo com Michel Thiollent (2022), caracteriza-se principalmente pelo envolvimento da própria pesquisadora como agente implicada no problema, cooperando e participando da resolução do problema investigado. Zina O'Leary (2019, p.245) corrobora com a ideia de Michel Thiollent ao afirmar que "a pesquisa-ação tem por base problemas reais e situações da vida real". Ela busca compreender esses problemas e pensa em estratégias e soluções dentro do contexto em que o problema está inserido.

A participação da pesquisadora na comissão de organização da Semana da Mulher na UNICAP corroborou para a identificação do problema e sugestão da elaboração de um repositório institucional temático. Esse repositório visa salvaguardar as histórias da Semana da Mulher na UNICAP, além de possibilitar a recuperação das informações, por meio do acesso aberto.

Para construção desse repositório foram estabelecidas quatro etapas, a saber:

- levantamento de dados sobre a Semana da Mulher, no período de 2003 a 2023;
- escolha do repositório e estabelecimento de diretrizes para autores;
- critérios de seleção, catalogação por tipos de materiais, seções e temáticas; e
- testagem e disponibilização no portal institucional.

8.1 Levantamento de dados

Na primeira etapa da pesquisa, realizamos um levantamento de dados sobre a Semana da Mulher, no período de 2003 a 2023. Foram localizadas as seguintes documentações, conforme quadro a seguir:

Quadro 3 - Mapeamento de documentações da SMU por localização e forma de acesso

LOCAIS	FORMA DE ACESSO	DOCUMENTOS	PERÍODOS	QUANTIDADE
Assessoria de Comunicação	Site institucional	Boletim UNICAP	2006 a 2010 2011 a 2015 2016 a 2020	37 45 30
		Notícias UNICAP (Postagens)	2019 a 2023	35
	Site home page institucional - canal da Universidade no Youtube) @UNICAPvideo	Vídeos	2011 a 2023	73
Reitoria	Site institucional e Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Planos de Desenvolvimento Institucional	2004 a 2009 2023 a 2027	1 1
Instituto Humanitas	Site Institucional do IHU UNICAP	Programação da Semana da Mulher (Postagens)	2020 a 2022	5
		Edições Humanitas (E-books)	2017 e 2023	2
Biblioteca (Coleção Memória UNICAP)	Catálogo online (sistema Pergamum)	Fotos Vídeos	2004 a 2006 2007 a 2014	8 8
Arquivo pessoal Irmã Rozário	Autorização de consulta	Fotos	2004 e 2005 2006 2007 2008 2009 2012 2013	222 101 177 166 4 10 61

Fonte: a autora

Após pesquisa nos arquivos da Universidade, foi identificado que o maior volume informacional sobre a Semana da Mulher estava concentrado na Assessoria de Comunicação, por meio das reportagens publicadas no Boletim UNICAP e dos vídeos disponibilizados no canal da Universidade no Youtube. Para acessar essas reportagens, foi realizada uma pesquisa diretamente no portal institucional. Entretanto, devido à ausência de uma opção de pesquisa dentro do próprio portal, definiu-se para fins de compreensão do percurso do usuário, continuar com as pesquisas no buscador GOOGLE. Utilizou-se os seguintes termos de busca: "semana + mulher + UNICAP", e foram encontradas reportagens fragmentadas em quatro endereços:

1. <https://www.UNICAP.br>>assecom>boletim
(boletins arquivados de junho de 2005 a agosto de 2006);
2. <https://www1.UNICAP.br/assecom2/boletim/>
(boletins arquivados de janeiro de 2006 a março de 2010);
3. <https://www1.UNICAP.br/assecom1>
(boletins arquivados de março de 2010 a 2020);
4. <https://portal.UNICAP.br>>noticias.

Somam-se 112 reportagens realizadas no período de 2006 a 2020, distribuídas da seguinte forma:

Quadro 4 - Reportagens sobre a SMU, no Boletim Unicap (2006 a 2020)

ANO	Nº reportagens	ANO	Nº reportagens	ANO	Nº reportagens
2006	3	2011	7	2016	6
2007	17	2012	12	2017	11
2008	1	2013	9	2018	5
2009	6	2014	6	2019	6
2010	10	2015	11	2020	2

Fonte: a autora

A página “Notícias UNICAP” foi localizada também nas pesquisas pelo GOOGLE. Neste ambiente, que está abrigado no portal institucional vigente, foram recuperados 35 resultados. Desses resultados, 18 são artigos de conteúdo web, 13 são documentos, 3 são páginas e 1 é evento do calendário. Ao analisar ambiente “artigos de conteúdo web”, observou-se que os artigos publicados estavam associados a TAG's²³ que identificavam o setor responsável pelo conteúdo, em vez de estarem relacionados ao assunto tratado nas postagens, conforme as evidências a seguir:

²³ Tag's são etiquetas que não aparecem na tela do computador, as que servem para orientar os programas dos mecanismos de busca a encontrarem as informações.

Quadro 5 - Levantamento das TAG's sobre a SMU, na homepage da UNICAP

#Humanitas 5 ocorrências	#Fique sabendo 2 ocorrências	#18SMU 1 ocorrência	#Biblioteca 2 ocorrências	#Roda de diálogo 1 ocorrência
#galeriafotografica 1 ocorrência	#Eventos 4 ocorrências	#Mulher 1 ocorrência	#Exposição 1 ocorrência	#NoticiasUNICAP 10 ocorrências
#SemanadamulhernaUNICAP 1 ocorrência	#Eixostemáticos 1 ocorrência	#EAD 1 ocorrência	Das 31 menções, apenas 3 são direcionadas à Semana da Mulher: #18SMU #mulher #SemanadamulhernaUNICAP	

Fonte: Portal da UNICAP

Diante do exposto, além da fragmentação das informações sobre a Semana da Mulher, que foram apresentadas em 4 links distintos dentro da mesma instituição, e da falta de um campo geral de busca na página principal do portal, percebemos o baixo índice de encontrabilidade²⁴ das temáticas representadas pelas TAG's, o que dificulta o acesso aos conteúdos.

Na Reitoria, por meio de consulta à Comissão Própria de Avaliação (CPA), foi disponibilizado o acesso aos arquivos em PDF dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) referentes aos períodos de 2004 a 2009, 2006 a 2010, 2011 a 2016, 2017 a 2022 e 2023 a 2027. Utilizamos os seguintes termos de busca: "semana da mulher", "mulher", "núcleo mulher", "núcleo de estudo" e "projeto extensão". Nestes documentos, apenas os PDI's referentes aos períodos de 2004 a 2009 e de 2023 a 2027 fizeram menção à Semana da Mulher. O plano de 2004 a 2009 menciona o Núcleo UNICAP de Estudos da Mulher na descrição das atividades de pesquisa realizadas pelo Departamento de História. No plano mais atual, a Semana da Mulher é mencionada como iniciativa relacionada ao Instituto Humanitas e ao projeto pedagógico do Museu de Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP. Nas demais edições dos planos institucionais não foram identificadas informações sobre a Semana da Mulher.

Na Biblioteca, foram realizados dois tipos de pesquisa, no site (www.portal.UNICAP.br/biblioteca). A primeira utilizou o recurso de busca geral com o termo "semana mulher UNICAP" e a segunda, a modalidade de busca por atos normativos. Nesse primeiro tipo, o objetivo foi localizar todas as produções referentes à SMU catalogadas na Biblioteca. Com isto, foram recuperados 22 resultados, dos quais 14 foram

²⁴ A encontrabilidade está diretamente relacionada à facilidade que os usuários têm de encontrar o que procuram dentro do seu site.

considerados específicos da Semana da Mulher, e, entre esses, apenas 9 abrangem o período de análise (de 2003 a 2010). Esses resultados incluíram materiais provenientes do acervo da Coleção Memória UNICAP. Quanto ao segundo tipo de busca, o da pesquisa em “atos normativos”, foram localizados dois documentos de interesse: uma resolução e uma portaria. Esses materiais foram disponibilizados no acervo da Biblioteca devido ao projeto de digitalização de documentos oficiais institucionais. Para o acesso, foi necessário solicitar permissão à Biblioteca, que configurou minhas permissões de usuário. Nos documentos oficiais, a busca foi realizada na opção “livre” com uso dos descritores: “semana mulher UNICAP”, “núcleo estudo mulher” e “mulher”.

Além dos documentos fragmentados nos diversos sites institucionais, esta pesquisa incluiu os materiais salvos no arquivo pessoal de uma das fundadoras da Semana da Mulher, a Irmã Maria do Rosário Cláudio. Nesse arquivo particular, foram identificados 741 itens, entre fotos, textos, relatórios e cartazes, superando o quantitativo de materiais disponibilizados pela Universidade.

Quadro 6 - Mapeamento de documentações da SMU por tipo de documento

TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
Documentos oficiais (Planos Institucionais)	2
Fotos e arquivos digitais Arquivo particular Irmã Rosário	741
Livros	2
Postagens	40
Reportagens	112
Vídeos	73
TOTAL	970

Fonte: a autora.

Após o mapeamento de todos os materiais, observamos que no período de 2004 a 2008, as memórias da Semana da Mulher foram guardadas em meio fotográfico. A partir de 2011, constatamos a redução dos registros fotográficos, que foram gradualmente

substituídos pela realização de *lives*²⁵ e pelo uso das redes sociais. Esses recursos foram incorporados aos eventos institucionais especialmente após a pandemia.

8.2 Escolha do repositório e criação de diretrizes

Após a identificação do material informacional disponível em meio digital sobre a Semana da Mulher, a escolha do repositório, ou seja, do local para depósito e consulta destas fontes, foi uma etapa crucial e com muitos percalços a serem superados. Um dos principais entraves foi o fato de a UNICAP não possuir um repositório institucional, o que nos levou a procurar sistemas gratuitos que funcionassem como repositórios. Porém, enfrentamos a limitação de não ter um servidor adequado para salvaguardar os arquivos. Outra alternativa considerada foi utilizar o sistema da Biblioteca, o Pergamum, para inclusão dos dados e proteção das fontes. No entanto, o sistema de gerenciamento de Biblioteca não permite a submissão de trabalhos pelo autor, posto que sua alimentação está vinculada a um sistema de controle de acesso, aquisição e tombamento de materiais exclusivo às necessidades da Biblioteca. Com isso, decidimos criar um "canto" para abrigar essas memórias. Esse lugar foi o Portal de Periódicos da UNICAP.

O Portal de Periódicos Científicos da UNICAP é o meio de divulgação da produção científica publicada nos periódicos da Instituição. Sua missão é oferecer à comunidade científica dados atualizados sobre os periódicos associados à UNICAP e reunir informações que auxiliem as comissões editoriais a qualificar a produção editorial das revistas. No entanto, a questão seguinte foi: como disponibilizar dados que não são "revistas" em um portal específico para esse tipo de publicação? A solução foi alinhar os objetivos do repositório da Semana da Mulher aos objetivos do Portal de Periódicos.

Após a leitura dos requisitos mínimos para aceitação de periódicos no Portal, constatamos que a nossa proposta de repositório se adequava a todos os critérios estabelecidos. Foram estes:

1. Formato de periodicidade

A Semana da Mulher produz conteúdos de periodicidade anual.

2. Formato de publicação (XML, HTML, PDF, E-PUB...)

Os materiais existentes estão contemplados nos formatos disponibilizados pelo Portal.

3. Políticas de seção/categoria dos manuscritos

²⁵ As *lives* são transmissões ao vivo de áudio e vídeo, pela internet, geralmente transmitida pelas redes sociais..

As seções foram parametrizadas de acordo com a tipologia dos materiais.

4. Possível Corpo Editorial (Editor-chefe(s), Comitê editorial, Comitê Científico, corpo técnico, colaboradores, estagiários...), todos com Nome completo, vinculação institucional, e-mail e link do Orcid
Mariano Vicente, editor científico do Portal de Periódicos da UNICAP e a bibliotecária Ana Beatriz Nascimento, autora deste produto e, que responde pela catalogação dos materiais. Ambos possuem vinculação institucional, e-mail e Orcid.
5. Entidade editora da revista (Instituição/setor)
O repositório tem vinculação com o Instituto Humanitas UNICAP
6. Contato Editor-chefe/gerente (endereço físico/digital)
O mesmo endereço da Universidade
7. Sistema de arbitragem/ Processo de avaliação
Comissão Organizadora da Semana da Mulher
8. Política de acesso e reutilização
A mesma utilizada para as publicações da Universidade
9. Preservação digital/Arquivamento
No servidor disponibilizado para o Portal de Periódicos
10. Indexação (como deverá ser o processo)
Metadados padrão do sistema OJS
11. Estatísticas da revista (descrever o que levar em conta em vista de um desenvolvimento)
A mesma utilizada para as publicações da Universidade
12. Diretrizes/instruções para autores (conteúdo original; referências bibliográficas adotando um padrão internacional; requisito de originalidade...)
A mesma utilizada para as publicações da Universidade
13. Declaração de direito autoral e formato de distribuição
A mesma utilizada para as publicações da Universidade

Diretrizes para Autores

As autoras e autores estão convidados a fazer uma submissão ao Repositório, abordando temas relacionados a feminismos, mulheres e gênero. A produção deve estar vinculada às publicações da Semana da Mulher na Unicap, apresentadas ou produzidas durante a realização do evento. Serão aceitas para submissão os seguintes tipos de materiais: artigos, notícias, apresentações em vídeo, fotografias, cartazes, textos disponibilizados no site do IHU/UNICAP.

Todas as submissões serão avaliadas por um editor, que determinará se o material

atende aos objetivos e escopo deste Repositório. Os materiais considerados adequados serão enviados para avaliação e, se selecionados, publicados. Antes de fazer uma submissão, as autoras e autores são responsáveis por obter permissão para publicar qualquer material incluído na submissão, como fotos, documentos e conjuntos de dados. Todos os autores identificados na submissão devem consentir em ser identificados como autores.

A comissão editorial pode rejeitar uma submissão se ela não atender aos padrões mínimos de qualidade. O título deve ser conciso e o resumo deve ser autossuficiente. Isso aumentará a probabilidade de aceitação pelos avaliadores..

Os autores devem seguir as orientações descritas no repositório na seção de Diretrizes para autores. O material submetido não pode ter sido publicado anteriormente nem estar em processo de submissão em outro repositório.

Todas as referências devem ser verificadas quanto à exatidão e integridade.

Os autores devem consentir a publicação integral do material disponibilizado. Quanto à política de privacidade, os dados pessoais serão preservados exclusivamente para os serviços prestados pelo repositório, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

8.3 Seleção e catalogação de materiais

Essa etapa corresponde ao trabalho de seleção e catalogação dos documentos já existentes, levantados na primeira fase. Foram identificados 970 documentos, incluindo fotos, cartazes, reportagens, vídeos, postagens e e-books, cuja cobertura temporal abrange os anos de 2004 a 2023. Na primeira edição da Semana da Mulher, não foram produzidas peças de divulgação, portanto a seleção de documentos teve início a partir de 2004.

Critérios de seleção:

- todos os cartazes e vídeos produzidos sobre a Semana da Mulher devem ser disponibilizados na íntegra nos canais oficiais da UNICAP;
- as reportagens e fotografias duplicadas serão excluídas e as demais serão catalogadas, observando-se os seguintes parâmetros:
 - após exclusão das duplicatas, todas as fotos referentes ao período de 2004 e 2008 serão catalogadas prioritariamente;

- as fotos da Semana da Mulher já catalogadas pela Biblioteca Central devem ser reutilizadas, caso se trate do mesmo item;
- somente as fotos que puderem ser identificadas quanto à atividade, temática e pessoas envolvidas seguirão para a próxima etapa.

Após definido os critérios de seleção, passaremos a uma das mais importantes etapas do processo: a catalogação dos materiais. A prática da catalogação compreende a descrição bibliográfica da obra, a escolha dos pontos de acesso e dados necessários para a localização do documento. Esses processos são realizados com base em regras, tabelas, instrumentos internacionalmente conhecidos, que possibilitam a padronização em qualquer biblioteca. Nos sistemas digitais, esse processo é realizado por meio dos metadados, que são elementos essenciais para representação e recuperação da informação, além de descreverem características dos recursos informacionais, como identificação, gestão, descoberta, recuperação, interoperabilidade, descrição, entre outros.

Para inclusão de documentos no repositório, optou-se por algumas soluções que visam a descrição dos materiais para pesquisa, recuperação e identificação. Os metadados descritivos são baseados no padrão Dublin Core, um padrão internacional utilizado pelo software gerenciador do repositório, o Open Journal System (OJS). Para fins deste repositório, é obrigatória a inclusão de todos os dados obrigatórios para a SUBMISSÃO RÁPIDA, que incluem: idioma, seção (definida aqui a categoria do material a ser disponibilizado), título, subtítulo (se houver), resumo, tipo (natureza do material -texto, imagem ou vídeo), áreas do conhecimento, palavras-chave, referências, co-autores e a composição final, que é o arquivo do documento.

Para definição das palavras-chave, utilizamos os termos recomendados na publicação "Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres", das pesquisadoras Cristina Bruschini, Daniell Ardaillon e Sandra G. Unbehaum. Embora publicado em 1998, a obra apresenta lista temática e delimitadores geográficos e históricos que auxiliam na construção de um banco de dados de natureza feminista.

Imagem 30 - Página de submissão rápida no sistema OJS (metadados)

Submissão rápida

Esse plugin lhe permite inserir rapidamente submissões completas para o estágio de produção ou diretamente em uma edição.

Capa

Idioma da Submissão
 Português
*Submissões em múltiplos idiomas são aceitas. Escolha o idioma principal da submissão nas opções acima. **

Seção

*Os artigos devem ser submetidos a uma das seções do periódico. **

Prefixo **Título ***
Exemplos: Uma(s), A(s), Um, Uns, O(s)

Subtítulo

Resumo *

Resumo *

Fonte: Portal de Periódicos da UNICAP

Outra questão importante é a biografia da autora. As informações devem ser buscadas no Currículo Lattes, no caso das pesquisadoras cadastradas, ou em sites confiáveis para aquelas que não possuem cadastro em bancos de dados acadêmicos ou que não possuem inscrição em plataformas de identificação acadêmicas.

Imagem 31 - Conteúdo em vídeo catalogado no Repmulher.

Q. Buscar

[Início](#) / [Arquivos](#) / [n. 13 \(2015\): Semana da Mulher na Unicap](#) / Vídeos

Esta é uma prévia e não foi publicada. [Ver submissão](#)

Diga não ao Preconceito - Eleonora Pereira

Eleonora Pereira
 Movimento Mães pela Igualdade
 Autor

Palavras-chave: Unicap vídeo, Campanha Semana da Mulher, 13ª Semana da Mulher, Preconceito, Esterótipos, Homoafetividade, Homossexualidade, Homofobia, 2015, Unicap, Movimento Mães pela Igualdade, Gays, Violência

Resumo
 Vídeo publicado no canal oficial da Universidade Católica de Pernambuco @unicapvideo, em 6/03/2015.
 Campanha "Diga não ao Preconceito" durante a 13ª Semana da Mulher na Unicap.

Edição: [n. 13 \(2015\): Semana da Mulher na Unicap](#)
 Seção: Vídeos

Eleonora Pereira, Movimento Mães pela Igualdade
 Pernambucana e militante na luta pelo enfrentamento de preconceitos e discriminações homossexuais. A experiência dolorosa de perder o filho José Ricardo, em 2010, por crime de homofobia aproximou Eleonora Silva do Movimento Mães Pela Igualdade: movimento nacional e sociopolítico que reúne mães e pais em favor do respeito à diversidade, igualdade e fraternidade e pelo fim da violência contra pessoas lgbts.

Biblioteca Central

Fonte: Portal de Periódicos da UNICAP

8.4 Testagem e disponibilização de conteúdos

Essa etapa contemplou os pré-testes com pesquisa e recuperação das informações e o plano de divulgação desse serviço no Portal Institucional. Durante o processo de qualificação do mestrado foi disponibilizada para a apresentação a base de teste, que ficou em uso por 40 dias. Os testes de conteúdo e acesso foram realizados em vários dispositivos, principalmente em *smartphones*. Para disponibilização dos materiais coletados até então, foi realizado um plano de catalogação e entrada no sistema, que se estende de junho de 2024 até fevereiro de 2025

O objetivo é que, no mês de março de 2025, durante a 23ª edição da Semana da Mulher, todo conteúdo localizado nos setores da Universidade e no arquivo particular de Irmã Rozário esteja aberto para consulta no repositório.

Quadro 7 - Cronograma de disponibilização de materiais no Repmulher

TIPO DE DOCUMENTO	TOTAL	JUNHO 2024	SETEMBRO 2024	FEVEREIRO 2025
Documentos oficiais (Planos Institucionais)	2	Conclusão entrada no sistema		
Fotos e arquivos digitais Arquivo particular Irmã Rozário	741	Seleção de duplicadas e catalogação fotos 2004 a 2006	Catalogação fotos 2006 a 2008	Catalogação fotos 2009 a 2013
Livros	2	Conclusão entrada no sistema		
Postagens	40			
Reportagens	112	32 entradas	40 entradas	40 entradas
Vídeos	73	33 entradas	20 entradas	20 entradas
TOTAL	970			

Fonte: a autora.

Após a fase de testagem, identificamos a necessidade da criação da logomarca e de um QRcode para facilitar a divulgação nas redes sociais e demais dispositivos pela internet. Foram elaborados *banners* para divulgação nos sites do Instituto Humanitas, Biblioteca e do Programa de Pós-graduação em História.

9 REPMULHER - REPOSITÓRIO DA SEMANA DA MULHER NA UNICAP

A ideia do repositório da Semana da Mulher na UNICAP, o Repmulher, surgiu da necessidade de reunir informações sobre a Semana da Mulher na UNICAP em ocasião da celebração de 20 anos, dentro da própria instituição. Mesmo com o suporte e acesso a informações privilegiadas, não foi possível obter a integralidade das informações sobre o evento devido às diversas alterações de endereços e acessos a essas fontes no próprio portal da Instituição. Além disso, há entraves e dificuldades na recuperação da memória de uma iniciativa fomentada por mulheres vinculadas à UNICAP, enquanto vivemos um momento de efervescência feminista, proveniente das conquistas do movimento e pela divulgação e diálogo realizados por meio das páginas, blogs e redes sociais, ou seja, por meio da internet.

Neste contexto, o papel da internet como ferramenta para o desenvolvimento de projetos relacionados à memória, principalmente a história das mulheres, torna-se fundamental. Embora reunir informações sobre a Semana da Mulher após 20 anos de sua criação não possa reconstruir as experiências no formato original dos acontecimentos, formará uma memória coletiva feminina acessível através do compartilhamento de experiências e produções publicadas. Nesse sentido, consideramos o repositório o produto que se adequa às necessidades identificadas no decorrer desta pesquisa.

O Repmulher é um repositório feminista, um portal de acesso à produção técnica, científica e jornalística produzida na UNICAP sobre a Semana da Mulher. Inclui informações sobre as mulheres que organizaram o evento, as colaboradoras, as produções científicas, ações culturais, campanhas e temáticas que foram debatidas em cada edição.

O objetivo do Repmulher é armazenar, preservar, difundir, oferecer acesso à produção técnica, científica, cultural e jornalística produzida durante as edições da Semana da Mulher na UNICAP, garantindo a salvaguarda da história deste movimento.

A estrutura informacional de um repositório tradicional segue o modelo hierárquico, composto pelos módulos "Comunidades", "Coleções" e "Itens". Essa estrutura não apenas permite a organização do acervo, mas também facilita a recuperação dos objetos digitais depositados. No entanto, a UNICAP não possui um repositório institucional, o que nos direcionou para análise de outra possibilidade: o Portal de Periódicos.

O Portal de Periódicos da UNICAP é gerenciado pelo software aberto Open Journal System (OJS), que oferece funcionalidades como facilidade e gerenciamento local ou em

nuvens; configuração de requisitos, seções, processo e revisão, submissão por autores, recebimento de notificações por e-mail e indexação do conteúdo em outras bases de dados.

O OJS é um software aberto para gerenciamento e publicações de materiais científicos, disseminado no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A UNICAP utiliza a versão 3.4, a vigente.

Durante o período de teste, fizemos as primeiras inclusões de conteúdos incomuns a essa plataforma, como os vídeos e imagens e funcionou conforme esperado. Pensando na salvaguarda dos conteúdos, a familiaridade no meio acadêmico e a simplicidade de aplicação, decidimos ajustar o Repmulher definitivamente no Portal de Periódicos.

9.1 Aplicação, público-alvo e circulação do produto

O RepMulher será disponibilizado na homepage do Instituto Humanitas, na homepage da Biblioteca e no site do Programa de Pós-graduação em História Para divulgação nas redes sociais, será criado um QRcode associado à logomarca do repositório.

O repositório pode ser acessado por qualquer pessoa, no entanto, o público-alvo são mulheres e outras pessoas que se identificam como tal e que desejam conhecer ou pesquisar sobre a Semana da Mulher na UNICAP.

Quanto às funcionalidades, o Repmulher pode ser utilizado como:

- a) banco de dados de ações feministas desenvolvidas na UNICAP;
- b) fonte de futuras pesquisas sobre feminismos, história das mulheres, mulheres na Universidade, entre outros temas;
- c) padrão de organização e disponibilização de documentos digitais; e
- d) modelo sustentável de aplicação do OJS.

9.2 Logomarca

Para fins de divulgação e implantação de *banners* sobre o Repmulher no Portal da Universidade, foi preciso criar uma logomarca que representasse tanto a história das mulheres na Universidade quanto os conceitos de acesso aberto, pesquisa, circularidade e salvaguarda, características dos serviços de armazenamento em nuvem.

O processo começou com a capa utilizada na apresentação da qualificação, pois a paleta de cores pensada para essa pesquisa possui um significado específico. Trabalhando com

o conceito de memória e a intenção é dar visibilidade à produção existente sobre a Semana da Mulher na UNICAP, decidimos usar cores que destacam o nosso propósito, contrapondo os conceitos de apagamento e invisibilidade. A cor representativa para o conceito de feminismos foi a ROXA, que representa espiritualidade, fé, crença. Para representar o nosso lugar de produção e de origem, a partir da referência geográfica (Recife, Pernambuco, Nordeste), escolhemos a paleta solar representada pelas cores LARANJA E AMARELA. Essa paleta representa o sol, o calor, a fervura dos movimentos sociais na cidade. Como símbolos representativos da marca, selecionamos a medusa, a sinuosidade da mulher (analogia ao Rio Capibaribe - às mulheres das margens), a circularidade informacional do repositório. Essas ideias foram entregues à design Lilian Oliveira, da UNICAP para criação da marca a seguir:

Imagem 32 - Processo de criação da marca do Repmulher



Imagem 32 - Continuação do Processo de criação da marca do Repmulher



Fonte: Lilian Oliveira

10 CARTA ÀS LEITORAS

NOW TRENDING: CATÓLICA ABRE INSCRIÇÃO... | LIVE NESTA SEXTA (20) MAR... | ESTUDANTES DO PROGRAMA

Boletim Unicap
Assessoria de Comunicação da Católica

ANTROPÓLOGA FRANCESA FAZ PALESTRA DE ENCERRAMENTO DA 13ª SEMANA DA MULHER

João Lucas Gama | 20 de março de 2015 | Últimas | Nenhum comentário

Chegou ao fim, na noite desta quinta-feira (19), a 13ª Semana da Mulher da Unicap, promovida pelo Instituto Humanitas. O encerramento foi marcado pela palestra da antropóloga francesa Véronique Durand – pesquisadora visitante do Departamento de Ciências Sociais da UFPE –, que abordou as violências invisíveis contra a mulher no mundo. O assessor de Relações Internacionais da Unicap, Prof. Dr. Thales Castro, atuou como debatedor. O evento, que teve início às 19h, lotou o auditório G1.



Véronique iniciou suas palavras conceituando os diferentes tipos de violência (violência de estado, política, simbólica, econômica e bullying). Em seguida definiu a violência entre pessoas como sendo "comportamentos de dominação ou escravismo usando a força física, verbal ou psicológica". Ao abordar, especificamente, a violência contra a mulher, citou o conceito da Assembleia Geral das Nações Unidas, que a define como "qualquer ato de violência dirigido contra o sexo feminino e causando ou podendo causar às mulheres um prejuízo ou sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, incluindo a ameaça de tais atos, o constrangimento ou privações arbitrárias de liberdade".

Como vocês já perceberam, esta pesquisa é de caráter feminista, e não seria diferente neste momento final. Meu nome é Ana Beatriz, sou neta de Beatriz Barbosa, filha de Maria do Amparo e Ezequias Luiz. Sou Bibliotecária de formação e, mais recentemente, mestranda vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco. Vencendo o cansaço, as limitações acadêmicas e a perda de minha mãe às vésperas da defesa de mestrado, venho tomar fôlego para discorrer sobre a experiência de fazer essa pesquisa e, a partir deste posfácio, deixar uma

contribuição. Como ilustração para essa carta, trago uma reportagem sobre a palestra de encerramento da 13ª Semana da Mulher em 2015, proferida pela antropóloga francesa Veronique Durand sobre as violências invisíveis contra a mulher. Foi a primeira vez que ouvi falar sobre violência geracional. Eu estava lá! O evento ocorreu no dia 20 de março, uma sexta-feira à noite, no auditório G1. Tudo transcorreu bem, no entanto quando lemos a reportagem sobre o evento, percebemos que a fotografia de Veronique estava impressa de cabeça para baixo. Será que haveria alguma invalidação das fontes utilizadas na pesquisa? Seria a pesquisa descredibilizada? Outras questões também me afligiam, as demais reportagens sobre a Semana da Mulher que estavam no Portal da Universidade, especificamente as mais antigas, foram retiradas do ar devido à instalação de um novo

portal. Apenas as informações de 2019 em diante estavam acessíveis. Essa foi a primeira dificuldade: localizar esses documentos que se encontravam dispersos e fragmentados. Foram inúmeras as consultas à Divisão de Tecnologia e Informação da Universidade e à Irmã Rozário, que gentilmente forneceu sua biblioteca particular sobre a Semana da Mulher.

Após a fase de mapeamento da documentação, veio a elaboração do produto. Estava convencida de que um site seria a alternativa ideal, no entanto surgiram algumas questões: quem iria criar o site? Qual o custo? Qual o prazo? E como seria a manutenção? Poderia vinculá-lo ao Portal Institucional? E o design? E a logomarca? Foram tantas as dúvidas e terceirização de processos, percebi que, apesar de poder executar algumas dessas tarefas, a principal função do site, que seria a pesquisa, exigiria uma programação específica com acessos e parâmetros restritos. Por esses motivos, a ideia do site foi abandonada.

Em virtude da natureza dos materiais (todos digitais) e da necessidade de pesquisa, imaginei a inserção desses documentos em um repositório institucional. No entanto, a Universidade não possuía esse recurso. Mas como diria o poeta Solano Trindade, "Nem tudo está perdido irmãos, nem tudo está perdido amadas", e o repositório foi criado dentro do Portal de Periódicos da Universidade, utilizando experimentalmente as funcionalidades do sistema OJS para materiais digitais em formato de imagem e vídeo. Conseguimos! O Repmulher nasceu!

O Repmulher, repositório da Semana da Mulher na Unicap, é o produto resultante desta pesquisa histórica, biblioteconômica e sentimental. Foi criado para dar acesso e proteger o acervo que constitui as memórias da Semana da Mulher na UNICAP. Os visitantes terão acesso a cartazes, reportagens, fotografias, livros publicados e vídeos realizados durante a SMU. Para a Universidade, deixamos um modelo sustentável de construção de repositório, sendo o primeiro repositório temático elaborado na instituição a partir de um portal de periódicos. Como não bastasse ser um repositório feminista, também inovamos na forma de uso desse serviço.

Sim, há limitações. Sim, há muito a ajustar. Mas o importante é que o modelo está pronto! Cheguei ao final da pesquisa e do mestrado com o coração acelerado e quase sem fôlego, mas com o sentimento de ter cumprido os objetivos desta pesquisa. Essa pesquisa, que expõe as memórias da Semana da Mulher, também descerra alguns véus sobre as Mulheres da Universidade Católica de Pernambuco, mostrando uma ação protagonizada

por elas na instituição. Elas sempre estiveram lá! E fomos lá provar isto. Nós fomos atrás desse estranhamento e a Semana da Mulher é um exemplo disto.

E depois? Basta a presença das mulheres na academia para que as situações mudem? Para que o reconhecimento ocorra? Para que as disparidades se encerrem? Para que a sociedade vença o machismo, o racismo, a homofobia e todos os tipos de opressão advindos do patriarcado colonial? De certo que não! Porém, acreditando na importância da educação, no acesso à informação e na construção de vários feminismos com pluralidade de conteúdos, demandas, contextos e interações, é que seguimos existindo, resistindo, escrevendo novas narrativas e fazendo, aqui e agora, a nossa própria história.

O Repmulher será apresentado e batizado oficialmente na 23ª edição da Semana da Mulher na Unicap, em março de 2025.

Até lá!

Gratidão pela oportunidade!

Ana Beatriz Nascimento.

Recife, 10º dia do mês de junho do ano de 2024.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Karla Galvão; ARAÚJO, Raissa Barbosa; SANTOS, Laerte de Paula Borges; BARROS, Marisa Dantas do Rego; NASCIMENTO, Arielson Marcello Alves do. **A política para as mulheres em Recife (2001-2016)**: memórias e olhares. Recife: Editora UFPE, 2019. (Série Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos, n.9).

AGUIAR, Bruna Soares de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. O antifeminismo como *backlash* nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda Política**, São Carlos, v.7, n.3, p. 8-35, 2019. Disponível em: <https://l1nq.com/HBHw>. Acesso em: 15 set. 2023.

ALVES, Glaucio. Começa a VI Semana da Mulher. **Boletim UNICAP**, Recife, 3 mar. 2008.

BARBOSA, Andréia Arruda. **A memória institucional como possibilidade de comunicação organizacional** : o caso do exército brasileiro. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BOURBON, Rodolfo. Católica realiza V Semana da Mulher. **Boletim UNICAP**, Recife, 5 mar. 2007. Disponível em: <https://encr.pw/JOfwj>. Acesso em: 26 set. 2023.

BRASIL. Presidência. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <https://l1nq.com/RwHWX>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Presidência. **Lei 12.881, de 12 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Disponível em: encurtador.com.br/eDRV3. Acesso em: 30 nov. 2022.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras 'Manoel da Nóbrega' à Universidade Católica de Pernambuco**: uma trajetória direcionada pela igreja romanizada (1943-1956). 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 1993. Disponível em: <https://encr.pw/jwRd9>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CAMPOS, Mariana de Lima. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. **Revista Sociais e Humanas - Dossiê Temático - Gênero e Políticas Públicas**, Santa Maria, RS, v. 30, n. 2, 2017. Disponível em: <https://acesse.dev/kfT6U>. Acesso em: 14 out. 2023.

CUNHA, Leonam Lucas Nogueira. A antipolítica de gênero no governo Bolsonaro e suas dinâmicas de violência. **Revista de Estudos Brasileños**, Salamanca, v.7, n.14, p.49-61, 1º Semestre de 2020. Disponível em: <https://l1nq.com/5rtVG>. Acesso em: 15 out. 2023.

EDUARDO Campos. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Campos#cite_note-10. Acesso em: 30 jun. 2024.

FEMINISMO. *In*: HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro : Objetiva : Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2009.

FRANÇA, Daniel. UNICAP concede título de doutora Honoris Causa à professora Mirian de Sá Pereira nesta sexta (23). **Boletim UNICAP**, Recife, 16 jan. 2014. Disponível em: <https://l1nq.com/ZdEmL/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

FRANÇA, Daniel. Valdice Dantas: testemunha ocular da História da UNICAP nos últimos 50 anos. **Boletim UNICAP**, Recife, 16 jan. 2014. Disponível em: <https://acesse.dev/1Cz7F>. Acesso em: 23 abr. 2023.

FRAZÃO, Diva. Raquel Lyra: política brasileira. **eBiografia**, 31 out. 2022. Disponível em: https://www.ebiografia.com/raquel_lyra/. Acesso em: 30 jun. 2024.

FUNCK, Susana Bornéo .“O que é uma mulher?” **Cerrados**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Brasília, DF, v. 20, n. 31, p. 63-74, 2011. Disponível em: <https://encr.pw/l1PpU>. Acesso em: 31 maio 2023.

GERALDO Júlio. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Geraldo_J%C3%BAlio. Acesso em: 30 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 10. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

JARBAS Vasconcelos comenta ações de sua gestão no governo de Pernambuco. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/03/10/jarbas-vasconcelos-comenta-acoes-de-sua-gestao-no-governo-de-pernambuco>. Acesso em: 30 jun. 2024.

JOÃO da Costa Bezerra Filho. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_da_Costa_Bezerra_Filho. Acesso em: 30 jun. 2024.

JOÃO Henrique Campos. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Henrique_Campos. Acesso em: 30 jun. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LÓSSIO, Rubens Gondim. **Universidade Católica de Pernambuco**: em resposta ao desafio do Nordeste. Recife: UNICAP, 1974.

MANUS, Ruth. E se eu te contar que você é feminista. **Estadão**, São Paulo, 28 out. 2015. Disponível em: <https://encr.pw/DyV4Q>. Acesso em: 15 dez. 2023.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do; LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da (org.). **As mulheres na cidade do Recife**: feminismo, cultura e transgressão (1870-1935). Recife : EDUFRPE, 2015. Disponível em: <https://acesse.dev/djrG1>. Acesso em: 13 mar. 2024.

O'LEARY, Zina. **Como fazer seu projeto de pesquisa**: guia prático. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

PAULO Câmara. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_C%C3%A2mara#Governo_de_Pernambuco. Acesso em: 30 jun. 2024.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de "Segunda Onda": corpo, prazer e trabalho. *In*: PINSK, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça**: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>. Acesso em: 12 maio 2022.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres. *In*: PINSKY, Jaime (org.). **O Brasil no contexto**: 1987-2017. São Paulo: Contexto, 2017.

QUEIROZ, Nana; BERTHO, Helena (org.). **Você já é feminista!** 2.ed.rev.ampli. São Paulo: Polên, 2020. p. 15.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A memória e o mundo contemporâneo. *In*: RIBEIRO, Ana P. G.; FREIRE FILHO, João. Herschmann, Micael (org.). **Entretenimento, felicidade e memória**: forças moventes do contemporâneo. Rio de Janeiro: Anadarco, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Carla. Breve história crítica dos feminismos no Brasil. **Revista Serrote**, São Paulo, n. 30, 2019. Disponível em: <https://acesse.dev/u34Dl>. Acesso: 23 jun. 2023.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro latino americano** - Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SOUZA, Alba Rejane Valério de; BELIAN, Lucia Freire. Uma biblioteca superlativa. *In*: SOUZA, Alba Rejane Valério de; NASCIMENTO, Ana Beatriz de Araújo Silva; BELIAN, Lucia Freire (org.). **Catálogo das coleções fotográficas da Universidade Católica de Pernambuco: 80 anos de história e memórias**. Recife: FASA, 2023.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum para todas, todes e todos**. 15.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2022. *E-book*.

TRAVASSOS, Eduardo. Mesa-redonda discute a mulher e a literatura. **Boletim UNICAP**, Recife, 7 mar. 2006. Disponível em: <https://encr.pw/10fwj>. Acesso em: 26 set. 2023.

UNICAP. Chancelaria. **Ato nº 002/1998, de 10 de janeiro de 2018**. Nomeia Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação. Recife: UNICAP, 2018a.

UNICAP. Chancelaria. **Ato nº 004/1998, de 12 de janeiro de 1998**. Nomeia Pró-reitora Comunitária. Recife: UNICAP, 1998.

UNICAP. Chancelaria. **Portaria nº28, de 9 de julho de 1970**. Nomeia a Professora Maria Lúzia da Costa, Diretora da Faculdade de Educação. Recife: UNICAP, 1970.

UNICAP. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Pleno. **Resolução nº 006/2003, de 05 de agosto de 2003**. Aprova a criação de Cursos. Recife: UNICAP, 2003.

UNICAP. Diretoria. **Resolução 002/2009, de 27 de agosto de 2009**. Cria o Núcleo de Estudos Especializados em Gênero, Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Direitos Humanos GENDHE, fixa as suas atribuições e dá outras providências. Recife: UNICAP, 2009.

UNICAP. Diretoria. **Resolução 003/2018, de 8 de fevereiro de 2018**. Cria o Instituto Humanitas UNICAP - IHU, fixa suas atribuições e dá outras providências. Recife: UNICAP, 2018c.

UNICAP. Diretoria. **Resolução nº 005/2021, de 22 de junho de 2021**. Cria o Projeto UNICAP PRATA: Universidade não tem idade, e dá outras providências. Recife: UNICAP, 2021b.

UNICAP. **Plano de desenvolvimento institucional: PDI : 2004-2009**. Recife: Fasa, 2006a.

UNICAP. **Plano de desenvolvimento institucional: PDI : 2011-2016**. Recife: Fasa, 2011.

UNICAP. Presidência. **Ato nº 003/2010, de 08 de janeiro de 2010**. Nomeia Pró-reitora Acadêmica. Recife: UNICAP, 2010.

UNICAP. Presidência. **Portaria nº 064/2006 - B, de 30 de outubro de 2006**. Nomeia os membros do GRUPO DE COMUNICAÇÃO DA UNICAP. Recife: UNICAP, 2006b.

UNICAP. Presidência. **Portaria nº 028/2008, de 10 de abril de 2008.** Nomeia ASSESSORA DA COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO para os Cursos de Especialização. Recife: UNICAP, 2008.

UNICAP. Presidência. **Portaria 030/2012, de 13 de março de 2012.** Exonera Coordenadora do NÚCLEO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS EM GÊNERO, ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E DIREITOS HUMANOS - GENDHE. Recife: UNICAP, 2012.

UNICAP. Presidência. **Portaria nº 005/2014, de 13 de janeiro de 2014.** Nomeia Coordenadora Geral de Extensão. Recife: UNICAP, 2014b.

UNICAP. Presidência. **Portaria nº 025/18, de 30 de janeiro de 2018.** Nomeia Coordenadora do Laboratório do Museu de Arqueologia. Recife: UNICAP, 2018b.

UNICAP. Presidência. **Portaria nº 088/2020, de 28 de outubro de 2020.** Exonera Chefe da Divisão de Pessoal. Recife: UNICAP, 2020.

UNICAP. Presidência. **Portaria nº 004/2021, de 14 de janeiro de 2021.** Exonera Coordenadora Geral de Extensão. Recife: UNICAP, 2021a.

UNICAP. Presidência. **Portaria nº 066/2021, de 22 de junho de 2021.** Nomeia Assessora para o Projeto UNICAP Prata: Universidade não tem idade. Recife: UNICAP, 2021c.

UNICAP. Presidência. Conselho Universitário. **Resolução 001/2014, de 30 de janeiro de 2014.** Outorga título de Grande Benemerita. Recife: UNICAP, 2014a.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 006/98, de 15 de janeiro de 1998.** Cria a Assessoria de Pesquisa e Iniciação Científicas ASSEPESES, define suas atribuições e dá outras providências. Recife: UNICAP, 1998.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 048/91, de 05 de março de 1991.** Designa substituta do Pró-Reitor Acadêmico durante o impedimento do titular. Recife: UNICAP, 1991.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 109/77, de 16 de agosto de 1977.** Aprova o programa de Capacitação de Docentes da UNICAP. Recife: UNICAP, 1977.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 110/85, de 31 de outubro de 1985.** Designa substituto do Pró-Reitor Administrativo. Recife: UNICAP, 1985a.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 117/85, de 21 de novembro de 1985.** Designa substituto do Pró-Reitor Administrativo. Recife: UNICAP, 1985b.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 131/92, de 28 de outubro de 1992.** Nomeia Coordenadora do Laboratório e do Museu de Arqueologia. Recife: UNICAP, 1992.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 140/2002, de 12 de julho de 2002.** Nomeia Coordenador do Laboratório e do Museu de Arqueologia. Recife: UNICAP, 2002.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 19/86, de 9 de janeiro de 1986.** Designa substituto do Pró-Reitor Administrativo. Recife: UNICAP, 1986.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 2, de 10 de junho de 1960.** Nomeia ESMERALDINA PEREIRA DA SILVA para professora catedrática interina da cadeira de Cálculo Infinitesimal. Recife: UNICAP, 1960.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 45/71, de 29 de abril de 1971.** Contrata funcionários. Recife: UNICAP, 1971.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 46/98, de 23 de abril de 1998.** Designa substituto do Pró-reitor Acadêmico durante a ausência do titular. Recife: UNICAP, 2002.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 69/76, de 30 de abril de 1976.** Nomeia Coordenadora da Coordenação Geral de Extensão. Recife: UNICAP, 1976.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 74/83, de 08 de julho de 1983.** Designa substituto do Pró-Reitor Administrativo. Recife: UNICAP, 1983.

UNICAP. Reitoria. **Portaria, de 31 de janeiro de 1968.** Nomeação do Coordenador do Instituto de Psicologia. Recife: UNICAP, 1968a.

UNICAP. Reitoria. **Portaria de nomeação do coordenador da Escola de Educação, de 31 de janeiro de 1968.** Recife: UNICAP, 1968b.

UNICAP. Reitoria. **Portaria nº 034/2022, de 15 de março de 2022.** Cria grupo de trabalho, fixa suas atribuições e dá outras providências. Recife: UNICAP, 2022.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os Lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero. **OPIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 330-343, 2015.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: UBU Editora, 2020.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.